



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

AMANDA LIMA DA SILVA

**“Na minha veia não corre sangue, corre barro”: histórias e memórias de
mulheres trabalhadoras ceramistas do bairro Poti Velho, Teresina – PI
(1960 – 2019)**

São Luís, MA

2021

AMANDA LIMA DA SILVA

**“Na minha veia não corre sangue, corre barro”: histórias e memórias de
mulheres trabalhadoras ceramistas do bairro Poti Velho, Teresina – PI
(1960 - 2019)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Dr. Alexandre Guida Navarro

São Luís, MA

2021

AMANDA LIMA DA SILVA

“NA MINHA VEIA NÃO CORRE SANGUE, CORRE BARRO”: HISTÓRIAS E
MEMÓRIAS DE MULHERES TRABALHADORAS CERAMISTAS DO BAIRRO
POTI VELHO, TERESINA – PI
(1960 – 2019)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

São Luís, 18 / maio / 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandre Guida Navarro
Universidade Federal do Maranhão
(Orientador)

Prof. Dr. Soraia Sales Dornelles
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Iraneide Soares da Silva
Universidade Estadual do Piauí

Aos que jamais se permitiram me abandonar, **Mãe e Pai.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço à *Universidade Federal do Maranhão*, por me acolher como aluna do Programa de Pós-graduação em História – PPGHIS e me oferecer um ambiente de aprendizado e crescimento profissional.

Aos *professores e professoras* do Programa de Pós-Graduação em História da UFMA – PPGHIS que ministraram disciplinas para nossa turma.

Ao meu orientador, professor *Dr. Alexandre Guida Navarro*, por compartilhar suas experiências com pesquisa e me permitir conhecer, aprender e apreciar um pouco seu importante trabalho no LARQ (Laboratório de Arqueologia da UFMA).

À *Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA*, que contribuiu financeiramente para a realização dessa pesquisa.

Gratidão aos meus pais, *Luzete Ferreira Lima* e *Antônio Ferreira da Silva*, mesmo com medo, sempre me apoiaram a enfrentar a solidão de morar sozinha em São Luís, para concretizar o desejo de cursar Mestrado. Seus corações foram fortes ao permitirem que a filha mais nova andasse livre, para mais de 400km longe de casa. Eu os amo.

Às queridas *Mariane Sales* e *Nilziane Costa*, amigas que fiz durante o curso e que me acolheram como família, tornando os dias na universidade mais agradáveis e leves. Cenas que protagonizamos dividindo um pedaço de bolo para três na UFMA, ficarão na minha memória. Eu as envio amor.

Aos professores *Cláudio Rodrigues de Melo* (UESPI) e *Iraneide Soares da Silva* (UESPI) que, com suas experiências acadêmicas, foram disponíveis para tirar minhas dúvidas quando decidi fazer a seleção de Mestrado do PPGHIS-UFMA.

À amiga *Juliana Alves*, repensando minha jornada, vislumbro a importância de sua ajuda e o acolhimento de seus familiares ao me receberem em sua casa, em São Luís, durante o processo de seleção do Mestrado.

Também sou grata aos amigos queridos que fiz na turma de Pós-graduação em História 2019.1, na UFMA:

Marcelo Araújo, do Doutorado, por me convidar para proferir palestras, me incentivando a ir mais longe.

Eva do Lago, do Mestrado, que foi amor e companheirismo durante todo o curso.

Adriana Dourado, do Mestrado, por ser uma amiga cujas angústias acadêmicas puderam ser compartilhadas, tornando o percurso mais agradável.

Hemelita da Silva, do Mestrado, por ser tão solícita e gentil.

Pedrina Nunes, do Doutorado, pelas trocas de ideia e amizade.

Yuri Alhadeff e *Dayse Martins*, do Doutorado, ambos me proporcionaram boas risadas nos intervalos das aulas.

Agradeço especialmente às mulheres do barro: *Raimunda Teixeira da Silva*, *Antônia Lisboa da Silva Santos*, *Maria Margarida*, *Terezinha Martins*, *Neli M. Soares da Silva*, *Maria do Amparo*, *Antônia Chaves Sousa Fernandes*, *Maria de Lourdes R. do Nascimento*, pela recepção carinhosa que recebi nas vezes que visitei a COOPERART-Poty e a loja individual de algumas, por cederem seu tempo, memórias, fotografias, e suas vozes, como tecido para essa pesquisa. Suas histórias de força e coragem me inspiram, o trabalho cerâmico artesanal que exercem abrilhantam, ainda mais, a cidade de Teresina. Envio admiração e respeito a cada uma delas e suas demais companheiras de trabalho e vida.

Amanda Lima

“Eu digo assim ‘parece que o barro está no meu sangue’, porque como eu passei 22 anos carregando tijolo, mexendo com barro né, aí de repente eu resolvo mudar e vou vender lanche e tudo, de repente estou de novo, eu disse: parece que o barro tá no meu sangue e parece que agora vai ficar até o fim da minha vida.”

(Raimunda Teixeira da Silva)

RESUMO

O presente estudo propõe compreender como as mulheres do bairro Poti Velho se constituíram como trabalhadoras ceramistas. O campo de estudo é Poti Velho, bairro mais antigo da capital de Teresina, banhado pelos rios Poti e Parnaíba. Para tanto, trabalhamos com as memórias de vida de oito mulheres da Cooperativa de Artesanato do Poti Velho (COOPERART-Poty), e fontes escritas da instituição, tais como: Estatuto, Ata, Ponto de trabalho, cadernos de anotações de vendas e controle de objetos cerâmicos, além de fotografias e jornais. Procuramos saber sobre as experiências em comum das mulheres enquanto trabalhadoras do barro, como suas memórias se relacionam com suas trajetórias de vida, com a cultura local do bairro, a cultura material que produzem, e as transformações sociais que vivenciaram com o trabalho cerâmico. Observamos que suas trajetórias foram marcadas por contextos de pobreza do bairro Poti Velho, resistências no trabalho enquanto mulheres, lutas e transformações.

Palavras-chave: Mulheres Ceramistas. Memória. Trabalho.

ABSTRACT

The present study aims to understand how the women of the Poti Velho village were constituted as ceramists. The object is Poti Velho, the oldest village in the capital of Teresina, bathed by the Poti and Parnaíba rivers. For that, we study the life memories of eight women from the Poti Velho Handicraft Cooperative (COOPERART-Poty), and written documents from the institution, such as the statutes, minutes, work point, notebooks on sales and control of ceramic objects, in addition to photographs and newspapers. We want to know about the common experiences of women as clay workers, how their memories relate to their life trajectories, the local culture of the village, the material culture they produce, and the social transformations they have experienced as ceramists. Finally, we observe that their trajectories were marked by contexts of poverty in the Poti Velho village, resistance at work as women, struggles and transformations.

Keywords: Pottery Women. Memory. Work.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Região norte de Teresina, o bairro Poti Velho está destacado em vermelho. Na margem direita temos o rio Poti, e na margem esquerda o rio Parnaíba.	56
Figura 2. Carta corografica das províncias do Maranhão e Piauí e parte das do Pará, Goiás, Bahia, Pernambuco e Ceará, 1855. Detalhe de 1855 da região onde foi instalada a capital de Teresina em relação a região da Vila Velha do Poti (Poti Velho).....	60
Figura 3. Igreja Nossa Senhora do Amparo.	63
Figura 4. Capela de Nossa Senhora do Amparo do bairro Poti Velho.	64
Figura 5. Imagem de São Pedro próxima às margens do rio Paranaíba acompanhado pelos fieis do Poti Velho.	66
Figura 6. Na parte superior da imagem temos o Poti Velho; à esquerda, local de manufatura cerâmica mostrando várias lojas do polo cerâmico. Na parte inferior, a indicação das olarias, local de produção de tijolos, atual bairro Olarias, mostrando cada uma das etapas de produção oleira.	69
Figura 7. Forno de produção de tijolos na olaria.	71
Figura 8. Comemoração de dois anos de fundação da ARCEPOTI, 2000.	77
Figura 9. Comemoração de dois anos de fundação da ARCEPOTI, 2000. Destaque para Raimunda Teixeira da Silva no centro da foto.	79
Figura 10. Barracão de produção cerâmica coberto com palha, no Poti Velho. Foto tirada entre a década de 1990 aos primeiros anos de 2000.	82
Figura 11. Barracão de produção cerâmica. Foto tirada entre a década de 1990 e primeiros anos da década de 2000.	83
Figura 12. Região da zona norte atingida pela enchente do rio Poti em 1985.	86
Figura 13. Construção do Polo Cerâmico de Artesanato do Poti Velho, 2005.	89
Figura 14. Vista aérea da localização o Polo Cerâmico Artesanal do Poti Velho.	90
Figura 15. Polo Cerâmico Artesanal do Poti Velho.	92
Figura 16. Mulheres reunidas no curso de pintura de arte sacra.	99
Figura 17. Registro de Raimundinha com a mesa cheia de continhas, brancas e cruas, montando peças de barro completas, podemos observar várias peças já prontas feitas com continhas expostas na parede.	104
Figura 18. Galpão da COOPERART-Poty.	107
Figura 19. Mulheres Ceramistas da COOPERART-Poty.	108
Figura 20. Mulheres do Poti Velho comemorando o dia das mães.	110

Figura 21. Confraternização de finalização de curso do SEBRAE.....	111
Figura 22. Oficina de trabalho da COOPERART-Poty – 1) Peças já queimadas em processo de finalização. 2) Forno para queimar as cerâmicas. 3) Peças recém modeladas. 4) Moldes para fabricação de utensílios.....	114
Figura 23. Potes, filtros e vasos eram tradicionalmente a maior parte da produção cerâmica até os primeiros anos da década de 2000.....	115
Figura 24. Peças feitas durante os primeiros cursos de pintura da ARCEPOTI.	117
Figura 25. 1) Peça feita durante o curso de esmaltação. 2) Peça feita com a técnica engobe durante o curso.	118
Figura 26. Peças de barro expostas para a venda, podemos observar a predominância de potes, vasos, filtros. Foto tirada entre a década de 1990 e 2000.	119
Figura 27. Peça de barro representando uma figura humana ilustra o jornal Meio Norte, de 28 de setembro, 2006. 2) Araras coloridas feitas de barro ilustram o jornal Meio Norte de 11 de fevereiro de 2009.....	120
Figura 28. Peças cerâmicas feitas pelas mulheres da COOPERART-Poty.....	121
Figura 29. Peças de barro da COOPERART-Poty – potes, panelas, figuras de mulheres, vasos decorativos, colares de continhas.	122
Figura 30. Mulheres do Poti.	126
Figura 31. Detalhes de peças da Coleção Mulheres do Poti.....	126

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACCBT – Associação da Central de Compras das Bordadeiras de Teresina

ARCEPOTI – Associação dos Artesãos em Cerâmica do Poti Velho

ASSOAUTER – Associação dos Oleiros Autônomos de Teresina

COOPERART-POTY – Cooperativa de Artesanato do Poty Velho

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INART – Incubadora do Artesanato Artístico de Teresina

PLN – Programa Lagoas do Norte

PMT – Prefeitura Municipal de Teresina

PRODART – Programa de Desenvolvimento do Artesanato do Piauí

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas do Piauí

SEMDEC – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

SEMPPLAN – Secretaria de Planejamento e Coordenação

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SERSE – Serviço Social do Estado

SIS – Síntese dos Indicadores Sociais

UESPI – Universidade Estadual do Piauí

UFPI – Universidade Federal do Piauí

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. MOLDANDO CONCEITOS.....	19
1.1 Silêncios femininos e História Oral.....	19
1.2 Questões históricas sobre o trabalho feminino	26
1.3 A cidade fragmentada: bairro e cultura popular	40
1.4 Usos da memória	47
2. NAS MARGENS DOS RIOS POTI E PARNAÍBA, O BAIRRO POTI VELHO.....	55
2.1 Desenvolvimento e aspectos socioculturais do bairro Poti Velho.....	55
2.2 Uma passagem pelas olarias	66
2.3 Transformações urbanas no Poti Velho: Dos barracões ao Polo Cerâmico de Artesanato .	74
3. CAMINHOS DO TRABALHO FEMININO COM O BARRO.....	94
3.1 Constituição feminina no trabalho cerâmico: A COOPERART-Poty	94
3.2 Mulheres do Poti: transformações cerâmicas e representações femininas.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131
ANEXOS	145

INTRODUÇÃO

Primeiro precisei andar para longe da cidade de Teresina, e só depois nos arredores, para chegar até a concretização dessa pesquisa sobre trabalho de mulheres ceramistas do Poti Velho. Visitei quilombos, parques arqueológicos, assentamentos femininos no Estado do Piauí, tudo isso era parte do universo que eu desejava explorar, conhecer e pesquisar (ainda é, diga-se de passagem). Até, enfim, conhecer as mulheres ceramistas do Poti Velho. Em 2017, durante um curso de extensão da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) sobre fotografia e mulheres diversas, tive o primeiro contato com elas.

Era aluna há 3 anos do curso de História na UESPI, vinda de uma cidade pequena para estudar em Teresina, como tantos outros colegas, e aquela foi a primeira vez que ouvi falar do trabalho cerâmico e cultura local do bairro Poti Velho. Além de fotografar, meus colegas e eu ouvimos as histórias de vida de algumas mulheres que nos receberam na Cooperativa de Artesanato do Poti Velho – COOPERART-Poty. A partir dessa experiência, me questionei por diversas vezes sobre a demora para conhecer a riqueza local e de vivências do bairro.

O polo cerâmico, onde ocorre a confecção e exposição de peças cerâmicas, e o encontro dos rios, onde os rios Parnaíba e Poti se encontram, não faziam parte do meu roteiro na cidade de Teresina, diferente das regiões onde ficam *shoppings* e parques de convivência planejados urbanisticamente. Bem como recorde, não ouvia falar do bairro e de sua importância cultural e histórica, pouco menos do trabalho de mulheres que enriquece a tradição local e a cidade.

Para Certeau (1982), a pesquisa histórica parte de um lugar social, e a prática do historiador consiste em transformar um objeto em histórico, os recursos e técnicas que ele usa para construção histórica dizem respeito ao que tem disponível no ambiente social. Pensando a partir do autor, a presente pesquisa se desenvolveu na percepção das ausências que podem ser notadas, tanto nos livros de história, como no cotidiano oral e no ir e vir na urbe.

A pesquisa desenvolveu-se de modo interdisciplinar, além da História, contamos com o suporte da Sociologia, Antropologia, Psicologia, Filosofia, Arqueologia, entre muitas outras, e se dá no campo da História Social. De acordo com Fenelon (1993), o campo da História Social se abriu para novas áreas de investigação a partir das décadas de 1960 e 1980,

Não há como negar, foi a partir de suas concepções e perspectivas (a da História Social) que os chamados ‘temas malditos’, ou seja, quase todos que tratam dos excluídos sociais, sejam pobres, vagabundos, prostitutas, negros,

mulheres, índios, etc., encontraram guarida na historiografia. (FENELON, 1993, p. 76).

Além disso, para Fenelon (1993), a História Social considera a diversidade de usos e tratos de novas fontes para se trabalhar na construção histórica: fontes orais, fotografias, vídeos, charges, pinturas, e etc. O campo abrange esse estudo porque estuda-se a constituição das mulheres trabalhadoras ceramistas, suas relações e transformações sociais, tendo sob perspectiva o ofício com o barro, revelando suas memórias e as interações com a cultura popular local do bairro.

Nesse sentido, o presente estudo objetivou compreender como as mulheres ceramistas do bairro Poti Velho se constituíram como trabalhadoras do barro. Para efeito de recorte temporal, delimitamos a década de 1960 - foi nesta época que o trabalho de manufatura cerâmica começou na região - até o presente, pois trabalha-se com metodologia oral. Algumas perguntas nortearam a pesquisa: Que experiências as mulheres do barro compartilham em comum em sua trajetória como trabalhadoras ceramistas? Como elas se relacionam com a memória a partir da atividade laboral com o barro? Que relações podemos tecer entre o trabalho cerâmico feminino e a cultura local do bairro? Como a cultura material produzida por essas mulheres está relacionada a suas memórias e histórias de vida? E que transformações sociais ocorreram ao longo de suas trajetórias como trabalhadoras do barro?

O campo de pesquisa é o bairro Poti Velho, considerado o primeiro bairro da capital de Teresina, pois foi o primeiro foco habitacional da região, posteriormente, na segunda metade do século XIX, foi o local escolhido pelo então presidente do Piauí, José Antônio Saraiva, para receber a mudança da capital que ficava em Oeiras. Até hoje, o bairro desenvolve um cotidiano social e econômico ligado aos rios Poti e Parnaíba: a pesca artesanal, a produção cerâmica, a tradição religiosa do culto a São Pedro, tudo acontece em uma relação povo-rios.

Na diversidade das vivências femininas com o trabalho cerâmico no bairro, optou-se por trabalhar com um grupo de mulheres da Cooperativa de Artesanato do Poty Velho – COOPERART-Poty, um coletivo de 28 mulheres. A escolha de mulheres se deu porque a maioria delas fez parte das primeiras iniciativas de tornar o trabalho cerâmico receptivo à presença feminina, que culminou na fundação da cooperativa, pois, até os primeiros anos da década de 2000, sua presença na confecção de peças de barro não era muito comum como era a de homens. Elas participavam mais frequentemente de atividades como pintura e venda. A cooperativa apenas de mulheres é uma instituição voltada para abrigar, desenvolver e

especializar o trabalho feminino de fabricação de cerâmica, oferecendo cursos e local de venda.

Antes de integrarem a cooperativa e vivenciarem transformações sociais relacionadas à maior autonomia financeira e melhoria das condições de trabalho com a construção do Polo Cerâmico do Poti Velho, as mulheres estudadas exploraram vários trabalhos, principalmente no ramo informal: carregando tijolos nas olarias do bairro, fazendo bordados, pintando panos de prato para vender, vendendo gêneros alimentícios na feira, lanches, cosméticos de revista, entre outros. Para as que casaram, o trabalho doméstico tomou importância em suas vidas, por isso, podemos observar em suas memórias que houve dificuldade na inserção delas no trabalho de manufatura cerâmica, tendo em vista a relação em casa e a rotina na cooperativa.

A união na COOPERART-Poty representou a consolidação da participação feminina em termos de trabalho, organização social e espaço físico, pois passaram a ter um ambiente próprio para o desenvolvimento de seu trabalho no polo cerâmico do Poti Velho. Foram entrevistadas 8 mulheres ceramistas que fazem parte da cooperativa e que trabalham sistematicamente como ceramistas há mais de 10 anos, as quais viram mudanças acontecerem. Elas foram disponíveis e cederam suas memórias para a construção do estudo. As entrevistas ocorreram no ano de 2019. As ceramistas e seus nomes reais: Raimunda Teixeira da Silva (56 anos), Maria Margarida (57 anos), Antônia Lisboa (48 anos), Terezinha Martins (63 anos), Maria de Lourdes (52 anos), Neli Soares (54 anos), Maria do Amparo (58 anos), Antônia Chaves (60 anos).

No estudo, também se trabalhou com fontes escritas: Ata Geral, Estatuto Social da Cooperativa de Artesanato do Poty Velho, 40 páginas preenchidas do caderno de ponto de trabalho, caderno de anotações de entrada e saída de peças, 3 panfletos, 59 jornais e recortes foram consultados e 89 fotografias foram cedidas do álbum pessoal de Raimunda Teixeira da Silva, uma das principais figuras do trabalho com o barro. Ela foi umas das presidentes da primeira instituição fundada em 1998 para apoiar o trabalho cerâmico local: a Associação dos Artesãos em Cerâmica do Poti Velho – ARCEPOTI. Também foi responsável por organizar as mulheres para aprenderem o curso de produção de continhas (pequenas bolinhas), vendo-o como uma oportunidade de entrada feminina na confecção cerâmica. Além de ter sido uma das principais fundadoras da COOPERART-Poty. Nas narrativas das mulheres entrevistadas, Raimunda Teixeira é uma personagem recorrentemente citada. A pesquisa é de caráter qualitativo.

Utilizamos jornais como fonte de informação. Nos procedimentos metodológicos do trabalho com fontes impressas, afirma Tania Regina de Luca (2005), *in: Fontes Históricas*,

que cabe observar alguns aspectos dos jornais para a contextualização histórica, tais como a aparência do jornal, o público alvo, ilustrações, suas condições materiais e técnicas, e etc. Neste caso, a observação do local onde as fontes impressas foram colhidas pela pesquisadora também permite uma reflexão sobre o papel da organização da memória do trabalho com o barro no Poti Velho para as mulheres e suas lutas cotidianas.

O material impresso foi disponibilizado para consulta, fotografia e digitalização posterior no acervo pessoal de Raimunda Teixeira da Silva. Ela guardou jornais e recortes de matérias sobre o trabalho cerâmico no Poti Velho em portfólio com folhas de plástico, no qual foram depositados os impressos para que fossem preservados. Ela usou o mesmo procedimento para guardar as fotografias. A ceramista surge em seu dia a dia empenhada como uma das guardiãs da memória e história do ofício local.

Inicialmente, o cronograma de execução planejado para a pesquisa consistia em 4 visitas de campo na cooperativa de mulheres do Poti Velho ao longo de dois anos, mas apenas 3 foram realizadas. A primeira ocorreu no primeiro semestre de 2019, momento em que foram coletadas entrevistas de 4 mulheres do barro; a segunda visita de campo deu-se no segundo semestre de 2019 e objetivou reunir fontes escritas e fotografias; a terceira foi outra etapa de coleta de entrevistas, com 4 mulheres, ocorrida também no segundo semestre de 2019.

A última etapa, planejada para o primeiro semestre de 2020, objetivava fotografar a rotina da COOPERART-Poty, as mulheres que entrevistamos e objetos cerâmicos. Em decorrência da pandemia do COVID-19¹, que implicou no distanciamento social e fechamento temporário de comércios e instituições, a última etapa não pôde ser concluída. Para contornar isso, foram usadas algumas fotografias do arquivo pessoal da pesquisadora de anos anteriores, da mulher do barro Raimunda Teixeira e imagens extraídas do *site* COOPERART-Poty devidamente referenciadas.

No primeiro capítulo, “**MOLDANDO CONCEITOS**”, tratamos dos conceitos que dão base teórica para a construção do estudo e como estão relacionados na teia complexa que perpassam as transformações e entraves da constituição feminina no trabalho com o barro. Refletimos a proximidade da História Oral como relevante para a construção do saber histórico sobre as experiências femininas no trabalho. Usamos autores como Michelle Perrot (2005; 1989; 2016), Verena Alberti (2008), Soihet e Pedro (2007), entre outros.

Traçamos um panorama do trabalho feminino ao longo da história, tendo em vista seus principais entraves: divisão sexual do trabalho, remunerações, ocupações, trabalho informal,

¹ Para mais informações visite o *site*: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em 5 fev. 2021.

as intersecções de mulheres diversas no mundo do trabalho. Tais questões se expressaram nas narrativas das mulheres ceramistas do Poti Velho, por isso, fez-se necessário compreender como se deram historicamente, citando autores como Emília Viotti (1990), Heileith Saffioti (1969), Margareth Rago (1985; 1995), Maria Odila Leite Silva Dias (1983; 1995), Silvia Federici (2017; 2019), Ricardo Antunes (2009), e etc.

Discutimos também os conceitos de Cidade e Cultura popular, visto que as relações femininas no trabalho cerâmico se dão indissociavelmente com a cultura local do bairro Poti Velho e com as transformações que ocorreram no trabalho e no bairro. Tanto isso se refletiu na constituição de suas histórias individuais e coletivas, em suas memórias e identidades, como na própria cultura material. Michel de Certeau (2012), Natalie Zamon Davis (1990), Célia Rocha Calvo (2010), Peter Burke (2010), Raquel Rolnik (1988), Richard Roggart (1973), entre outros, foram autores que ajudaram a compor o pensamento.

Por fim, destacamos a Memória, pensando sua atuação com Halbwachs (2015), que pontua a memória como um fenômeno social, que se dá coletivamente. Tratamos também da memória como necessidade moderna (NORA, 1993), ligada às lutas sociais e construção identitária. Destacou-se autores como Michel Pollak (1989; 1992), Pierre Nora (1993), Éclea Bosi (1974; 2005), Jacques Le Goff (1990), e etc.

No capítulo dois, “**NAS MARGENS DOS RIOS POTI E PARNAÍBA, O BAIRRO POTI VELHO**”, tratamos de ambientar o leitor do campo de pesquisa. Realizamos um levantamento sobre a história do bairro como primeiro da capital, além de seus aspectos socioculturais, como: atividades socioeconômicas locais, religiosidade. Comentamos sobre o cotidiano nas olarias, que, até pouco tempo, era uma das atividades do bairro que mais acolheu a população local pobre, e aqui veremos o quanto essa atividade fez parte da vida de muitas mulheres ceramistas da COOPERART-Poty. Também relacionamos os entraves e transformações urbanas do bairro com as memórias de vida das mulheres estudadas, situações de precariedade habitacional foi um dos principais dilemas da população trabalhadora ceramista do Poti Velho até os primeiros anos da década de 2000, quando o governo municipal e estadual financiou a construção do polo cerâmico do Poti Velho.

No terceiro capítulo, “**CAMINHOS DO TRABALHO FEMININO COM O BARRO**”, falamos sobre como as mulheres deixaram de ser figuras inexpressivas numericamente na confecção de peças cerâmicas até finalmente passarem a dominar esse espaço de trabalho, já que, anteriormente, a fabricação cerâmica era considerada trabalho masculino, e elas apenas pintavam e vendiam as peças produzidas. Abordamos também a constituição da COOPERART-Poty, que foi criada apenas para abrigar o trabalho de

mulheres, um marco de mudança social, das relações de trabalho e na produção cerâmica feita pela população feminina.

E reservamos um momento para falar sobre a transformação da cultura material em meio às transformações sociais e urbanas que ocorreram atreladas ao contexto do trabalho cerâmico, principalmente nas cerâmicas produzidas pelas mulheres da cooperativa, que passaram a representar aspectos identitários, mnemônicos da história, como trabalhadoras e habitantes do Poti Velho e, para isso, analisamos a coleção de bonecas de cerâmica Mulheres do Poti produzidas na COOPERART-Poty.

Ademais, o estudo foi desenvolvido tendo em vista o pensamento de Marc Bloch (2001), de que o historiador não pode constatar os fatos do passado, apenas pode-se falar segundo os vestígios (testemunhos, documentos, ossadas, e etc.) deixados pelos homens em suas trajetórias ao longo do tempo. Nesse sentido, o passado não se modifica, mas o conhecimento sobre ele está sempre se transformando. Entendemos aqui também que há diversos pontos de vista sobre um mesmo tema, pois existem de acordo com os vestígios reunidos pelo historiador, então podem divergir ou se complementam conforme pesquisas são realizadas. Este estudo está aberto para novos pontos de vista.

Apesar de saber que muitas lembranças das trabalhadoras ceramistas escaparam no momento de gravá-las - enquanto ouvinte e, posteriormente, na escrita - e seria impossível captá-las completamente apenas neste estudo, acreditamos estar contribuindo com uma interpretação parcial (LE GOFF, 1990) sobre a história feminina no trabalho cerâmico realizado no Poti Velho, relevante para a história regional de Teresina, mas que também contribui para a nossa história nacional e para uma revisão bibliográfica sobre as mulheres advindas de contextos de pobreza enquanto agentes de transformações sociais.

1. MOLDANDO CONCEITOS

Neste capítulo, abordamos alguns dos principais conceitos que norteiam nossa pesquisa. Apontamos a relevância do estudo de histórias de mulheres feito com o aporte da metodologia da História Oral. Refletimos questões históricas sobre o trabalho feminino. Também explicamos como percebemos a cidade no relacionamento com as memórias do trabalho de mulheres ceramistas do Poti Velho e das transformações sociais que passam pelos laços comunitários no bairro e pelas lutas simbólicas com os territórios da cidade de Teresina. E, finalmente, tratamos de como pensamos memória em nosso estudo.

1.1 Silêncios femininos e História Oral

Em 1989, Michelle Perrot inicia seu artigo escrevendo: “*No teatro da memória, as mulheres são sombras tênues.*” (PERROT, 1989, p. 9). A autora se refere à escassa aparição feminina como sujeito da narrativa histórica tradicional, que privilegiava o cenário público masculino. As mulheres foram invisibilizadas em sua diversidade de contextos, e isso se refletiu tanto na vida social feminina como na pesquisa histórica, que hoje se esforça para romper com os silêncios femininos.

No caso de mulheres brancas de classes sociais abastadas, as práticas femininas acabaram apenas sombreando a vida de homens como meros arrimos. Elas foram intelectualmente inferiorizadas pelos discursos dominantes nas classes burguesas, sua educação foi restrita à aprendizagem doméstica, o corpo foi mistificado e afastou as mulheres das experiências de trabalho da vida pública.

Enquanto isso, as mulheres que fugiam desse padrão social, especialmente as negras e as indígenas, mulheres que exerciam diversos tipos de trabalho nas roças, nas casas, chefes de família, solteiras, viúvas, pobres, sofriam um processo de violência de toda ordem e uma exclusão socio-histórica ainda mais aterradora, pois eram consideradas desagradáveis e desqualificadas socialmente da categoria “mulher”. A exigência de um padrão social feminino passivo intelectualmente, economicamente inativo, despersonalizado pela cultura patriarcal, deixou as mulheres no anonimato da História durante um longo período.

A invisibilidade feminina observada na escrita da história e na ausência como sujeito histórico e participante na construção da sociedade já se alastrava cotidianamente pelas sociedades nos séculos anteriores, explica Michelle Perrot:

Em primeiro lugar, porque as mulheres são menos vistas no espaço público, o único que, por muito tempo, merecia interesse e relato. Elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma sociedade tranquila. Sua aparição em grupo causa medo. (PERROT, 2016, p. 17)

O controle da mobilidade nos espaços coletivos era usual para as mulheres de classes mais altas da sociedade, mas não impediu que fosse confrontada pelo elemento da pobreza e da necessidade de sobreviver de muitas mulheres, por isso, entendemos que o silenciamento e a invisibilidade histórica feminina nesses contextos foram ainda mais excludentes e cruéis. Ou seja, onde o estigma social era maior, a existência das mulheres era ainda menos notada, menos ouvida, menos prescrita formalmente.

Quando as mulheres emergiram na história como sujeito, na segunda metade do século XX, as fontes (e a ausência delas) revelaram seu silenciamento. Nas fontes oficiais elas são representadas, condenadas, aparecem nas entrelinhas, estão nas sombras do discurso social, político e religioso produzido pelo mundo masculino. Perrot (1989) comenta que, nos arquivos públicos franceses, os registros documentais do século XIX pouco falam sobre as mulheres, e os arquivos privados, como cartas e diários escritos por mulheres de classes superiores, muitos foram queimados, silenciados pelo pudor social.

Enquanto na classe burguesa francesa do século XIX as mulheres receberam acesso a algum tipo de instrução e escreviam cartas proibidas relatando seus desejos e decepções, tais aspectos mais íntimos da vida de mulheres de camadas sociais mais baixas seguiram desconhecidos, deixando uma lacuna ainda maior, e problemática, na memória histórica feminina. No contexto brasileiro, a autora Maria Odila L. S. Dias (1985) comenta a escassez de fontes (documentos e escritos) que forneçam pistas sobre o cotidiano das mulheres pobres, trabalhadoras informais do Brasil colonial e independente em São Paulo.

Segundo a autora, “Quase a totalidade das mulheres pobres de São Paulo neste período consiste de analfabetas e transparece dos documentos escritos de forma necessariamente tangencial e indireta.” (DIAS, 1985, p. 32). Para Dias (1983), a presença de mulheres trabalhadoras informais em fontes oficiais do período colonial e do Brasil independente é esparsa, fragmentada e são carregadas de estereótipos, visto que representavam uma camada pobre.

Elas eram com frequência vistas como sinônimo de desorganização do espaço urbano, e não como sintoma da mudança social², por isso tinham sua presença constantemente

² Para mais informações veja DIAS (1983, p. 43).

suprimida na documentação do período, uma forma de silenciar sua presença nos espaços urbanos. As inquietações sobre a História, que esquecia voluntariamente da presença de mulheres na sociedade, culminaram no fortalecimento da História das Mulheres. A nova abertura para temas, metodologias e procedimentos ligados aos estudos femininos foi influenciada por fatores que ocorriam desde a década de 1970.

Segundo Michelle Perrot (2016, p. 19-20), foram *fatores científicos*, devido à crise de paradigmas enfrentada pelas ciências humanas, que renovaram métodos, objetos e fontes, e aliaram a história a outras disciplinas; *fatores sociológicos*, visto que nesse período as mulheres se tornaram público crescente nas universidades; *fatores políticos*, pela contribuição dos movimentos feministas, que lutavam pelo reconhecimento da desigualdade das experiências femininas, seus diversos contextos e identidades.

Em relação aos fatores políticos, ressaltamos que, quando as mulheres se organizaram para lutar por seus direitos político-sociais, silenciamentos femininos continuaram existindo, tendo em vista as diferentes mulheres. Bell Hooks (2020, p. 17) comenta que nos Estados Unidos, enquanto o movimento de mulheres lutava contra a opressão sexista, as mulheres negras estavam em silêncio, pois, historicamente, o racismo e o sexismo condicionaram mulheres negras a desvalorizarem sua condição de mulheres e considerarem raça como principal demarcador de sua identidade, por isso, foi custoso até para as próprias mulheres negras reconhecerem que o sexismo é opressivo para elas como o racismo, pois tais categorias eram vistas em separado.

Segundo Hooks (2020), houve racismo no movimento de mulheres brancas e sexismo no movimento de homens negros que lutavam pelo direito de votar no século XIX. As mulheres negras permaneciam sendo silenciadas e excluídas de lutas por direitos. Na impossibilidade de apoiar qualquer um dos dois movimentos, ao longo do século XX, as mulheres negras organizaram sua luta duplamente contra o racismo e o sexismo, a fim de lutar por seus direitos, chamando atenção para as opressões sofridas por elas simultaneamente.

Influenciado pelas vozes que emergiram simultaneamente nos movimentos de mulheres ao longo da segunda metade do século XX, o campo da História das Mulheres foi se estabelecendo como interdisciplinar, muito influenciado por outras ciências “[...] tais como a literatura, a lingüística, a psicanálise e, principalmente, a antropologia”. (SOIHET; PEDRO. 2007, p. 285). Esses esforços recentes emergiram as mulheres como sujeitos históricos e têm desafiado aos poucos a teia de exclusão, invisibilidade e silêncio feminino.

Margareth Rago (1995, p. 82) comenta que no Brasil, a partir de 1970, a história social se dedicou com certa frequência a estudar as mulheres pelo viés do Marxismo, influência da

historiografia francesa da *École des Annales*³. Mas a crise das correntes de pensamento vigentes e a consequente renovação historiográfica do final da década de XX demonstra que

É ao longo da década de 1980, porém, que emerge o que se poderia considerar uma segunda vertente das produções acadêmicas sobre as mulheres. Aí floresce um conjunto de estudos preocupados em revelar a presença das mulheres atuando na vida social, reinventando seu cotidiano, criando estratégias informais de sobrevivência, elaborando formas multifacetadas de resistência à dominação masculina e classista. Confere-se um destaque particular à sua atuação como sujeito histórico, e portanto, à sua capacidade de luta e de participação na transformação das condições sociais de vida. (RAGO, 1995, p. 82).

Nesse período, o desenvolvimento da história cultural e a história das mentalidades contribuíram para os estudos sobre as mulheres. Segundo Soihet e Pedro (2007), os movimentos feministas da segunda metade do século XX colaboraram para mudar a postura da produção histórica do estudo sobre as mulheres. Nesse sentido, a organização do Movimento de Mulheres Negras demonstrou a necessidade de refletir sobre as diferentes mulheres.

Soihet e Pedro (2007) argumentam que até aquele momento ‘mulher’ era vista como uma categoria homogênea, com identidade comum, apenas uma categoria de oposição ao ‘homem’. Mas os movimentos feministas questionaram as diferenças dentro da categoria ‘mulher’ e reivindicaram o reconhecimento da existência das diversas mulheres, com suas vivências sociais particulares e divergentes.

Inúmeras foram as contradições que se manifestaram, demonstrando a impossibilidade de se pensar uma identidade comum. A fragmentação de uma idéia universal de ‘mulheres’ por classe, raça, etnia, geração e sexualidade associava-se a diferenças políticas sérias no seio do movimento feminista. Assim, de uma postura inicial em que se acreditava na possível identidade única entre as mulheres, passou-se a outra, em que se firmou a certeza na existência de múltiplas identidades. (SOIHEIT; PEDRO, 2007, p. 287).

De acordo com Souza (2004, p. 73, Pateman, 1993), as mulheres foram colocadas em um lugar de “não-sujeito”, por isso, a liberdade não as alcançava. No caso da mulher negra, ela foi “[...] colocada duplamente no lugar do não-sujeito, estabelece uma diferença dentro da diferença.” (SOUZAS, 2004, p.74). Souza (2004) enfatiza que as mulheres negras passaram a lutar pelo direito à diferença, sem que isso fosse um prejuízo para alcançar a igualdade de direitos.

³ A Escola dos Annales surgiu na França e se destacou como movimento historiográfico durante o século XX, foi fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch na década de 1930. Para mais informações veja PESAVENTO (2012).

Segundo Souza (2004), no âmbito de trabalho, mulheres negras e brancas sofrem experiências diferenciadas, tais como suas lutas, “[...] e enquanto mulheres brancas estão seguindo rumo à emancipação, mulheres negras, ainda, têm muito a conquistar.” (SOUZAS, 2004, p. 60). Nesse sentido, a autora comenta que as dinâmicas da vida e lutas político-sociais femininas são diferentes, pois as mulheres brancas e negras possuem compreensões diferenciadas da liberdade, e elas estão ligadas às opressões de gênero, raça e classe vivenciadas.

Mulheres indígenas também sofreram um processo de silenciamento, violência e exclusão socio-histórica, tendo em vista suas interseccionalidades de raça/etnia e gênero. De acordo com Valdênia Brito Monteiro (2018, p. 207), no Brasil, a colonização submeteu mulheres indígenas a regimes de escravidão, aculturamento e divisões de papéis que fizeram com que perdessem o prestígio de seu domínio sobre determinadas ações relevantes do mundo indígena. A integração forçada veio acompanhada de problemas como sexismo, racismo, e etc.

A exclusão social enfrentada especificamente pela mulher indígena tem aumentado a sua invisibilidade e discriminação. A violência que exclui socialmente a mulher deve ser analisada a partir de realidades diferentes, é o caso das singularidades das indígenas. No contexto de análise sobre o papel e a importância da mulher, há diferenças e espaços de discriminação e de exclusão, relacionados com a questão de raça, classe social, etnia, geração etc. (MONTEIRO, 2018, p. 105).

As questões relacionadas às mulheres indígenas trazem debates complexos em suas comunidades e na sociedade em geral. Segundo Monteiro (2018), as primeiras organizações brasileiras de mulheres indígenas que procuraram reverter o quadro histórico de exclusão e marginalização vivenciados por elas surgiram na década de 1980⁴ e passaram a integrar debates nacionais sobre seus direitos, relacionando questões territoriais, identitárias, diversidades, violência, entre outras pautas.

Em nossa compreensão, para estudar as mulheres ceramistas do Poti Velho, o aspecto das diferenças deve ser levado em conta, pois o trabalho, o cotidiano e as experiências dessas mulheres se dão em um contexto cujo gênero, classe e raça, não ocasionalmente, contribuíram para a construção de suas histórias, memórias e identidades no trabalho com o barro. As mulheres que estudamos, em sua maioria pretas, saíram de contextos de pobreza e exerceram diversos serviços no ramo informal, tais elementos são preponderantes para entendermos exclusões e silenciamentos que elas vivenciaram na vida social e que veremos mais adiante.

⁴ Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (Amarn) e a Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Taracá, Rio Uaupés e Tiquié (Amitrut) surgiram na década de 1980. Para mais informações veja MONTEIRO, 2018.

O desenvolvimento de estudos sobre histórias de mulheres também foi amparado pela metodologia de pesquisa da História Oral, que consiste na produção de documentos históricos a partir da realização de entrevistas gravadas. A metodologia já era usada desde a década de 1948 e, segundo Verena Albert *in: Fontes Históricas* (2008, p. 157), a entrevista de histórias de vida foi popularizada a partir de 1960.

O que observamos a partir da década de 1980 foi uma maior absorção da História Oral no âmbito acadêmico. A história ampliou as possibilidades de uso dessa ferramenta acompanhada da renovação historiográfica que conseqüentemente renovou objetos, fontes e metodologias.

Ainda que objeto de poucos estudos metodológicos mais consistentes, a história oral, não como uma disciplina, mas como um método de pesquisa que produz uma fonte especial, tem-se revelado um instrumento importante no sentido de possibilitar uma melhor compreensão da construção das estratégias de ação e das representações de grupos ou indivíduos em uma dada sociedade. (FERREIRA, 1998, p.12).

A metodologia da História Oral cumpre o papel de atuar na produção histórica com sujeitos socialmente excluídos. Ela é uma possibilidade para ser usada em meio ao analfabetismo que impossibilita comunidades de deixarem registros escritos, sendo o relato uma estratégia mais natural. Também é uma alternativa diante da escassez de fontes, além de ser uma emergência da modernidade, visto a rapidez com que as relações se transformam e a necessidade de apreender a memória do presente antes que se torne passado, como diz Pierre Nora (1993).

Em nosso trabalho, a História Oral tem ampla funcionalidade. Além de nos ajudar a preencher lacunas que são deixadas pelos documentos históricos usados na construção da pesquisa histórica, contribui para uma historiografia escrita a partir dos olhares e locuções femininas sobre si mesmas e suas histórias. Também colabora no empreendimento de visibilidade de histórias femininas, possibilitando a aproximação com os locais e o cotidiano das mulheres estudadas por intermédio das entrevistas.

A História Oral pode nos ajudar a superar, no presente e no futuro, os silêncios, a invisibilidade, a negação histórica que foi imposta para as mulheres, principalmente as mulheres trabalhadoras cuja história tem muito mais a ver com contextos de esquecimento social, urbano e histórico,

Tornar visível, acumular dados, instituir lugares de memória (arquivos de mulheres, dicionários...) foram preocupações de uma história das mulheres em pleno desenvolvimento, por cerca de quinze anos. É na falta de

testemunhos escritos, procurou-se fazer surgir o testemunho oral. (PERROT, 1989, p. 17).

Nessa perspectiva, “[...] os desenvolvimentos recentes da história chamada de "oral" são de certa maneira uma revanche das mulheres.” (PERROT, 1989, p. 40). Também consideramos, “[...] vantagem fundamental e central, as fontes orais revelam melhor do que as fontes escritas a complexidade dos mecanismos da tomada de decisão. Não há tomada de decisão única, mas todo um feixe de elementos conduzindo a esta.” (FRANK, 1999, p. 110).

A história de vida é o procedimento que adotamos na construção da pesquisa histórica sobre as mulheres ceramistas do Poti Velho. Em nosso entendimento, a história de vida - baseada nas entrevistas, englobando todas as esferas de vida das mulheres - é pertinente porque a narrativa feminina em relação ao trabalho também está ligada aos eventos familiares, afetivos, públicos e particulares, como argumenta Piscitelli (1993),

As linhas de investigação que se preocupam com particularidades do trabalho sexuado da memória sustentam, a partir de pesquisas específicas, que existe uma associação entre memória feminina e tradição genealógica. São as lembranças das mulheres as que se relacionam com o domínio da família, da vida privada e doméstica. Estas perspectivas afirmam que a memória feminina estabelece referências temporais associadas ao ciclo familiar [...]. Afirmam também que as lembranças das mulheres preservam temas integrados num domínio no qual o afetivo e o individual são fundamentais [...]. (PISCITELLI, 1993, p. 160).

É pertinente considerar todos esses aspectos porque eles interferem nas decisões femininas, em seu cotidiano e em suas trajetórias como mulheres trabalhadoras do barro. Deter-nos apenas sobre o elemento do trabalho não seria suficiente para entender a constituição de sua história, uma vez que as vivências individuais e coletivas nos sugerem que as relações de trabalho se dão em um contexto amplo das experiências sociais e elas estão refletidas nas expectativas familiares, de vizinhança, na educação, e etc.

Observamos na história feminina que os entraves da vida social das mulheres estiveram sempre rodeados de padrões relacionados ao trabalho, à educação, ao casamento, à família, e que quando muitas mulheres quebravam estas barreiras, elas eram aferidas pelo fantasma da rejeição, da exclusão e do estigma. Acreditamos que essas narrativas ainda estão presentes no seio do trabalho das mulheres ceramistas do Poti Velho, e as histórias de vida nos ajudam a compreender como se deu sua trajetória no trabalho atravessado por tais questões. Portanto, adotamos a

[...] *história de vida* na medida em que utiliza a experiência do ator de maneira *longitudinal*, buscando encontrar padrões universais de relações

humanas e percepções, além de interpretações sobre a origem e funcionamento dos fenômenos sociais, através das articulações temporais fornecidas pelas entrevistas. Assim obter sucessivos fatos sobre o sujeito (ou sujeitos) e suas experiências é fundamental para a compreensão não apenas do ator social, mas também das unidades sociais que são mais amplos do que os indivíduos. (CAMARGO; HIPPOLITO; LIMA, 1983, p. 13).

Por meio das histórias de vida, chegamos ao entendimento de como essas experiências individuais no trabalho das mulheres do Poti Velho convergem em pontos em comum e estruturam seus interesses, suas vivências, suas memórias enquanto grupo social. O trabalho com História Oral não é um problema à medida em que não empreendemos um movimento de contestação da subjetividade da memória feminina. Contrariamente, esse é um movimento de validação das memórias femininas.

As histórias de vida se colocam como aliadas da historiografia, já que as pesquisas por muito tempo ignoraram a participação feminina na sociedade. Agora reivindicamos que suas vozes sejam ouvidas e suas memórias possam ser debatidas no bojo das experiências e de suas expectativas, como lembra Gallian (1991;1992) citando Woldenberg (1992),

[...] que o valor da memória não está naquilo que o narrador possa esclarecer, informar - "para isso existem os livros", como ele mesmo diz - mas antes naquilo que ele pode transmitir como experiência vivida e revivida, como realidade subjetiva e única, como sabedoria, como "aura" - no sentido benjaminiano. (GALIAN, 1991;1992, p. 100).

As memórias dos sujeitos de um grupo que são repassadas oralmente são singulares em seu espaço e tempo do ponto de vista histórico. Nesse estudo, que trata de reconstituir a história feminina de mulheres que trabalham com o barro, levando em conta suas memórias e fazendo uso da metodologia oral, entendemos que suas experiências têm relação com seu recorte local e as possibilidades do meio em que estão inseridas, e que essas vivências singulares também são importantes para uma revisão historiográfica local. O contexto do trabalho feminino na história é o ponto que discutiremos a seguir.

1.2 Questões históricas sobre o trabalho feminino

Falando acerca dos estudos sobre trabalho na América Latina, Emilia Viotti (1990) teceu uma crítica aos estudos que ignoravam as experiências femininas no trabalho, ao mesmo tempo, enfatizou a necessidade de pesquisar as mulheres enquanto sujeitos históricos do trabalho, e não apenas observá-las pelas brechas do trabalho masculino.

Nenhuma história das classes trabalhadoras digna de respeito pode ser escrita hoje sem incorporar a mulher, não apenas aquelas que trabalham no setor industrial, mas também as esposas e outros membros da família que trabalham em empregos temporários no setor informal. (VIOTTI, 1990, p. 11).

Entender essas experiências também é uma forma de entendermos como o trabalho repercute na interação cotidiana entre os sujeitos que o exercem, influenciando na construção de culturas e identidades e em como elas se conectam em suas transformações sociais.

Logo, não são somente as experiências que controlam nossa forma de agir no mundo, mas também a nossa percepção e o entendimento do que vivemos, atribuem o significado que extraímos dessa vivência. E tal significação é construída hoje pelo que temos como regras internalizadas, por nós ou por nosso grupo. (MESTRE, 2004, p. 22).

Uma leitura das experiências das mulheres no trabalho faz entender o universo particular de determinada função e seus significados culturais na amplitude da sociedade. O autor Edward Palmer Thompson, em sua obra *Miséria da Teoria* (1981), argumenta que as experiências do ponto de vista histórico e cultural colaboram para o entendimento das relações de trabalho. Para Thompson (1981), as experiências influenciam a consciência social e podem ser percebidas nas relações de subordinação/subordinado do trabalho, ou até mesmo antes que ocorra essa subordinação.

Dessa forma, a experiência, “sem bater na porta”, constitui e nega, opõe e resiste, estabelece mediações, é espaço de prática, intervenção, obstaculização, recusa, é processo de formação de identidades de classe e, poderíamos acrescentar, de gênero, de geração, de etnias. (MORAES; MÜLLER, 2003, p. 341).

A ausência das categorias de gênero, raça, classe, etc., integrando de modo crítico as pesquisas históricas sobre trabalho, pressupõe um distanciamento da realidade social, também deixa de pensar a contribuição dos diferentes sujeitos nas transformações e em como as diferenças atuaram entre os trabalhadores forjando desigualdades no trabalho. “Evidenciam-se as interações necessárias entre gênero e classe, particularmente quando se tematiza o universo do trabalho.” (ANTUNES, 2009, p. 109).

Essas diferenças baseadas no gênero, raça, classe, etc., estão presentes em vários setores do trabalho e são importantes para a compreensão das relações sociais e culturais laborais, pois ao longo de nossa história elas foram sendo compreendidas como mecanismo de controle social e manutenção das desigualdades que se tornaram estruturais, como ainda hoje

podemos ver. A história feminina no trabalho é marcada por exclusões, desigualdades, resistências e persistências.

A partir do século XIX, padrões de papéis sociais foram incentivados pelas intuições da sociedade e tematizaram principalmente as funções desempenhadas por homens e mulheres burgueses. Assim, o trabalho no âmbito público era considerado um aspecto primordial da vida masculina, para as mulheres restavam as atividades domésticas e o cuidado com os filhos. Este cenário pertencia principalmente à vida de mulheres burguesas, pois quando voltamos nossos olhares para as mulheres pobres, indígenas, negras, percebemos que o ambiente público de trabalho sempre viu a existência feminina comercializando nas ruas, trabalhando no campo, forçadas nos engenhos, e etc.

Os discursos sociais que enquadravam as mulheres em atividades do lar, e os homens em trabalhos fora dele, fez do patriarcado uma das bases fundamentais para a estruturação do capitalismo como sistema econômico-social no século XIX. Eles invisibilizaram as mulheres como trabalhadoras, ao mesmo tempo, fortaleceram a dominação masculina em todas as esferas, principalmente no trabalho, onde o corpo feminino foi disciplinado socialmente para viabilizar a acumulação do capital⁵. Mas sempre houve aqueles corpos femininos que não faziam parte do ambiente doméstico restrito, as mulheres que sempre precisaram trabalhar para sustentar suas famílias, e, mesmo assim, sofreram pressões sociais por não vivenciarem os padrões de comportamento.

De acordo com Federici (2017), na Europa pré-capitalista, mesmo que as mulheres de condições inferiores não desfrutassem do mesmo prestígio do homem nas relações de trabalho, elas também já trabalhavam em atividades campesinas e comercializavam uma diversidade de produtos no contexto da cidade, além de serem alvo de críticas de autoridades clericais e do resto da sociedade. Mesmo que as mulheres representassem um contingente populacional que sempre esteve em posição inferior aos homens, elas desfrutavam de certa liberdade para trabalhar e possuir terras.

A autora Heleieth I. B. Saffioti (1969) argumenta que embora o casamento fizesse parte da constituição social feminina, na Inglaterra medieval e no Antigo Regime francês, as mulheres participavam da vida pública fazendo transações comerciais.

⁵ Na obra “O Calibã e a Bruxa”, Silvia Federici (2017) sustenta que mecanismos de controle do corpo feminino foram usados pelo Estado como uma das bases de sustentação do capitalismo, nesse sentido, o patriarcado podou lugares de atuação feminina, reprimiu a liberdade de suas práticas no âmbito público e procurou fazer das mulheres máquinas de reprodução. A autora argumenta que a caça às bruxas (que na verdade eram mulheres que desobedeciam a ordem) feita pela igreja e o Estado na Europa feudal, fez parte das estratégias de controle do corpo feminino e fundamental para a estruturação da acumulação capitalista. (FEDERICI, 2017).

A mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social. Nas economias pré-capitalistas, especificamente no estágio imediatamente anterior à revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa: trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas, nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas. Enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental. (SAFFIOTI, 1969, p. 36).

O modelo de mulher não ativa nas esferas públicas de trabalho foi erigido, sobretudo, no século XIX e destinado para mulheres de classes sociais burguesas, portanto, estranho às sociedades que sempre viram as mulheres em dinâmicas laborais pelas cidades e nos campos. Esse foi um processo de desagregação da força de trabalho feminina que visou o controle de suas práticas para possibilitar a supremacia masculina no trabalho e a acumulação de capital. Foi a partir da condenação da mulher pública que foi erguida a imagem da mulher do lar, ociosa, economicamente inativa e dependente de seu marido.

De acordo com Federici (2017), no final do século XV, as mulheres perderam acesso à terra na Europa. Com a privatização, elas sofreram um processo de precarização social. O contexto de pobreza feminina foi usado para hierarquizar as relações no trabalho ainda mais, enquanto nos discursos sociais elas eram menosprezadas moral e socialmente. Na transição do feudalismo para o capitalismo como sistema socioeconômico, ocorreu um processo de massificação da mão de obra feminina inativa e um processo de desvalorização social que alimentou cenários de desigualdade e pobreza constantes.

O que é mais importante, a separação entre produção e reprodução criou uma classe de mulheres proletárias que estavam tão despossuídas como os homens, mas que, diferentemente deles, quase não tinham acesso aos salários. Em uma sociedade que estava cada vez mais monetizada, acabaram sendo forçadas à condição de pobreza crônica, à dependência econômica e à invisibilidade como trabalhadoras. [...] não há dúvida de que, na “transição do feudalismo para o capitalismo”, as mulheres sofreram um processo excepcional de degradação social que foi fundamental para a acumulação de capital e que permaneceu assim desde então. (FEDERICI, 2004, p. 146).

No século XIX, à medida em que se argumentou que o trabalho feminino de mulheres brancas devia estar restringido ao lar, segundo leis divinas e naturais, a sociedade aproveitou para reforçar a relevância da força de trabalho masculina em relação à feminina e difundir a imagem de mulheres trabalhadoras fora do lar como sinônimo de depravação da ordem social. A exploração feminina no trabalho agiu de diversas formas: usando as mulheres ociosas do trabalho no lar para reproduzir mais mão de obra, encarregando-as de gerar e cuidar de filhos

saudáveis, e explorando exaustivamente o trabalho de mulheres pobres que agarraram qualquer oportunidade ao preço que os empregadores ofereciam.

Para Ângela Davis (2016), mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que mulheres brancas, pois o sistema escravista viu mulheres e homens negros como propriedade. “O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório.” (DAVIS, 2016, p. 24).

Davis (2016) argumenta que a exaltação da feminilidade e maternidade, principalmente a partir do século XIX, separou mulheres brancas de funções do trabalho produtivo, mas não se estendia às mulheres negras escravizadas, porque elas não foram tratadas como mães, donas de casa, elas foram classificadas apenas como “reprodutoras”, assim seus corpos foram explorados para gerar crianças e ampliar a força de trabalho escravizada.

Mesmo quando as mulheres brancas passaram a ocupar os espaços de trabalho, outrora considerados masculinos, no final do século XIX e início do XX, elas continuaram sofrendo com a exploração e a mistificação de sua força de trabalho.

Fora de sua esfera “natural”, as mulheres não seriam tratadas como trabalhadoras assalariadas completas. O preço que pagavam envolvia longas jornadas, condições de trabalho precárias e salários repulsivamente inadequados. A exploração que sofriam era ainda mais intensa do que a de seus colegas homens. Nem é preciso dizer que o sexismo emergiu como uma fonte de sobrelucro exorbitante para os capitalistas. (DAVIS, 2016, p. 242).

A remuneração sempre foi usada para coibir a presença feminina no trabalho. As mulheres no mercado de trabalho sofreram com a remuneração inferior mesmo atuando no mesmo ramo que os homens, e ocuparam cargos de menor capacidade técnica por serem discriminadas físico e intelectualmente. As mulheres também foram as mais afetadas quando o assunto é informalidade e a mesma situação desigual ocorria em trabalhos de pagamento diário. “O que, portanto, era um momento efetivo – ainda que limitado – de emancipação *parcial* das mulheres frente à exploração do capital e à opressão masculina, o capital converte em uma fonte que intensifica a desigualdade.” (ANTUNES, 2009, p. 110).

Heleieth I. B. Saffioti (1969) observou que de 1920 a 1960, no Brasil, não há alteração significativa entre a situação de remuneração feminina e masculina, mostrando que “O elemento feminino rareava nas posições melhor remuneradas em todos os gêneros de atividades econômicas.” (SAFFIOTI, 1969, p. 260). Isso demonstra uma “tradição” de

desvalorização do trabalho feminino em geral e que essas relações de trabalho ainda atuam no sentido de reforçar diferenças entre os trabalhadores.

A concepção do trabalho feminino como um trabalho subsidiário favorece a oferta e aceitação de salários mais baixos que os masculinos. A menor qualificação da força de trabalho feminina, quer entendida meramente em termos de qualificação técnica, quer compreendida como conjunto de traços de personalidade voltada para a realização do êxito econômico, é grandemente responsável pelo fato de a mulher desempenhar as funções de pior remuneração. (SAFFIOTI, 1969, p. 260).

O fato de o trabalho feminino ter sido considerado uma necessidade de complementação de renda também contribuiu para que sua remuneração fosse menos expressiva e sua mão de obra explorada. Esse misticismo social em torno do trabalho feminino aconteceu ao longo de toda a história, desprivilegiando-as. Ainda por volta do final da década de 1990, Ricardo Antunes (1990) comenta que muitas mulheres entraram no trabalho assalariado em vários países avançados, principalmente no Reino Unido, no entanto, sua presença no mercado de trabalho foi marcada pelas desigualdades. Elas recebiam funções menos qualificadas e salários inferiores aos dos homens.

Sabe-se que esta expansão do trabalho feminino tem, entretanto, significado inverso quando se trata da temática salarial, terreno em que a desigualdade salarial das mulheres contradita a sua crescente participação no mercado de trabalho. Seu potencial de remuneração é bem menor do que aquele auferido pelo trabalho masculino. O mesmo frequentemente ocorre no que concerne aos direitos e condições de trabalho. (ANTUNES, 2009, p. 105).

Este panorama recente, e que ainda ocorre atualmente, é consequência histórica de desigualdades sociais, estruturais, que usam os salários como forma de dificultar a presença feminina no trabalho e continuar forjando uma hierarquia em que homens estão sempre no topo. Segundo a Síntese dos Indicadores Sociais (2020) divulgada pelo IBGE, em 2019 o rendimento médio feminino era inferior comparado ao masculino, enquanto os homens ultrapassaram o rendimento de 2.400 reais por mês em 2019, as mulheres receberam menos de 2.000 reais mensais. A situação se torna ainda mais drástica quando observamos o recorte de cor ou raça.

Em 2019, a população ocupada de cor ou raça branca ganhava, em média, 73,4% mais do que a de cor ou raça preta ou parda, e os homens, 29,6% mais que as mulheres. Os resultados indicam uma desigualdade estrutural, dado que esses diferenciais, salvo pequenas oscilações, permanecem ao longo de toda a série. (IBGE, 2020, p. 34).

Basta uma rápida observação nos dados do censo para entendermos que as mulheres ainda hoje enfrentam dificuldades em sua constituição como trabalhadoras. Tomando os dados do IBGE como referência, pensamos que a situação de mulheres negras no trabalho é ainda mais dramática, tendo em vista que nas taxas do IBGE (2020) estão sempre desprivilegiando negros e mulheres quanto ao recorte de gênero e raça e, refletindo um esquema interseccional⁶, mulheres negras são geralmente as mais prejudicadas em várias esferas da sociedade, inclusive do trabalho,

[...] ao sobrepormos o grupo das mulheres com o das pessoas negras, o das pessoas pobres e também o das mulheres que sofrem discriminação por conta da sua idade ou por serem portadoras de alguma deficiência, vemos que as que se encontram no centro – e acredito que isso não ocorre por acaso – são as mulheres de pele mais escura e também as que tendem a ser as mais excluídas das práticas tradicionais de direitos civis e humanos. (CRENSHAW, 2002, p. 10).

Tendo em vista o pensamento de Crenshaw (2002), além dos dados do IBGE (2020), pensamos que nas desigualdades estruturais no Brasil, segundo recortes interseccionais de gênero e raça, mulheres negras sejam um dos grupos sociais que mais sofrem com a marginalização nas mais variadas áreas de trabalho nas cidades.

Um outro aspecto do trabalho feminino ao longo da história são as dificuldades de as mulheres serem inseridas em cargos de prestígio. Os dados do CIB (2020) sobre o censo de 2019 demonstram que, nas taxas de pessoas ocupadas por sexo segundo o nível de instrução, as mulheres representam as menores porcentagens de ocupação no trabalho em qualquer nível de instrução⁷. E isso não é uma surpresa para a história.

Quando entraram em massa para o mercado de trabalho, as mulheres receberam cargos inferiores. Enquanto os cargos com maior capacidade técnica eram destinados aos homens, elas ficavam com funções que necessitavam de mais habilidade manual. Suas ocupações reforçavam os estigmas sociais em relação à sua força de trabalho considerada essencialmente funcional para trabalhos domésticos. Perrot (2016) comenta que, no final do século XIX, durante a Primeira Revolução Industrial na Inglaterra e na França, o setor têxtil

⁶ Com interseccionalidades me refiro ao conceito empreendido por Kimberle W. Crenshaw (2002). De acordo com a autora, tradicionalmente pensa-se que as categorias sociais de raça, gênero, classe e etc... atuam separadamente, mas o ideal é pensá-las atuando sobrepostas umas às outras. Nesse sentido, muitas desigualdades sociais são forjadas para determinados sujeitos considerando indissociavelmente suas características de raça, classe, gênero, e etc. Assim, as opressões são reproduzidas socialmente. Para mais informações veja CRENSHAW (2002).

⁷ A taxa de ocupação por nível de instrução representa 65,5% para homens e 46,1% para mulheres. **Fonte:** IBGE, 2020, p. 29.

foi o principal setor de absorção feminina, muitas mulheres foram trabalhar nas fiações e tecelagens.

Ao falar das resistências no trabalho em relação à entrada feminina, Davis (2016) explica que esse fenômeno se deu pela influência dos discursos sobre papel social feminino, “Como fiar e tecer eram ocupações domésticas tradicionalmente femininas, as mulheres foram as primeiras a serem recrutadas pelos donos de fábricas para operar os novos teares a vapor.” (DAVIS, 2016, p. 240).

No Brasil, segundo Margareth Rago (1985), no início do século XX, quando grandes contingentes de mulheres se dirigiram ao trabalho fabril (estas mulheres foram as brancas, sobretudo na região sul e sudeste), elas acabaram retornando para o trabalho no campo dadas as circunstâncias excludentes a que eram submetidas nos espaços de trabalho das fábricas, impedindo sua efetividade. O operariado masculino rejeitava a presença de operárias mulheres com discursos de que eram “o sexo frágil”, que o seu papel social era no lar e que o trabalho poderia prejudicar sua atuação materna.

Para Rago (1985), foi nesse contexto que os sindicatos procuraram limitar a presença feminina ao espaço de produção, a fim de discipliná-las e mantê-las longe do trabalho assalariado. Elas eram subordinadas a líderes masculinos, enquanto sua condição era usada para reforçar a posição social do trabalho masculino. Ao mesmo tempo, isso impedia as mulheres de ascender socialmente pelo trabalho, reforçava o estereótipo de mulher adequada para a sociedade que seria destinada às atividades do lar e à criação de filhos.

Mas as mulheres também sempre estiveram resistindo às opressões no trabalho. Elas comandaram greves contra as injustiças que sofriam, por causas ligadas ao seu trabalho enquanto mulheres e as condições gerais. Rago (1985) argumenta que elas lutaram contra os baixos salários, maus tratos, multas indiscriminadas e muitos outros motivos relacionados ao ambiente de trabalho.

Defendendo os salários para o trabalho doméstico, Silvia Federici (2019) discute as consequências histórico-sociais para as mulheres da divisão sexual do trabalho que atribuiu a elas funções sociais ligadas ao ambiente familiar e forçava-as cotidianamente a continuarem em ocupações que exigiam habilidades nas atividades do lar:

A ausência de um salário para o trabalho que realizamos em casa é também a causa primária para nossa fraqueza no mercado de trabalho assalariado. Os empregadores sabem que estamos acostumadas a trabalhar por nada e que estamos desesperadas para ganhar um dinheiro próprio que eles podem nos ter a um preço baixo. Desde que o “feminino” se tornou sinônimo de “dona de casa”, nós carregamos para qualquer lugar essa identidade e “as

habilidades domésticas” que adquirimos ao nascer. É por isso que as possibilidades de emprego são frequentemente uma extensão do trabalho doméstico, e o nosso caminho ao assalariamento muitas vezes nos leva a mais trabalho doméstico. (FEDERICI, 2019, p. 74).

Ainda podemos ver o passado doméstico dominando os cenários de trabalho feminino nos dias atuais. Ainda de acordo com o SIS (2020), no Brasil, a maior parte das mulheres que trabalham informalmente estão concentradas em serviços domésticos (73,5%) e agropecuária (73,8%), e a maioria dos trabalhadores informais no geral são pessoas pretas ou pardas, entre homens e mulheres a taxa se iguala. De acordo com Saffioti (1969, p. 34), a seleção de caracteres raciais ou sexo opera como marca que permite hierarquizar os membros de uma sociedade historicamente dada, por isso, observa-se que determinado contingente populacional é marginalizado nas relações de produção, tendo em vista características de raça e sexo.

Se considerarmos essas interseccionalidades (CRENSHAW, 2002) de gênero, raça e classe, logo percebemos que as mulheres que trabalham com o barro no Poti fazem parte de um grupo social que historicamente atuou nos maiores índices de trabalho não assalariado, dadas as poucas condições que tiveram de ascender ao trabalho assalariado. Elas são mulheres pretas, vindas de contextos de pobreza que tiveram de fazer parte do labor informal desde cedo. Trazer à luz as intersecções das mulheres que estudamos evidencia como determinados grupos sociais sofrem com a reprodução estrutural das desigualdades no trabalho.

Os argumentos históricos sobre a situação feminina com a demonstração do SIS (2020) enfatizam que mulheres continuam ocupando as maiores taxas em serviços domésticos, e isso corrobora para o cenário estrutural em que se dão as desigualdades sociais no trabalho em vários de seus aspectos. A ocupação no trabalho assalariado, o trabalho informal, a renda, as funções, mostram que o desprivilégio no Brasil afere grupos sociais muito específicos, marginalizados histórico-socialmente, de modo que “Preconceitos de raça e sexo desempenham, pois, um papel relevante quer na conservação do domínio do homem branco, quer na acumulação do capital.” (SAFFIOTI, 1969, p. 52).

Mesmo com todos os entraves do trabalho assalariado, na contrapartida da entrada feminina em trabalhos formais, tiveram as mulheres que foram excluídas do trabalho assalariado e foram empurradas para a informalidade, como menciona Saffioti:

A constituição histórica da formação econômico-social capitalista representa a absorção de crescentes números de mulheres no sistema dominante de produção de bens e serviços apenas até certo ponto. Em outros termos, a passagem de uma sociedade pré-capitalista para o regime capitalista de produção implica um aproveitamento parcial da mão-de-obra feminina

efetivamente empregada no sistema produtivo anterior. (SAFFIOTI, 1969, p. 249).

Ao longo da história, a presença feminina no trabalho, tanto formal quanto informal, foi usada, e ainda é, para manter as desigualdades em função do lucro da classe dominante. Enquanto as mulheres de classes altas eram envolvidas pelo discurso sociocultural do trabalho no lar, elas foram impedidas de ocupar cargos públicos deixando-os com os homens. Já as mulheres que trabalhavam em todos os tipos de ocupação no trabalho informal que gerasse alguma renda tinham sua força de trabalho explorada incessantemente em função de ganhos insignificantes. Foi nesse contexto que

[...] a importância econômica da reprodução da força de trabalho realizada no âmbito doméstico e sua função na acumulação do capital se tornaram invisíveis, sendo mistificadas como uma vocação natural e designadas como “trabalho de mulheres”. Além disso, as mulheres foram excluídas de muitas ocupações assalariadas e, quando trabalhavam em troca de pagamento, ganhavam uma miséria em comparação com o salário masculino médio. (FEDERICI, 2004, p. 145).

A normatização de papéis sociais impôs o trabalho doméstico no lar como característico da identidade feminina de mulheres, considerando um atributo comum a elas. É importante perceber que houve uma sobreposição de papéis e opressões. No seu campo de luta, a mulher branca conquistou o espaço da rua para o trabalho e deixou uma negra mal remunerada em sua casa para fazer o trabalho doméstico.

Joana Moraes Monteleone (2019) reflete a experiência de trabalho feminina em serviços domésticos ao longo do século XIX, sobretudo, no cuidado com as roupas, no Rio de Janeiro. Segundo a autora, mulheres negras escravizadas geralmente exerciam atividades de lavar, costurar e cuidar das roupas das famílias de classes altas. Mas mudanças de comportamentos que ocorreram no século XIX, com a saída de mulheres da elite para os ambientes públicos, e após a abolição do tráfico negreiro, em 1850, multiplicaram a população feminina livre, pobre e migrante que trabalhava remunerada com cuidados e confecções de roupas.

Na época, os criados domésticos em casas e sobrados urbanos se multiplicaram. Se para os homens pobres livres viver de pequenos serviços temporários era uma maneira de sobreviver, para as mulheres livres pobres tornar-se uma criada era uma maneira de conseguir alguma maneira estável de viver, com abrigo, roupas, comidas e, eventualmente, remédios, fornecidos pela patroa. (MONTELEONE, 2019, p. 2).

Monteleone (2019, p. 9) argumenta que, nesse período, mulheres brancas e negras pobres trabalharam em funções semelhantes para ter o que comer e onde morar. E que, ao longo do século XIX, as mulheres lavadeiras, mucamas, empregadas domésticas, costureiras passaram a receber remunerações, mesmo que baixas, para os seus serviços, “Mesmo assim, o pagamento por trabalhos domésticos demorou a se estabelecer. É um assunto complexo até hoje.” (MONTELEONE, 2019, p. 4).

O modelo de fragilidade e domesticidade da mulher trabalhadora do lar, além de ter sido usado para podar mulheres de classes superiores ao sair do âmbito doméstico, também exerceu a função de questionar as práticas e vida de mulheres que estavam fora desse padrão de trabalho. Como comenta Dias (1995), “O pressuposto de uma condição feminina, idealidade abstrata e universal, necessariamente a-histórica empurra as mulheres de qualquer passado para espaços míticos sacralizados, onde exerceriam misteres apropriados, à margem dos fatos e ausentes da história.” (DIAS, 1995, p. 13).

A partir da revolução industrial, quando grande contingente da população feminina passou a ocupar os espaços fabris, a desvalorização do trabalho informal e doméstico no lar foi sentida em relação ao trabalho formal feminino, e, conseqüentemente, continuou alimentando a invisibilidade das identidades femininas desse setor do trabalho, como aponta Perrot (2005):

Será necessário lembrar? As mulheres sempre trabalharam. A valorização, abusiva, mas significativa, do trabalho "produtivo" no século 19, erigiu como únicas "trabalhadoras" as assalariadas e relegou à sombra de auxiliares conjugais as lojistas e as camponesas, chamadas mais tarde de "auxiliares de família", e, mais ainda, as donas-de-casa, aquelas mulheres, majoritárias e maiores, sem as quais a sociedade industrial não teria podido se desenvolver. (PERROT, 2005, p. 241).

Essa situação continua até hoje reforçando as disparidades nos mundos de trabalhos, desfavorecendo socialmente as mulheres que trabalham às margens do direito e lutam pelo ganho diário, encobrando suas lutas por memória e identidade. Essas mulheres trabalhadoras acabam tendo um cotidiano invisível do ponto de vista urbano, social, cultural e histórico. As mulheres que estudamos, por exemplo, foram moldando suas identidades trabalhando em ramos diversos. Tiveram que improvisar, assim como mulheres de outrora. Embora esse fosse um processo cruel, elas tinham disponível certa autonomia para experimentar as formas de sobreviver disponíveis.

O fato de as mulheres ainda ocuparem principalmente o ramo das atividades domésticas informais (SIS, 2020) reflete o caráter estrutural das desigualdades sociais no

trabalho. Principalmente a partir do século XIX, as atividades do lar foram consideradas “trabalho de mulher”, a mistificação social em torno da força de trabalho feminina colocou mulheres de classes mais altas, restritas ao ambiente doméstico, e mulheres pobres em funções principalmente manuais e comerciais.

No Brasil colonial, o sistema econômico latifundiário implantado pelos portugueses explorou a mão de obra negra africana de homens e mulheres escravizados e da população pobre e livre em função da obtenção de lucros para fora do território brasileiro e deixando uma população de trabalhadores desprovida de qualquer tipo de renda ou garantias pelas atividades realizadas.

Essa exploração persistiu mesmo após a abolição da escravidão, em 1888, pela Lei Áurea, apenas ganhando novos contornos, pois a sociedade brasileira continuou dando um jeito de reproduzir o cenário de desigualdades e deixar evidente a estratificação social, tanto por não absorver a mão de obra recém liberta, quanto por recriminar os trabalhos a que se submetiam.

Maria Odila Leite da Silva Dias (1983, p.33) escreve que no final no século XVIII, no Brasil, as mulheres pobres brancas, escravas e forras, perambularam pelas ruas de São Paulo comercializando mercadorias, serviços domésticos e excedentes de roças. Por isso, devemos lembrar que as mulheres de camadas sociais desfavorecidas no Brasil sempre trabalharam, sempre pertenceram ao espaço público das ruas e da cidade.

De acordo com Dias (1983), no período colonial brasileiro “[...] haviam mulheres exercendo atividades informais num cenário de urbanização e estagnação econômica que agrava a situação de pobreza à medida que crescia o número de mulheres negras libertas”. (DIAS, 1983, p. 37). As mulheres sempre estiveram presentes nos espaços urbanos, mas estas não pertenciam à elite. Em sua obra *Quotidiano e Poder*, Dias (1995) ainda lembra que a marginalização da mulher trabalhadora se estendeu para os espaços que ocupavam na cidade.

A crise final da abolição levou-as também, de roldão, para fora do espaço urbano que ocupavam, para emergirem, novamente, nos bairros de retaguarda da cidade, onde permaneciam, nas primeiras décadas do século XX, ainda nas fimbrias do sistema capitalista, compondo as massas de mulheres desempregadas, exército de reserva de mão de obra, inaproveitadas, vivendo precariamente dos mesmos expedientes de artesanato caseiro e de comercialização incipiente de gêneros de consumo. (DIAS, 1995, p. 17).

Esse processo regulador urbano e social, na verdade, tornou precária a mão de obra feminina pobre que se somou a estereótipos e discriminações sociais que tenderam a perpetuar as disparidades ao invés de serem acolhidas por políticas, e ainda são percebidas atualmente.

“Parte dos preconceitos que as desclassificaram socialmente provinham de valores machistas, misóginos, entranhados no sistema escravista e moldados no menosprezo do trabalho e de qualquer ofício de subsistência.” (DIAS, 1995, p. 16).

O trabalho feminino informal, desde o período colonial, era visto como “indisciplinado”, “indesejado”, “anti-higiênico”, contrariando a sociedade imaginada pelo ideário da classe dominante que ignorava as transformações sociais que aconteciam e das quais a presença feminina comercializando nas ruas era um sintoma. Assim, tornavam suas sombras ainda mais pálidas, fazendo referência a Perrot (2016).

Ainda segundo Dias (1995), no Brasil pós-abolição, a mulher trabalhadora informal, em todos os ramos, ainda sofria com a realidade da preferência masculina e seu ganho era inferior, por mais que estivessem na mesma situação de desfavorecimento. A inserção feminina em trabalhos informais, com poucas possibilidades de ascensão social e renda, sempre surgiu em contextos de intensas desigualdades sociais que se somaram cotidianamente à falta de estrutura educacional, territorial, social, e etc.

O trabalho informal se apresenta como uma forma dessas mulheres de sobreviver e sustentar suas famílias em meio à desestruturação discriminada que a sociedade forjou para elas. Segundo Dias (1983), o estudo das relações de trabalho de mulheres de classes inferiores é importante porque

Reconstruir a organização de sobrevivência das mulheres pobres significa integrá-las na história do desemprego estrutural, fenômeno amplo e bem conhecido, que afeta de modo específico a força de trabalho feminina (44): o estudo de formas de trabalho flutuante, e temporário, mais de trabalhadoras autônomas do que de assalariadas, pressupõe antes o estudo de uma organização de sobrevivência, do que de produção ou de poupança ... Integrá-las na história de sua época é restituir a memória social de um fenômeno que se mantém vivo e presente na sociedade brasileira contemporânea (45). (DIAS, 1983, p. 45).

Em nossa pesquisa, entendemos a relevância de investigar a história de vida das mulheres trabalhadoras do barro do Poti Velho que cresceram trabalhando em condições insalubres nas olarias e em serviços informais, antes de se estabelecerem como trabalhadoras ceramistas. A autora Michelle Perrot (2005) comenta que, historicamente, a necessidade do trabalho feminino se dá em função das relações familiares e é um elemento de sua transformação na sociedade. Por mais que o labor de mulheres no campo, nas ruas da cidade, como domésticas remuneradas, e etc., algumas vezes estivesse ligado a uma necessidade de mudança do status social, essa não era a condição primeira, mas sim a manutenção da vida, a sobrevivência de si e dos seus.

É preciso reafirmar: A história do trabalho feminino é inseparável da história da família, das relações entre os sexos e de seus papéis sociais. A família, mais do que o trabalho que ela condiciona, é a verdadeira ancoragem da existência das mulheres e de suas lutas, o freio ou o motor de sua mudança. O trabalho, por si só, não pode libertá-las, ainda que possa contribuir para isto. (PERROT, 2005, p. 244).

O trabalho para as mulheres tem um sentido particular, diferente do trabalho exercido pelos homens, e diz respeito ao universo de suas trajetórias. Pela força das incertezas que perpassam a história do trabalho das diversas mulheres da sociedade é que elas sentem o trabalho à sua maneira, ele tem um significado apropriado às vivências singulares femininas, para além do dinheiro. “Ter um emprego significa participar da vida comum, ser capaz de construí-la, sair da natureza para fazer a cultura, sentir-se menos insegura na vida. Uma atividade ocupacional constitui, portanto, uma fonte de equilíbrio.” (SAFFIOTI, 1969, p. 63).

O sentimento feminino pelo trabalho que exerce ultrapassa o do ganho econômico, reflete uma gama de histórias, memórias, entraves, vivências e resistências singulares que dizem muito sobre os impasses em uma sociedade forjada para o sucesso masculino no trabalho. Compreendemos a importância de entender as relações sociais de trabalho elencando as experiências das trabalhadoras e suas transformações sociais.

Emília Viotti (1990) fez uma análise de produções sobre o proletariado na América Latina que se expandiu por volta de 1980 e apontou a relevância das pesquisas históricas sobre o trabalho que procuram entender as experiências e vivências coletivas dos trabalhadores, ao invés de se ocuparem em estudar como atuam as instituições em que se organizam as forças proletárias, como sindicatos, partidos políticos, e etc.

Viotti (1990) diz que as pesquisas do trabalho devem abordar também o cotidiano dos próprios trabalhadores, pois muitos deles se encontram fora das instituições. Para a autora, o contexto da crise dos paradigmas dos anos 70-80 implicou em novas formas de produção, havendo a introdução de novos métodos, especialmente as fontes orais.

A nova historiografia identificou novas fontes e fez amplo uso do testemunho oral. Demonstrou a extraordinária variedade e heterogeneidade da experiência da classe operária, ao mesmo tempo em que contestou as imagens vigentes na historiografia tradicional. (VIOTTI, 1990, p. 7).

Uma maior orientação do uso da História Oral como ferramenta metodológica se apresentou como possibilidade eficaz para reconstituir as experiências de trabalhadores. Viotti (1990) comenta que conhecer a experiência de trabalhadores é uma forma de entendermos as relações sociais que emergem no local de trabalho. Os trabalhadores se envolvem em uma

cultura particular no seu ofício, circundada por ritos e motivações que dizem respeito aos seus interesses laborais e sociais.

Em seu estudo sobre as experiências da população inglesa do século XVIII, E. P. Thompson (1998) escreve que a sociedade moderna mudou as formas de trabalhar após a invenção do relógio na revolução industrial. A sociedade passou a marcar o tempo de trabalho e dividir tarefas, deixando clara a separação entre trabalho e vida. Porém, muitos grupos de trabalho ainda mantiveram uma experiência tradicional no labor que independia da separação entre trabalho e vida social. Thompson (1998) toma como exemplo o trabalho de artesãos no período estudado por ele. Segundo o autor,

[...] na comunidade onde a orientação pelas tarefas é comum parece haver pouca separação entre “o trabalho” e “a vida”. As relações sociais e o trabalho são misturados – o dia de trabalho se prolonga ou se contrai segundo a tarefa – e não há grande senso de conflito entre o trabalho e o “passar do dia. (THOMPSON, 1998, p. 153).

Iremos observar também se, nas relações sociais experienciadas pelas mulheres ceramistas que estudamos, o tempo de trabalho é um elemento preponderante nas relações laborais. Ao longo do tempo, as mudanças sociais podem inserir novas dinâmicas de relacionamento com o trabalho, ou mesmo evidenciar a manutenção de tradições laborais. Essas práticas são percebidas como parte de experiências históricas e culturais cotidianas desenvolvidas entre os trabalhadores.

De modo geral, a trajetória das mulheres em todas as formas de trabalho está bastante ligada à ultrapassagem de limites dos locais (domésticos, bairros, e etc.) para o domínio das ruas da cidade, assim como sempre fizeram as mulheres de classes socialmente desprivilegiadas. As mulheres trabalhadoras do barro do Poti Velho que estudamos também precisam cotidianamente ultrapassar os limites do bairro, em um movimento incessante de luta pela cidade, cidadania e memória, ao mesmo tempo em que o local ocupado na cidade reforça suas identidades. Limites esses que, por vezes, não podem ser vistos, mas que elas podem sentir nas vivências do cotidiano e em suas relações sociais. Veremos no próximo tópico como tratamos em nosso estudo as questões da cidade e seus habitantes.

1.3 A cidade fragmentada: bairro e cultura popular

Entendemos a cidade como uma relação entre espaço geográfico, histórico e social. A vida social dos sujeitos está sempre ligada a sua localização e aos locais que fazem parte de

sua rotina na cidade. A apropriação desses espaços pelos sujeitos institui relações de afinidade com sua cultura, memória e identidade, mas que também ocorrem pelo elemento da diferença, da pluralidade e das desigualdades na coletividade da cidade moderna. Em nossa compreensão,

O tamanho e a densidade populacional de uma cidade não são suficientes para defini-la. Na cidade há uma condensação da vida social que se torna complexa e diferenciada. A cidade não é resultado de uma soma de partes diferentes, pois, em grande medida, as diferenças se contrapõem e ao mesmo tempo se ajustam. Diversas atividades e grupos humanos fazem o conjunto da sociedade. (SILVA, 2006, p. 47).

O fenômeno da cidade fragmentada se tornou vulgar com o processo de modernização que se intensificou a partir do início do século XX e propalou as ambiguidades existentes nos territórios da cidade. O planejamento urbano que se concentrou em zonas de intensa modernização teve como consequência a precarização de algumas áreas, ao mesmo tempo em que observamos as diversidades de grupos sociais na urbe. Na cidade moderna, ficou cada vez mais evidente a existência das várias “cidades” dentro da cidade. Dizemos isso porque

É como se a cidade fosse um imenso quebra-cabeças, feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece seu lugar e se sente um estrangeiro nos demais. É a este movimento de separação das classes sociais e funções no espaço urbano que os estudiosos da cidade chamam de segregação espacial. (ROLNIK, 1995, p. 42).

Essas desigualdades nos territórios da cidade também podem ser explicadas quando observamos quem são os sujeitos que os ocupam, suas práticas e organização sociais. Na cidade, os costumes e modos de viver das diferentes classes sociais deixam claro a decomposição da cidade em muitos polos de sentido que distinguem estilos de vida e revelam que as relações de sobrevivência das diferentes classes não são as mesmas. Concordamos com Henri Lefebvre (2006) quando ele argumenta que

O espaço da “modernidade” tem características precisas: homogeneidade-fragmentação-hierarquização. Ele tende para o homogêneo por diversas razões: fabricação de elementos e materiais - exigências análogas intervenientes -, métodos de gestão e de controle, de vigilância e de comunicação. Homogeneidade, mas não de plano, nem de projetos. De falsos “conjuntos”, de fato, isolados. Pois paradoxalmente (ainda) esse espaço homogêneo se fragmenta: lotes, parcelas. Em pedaços! O que produz guetos, isolados, grupos pavilhonares e pseudoconjuntos mal ligados aos arredores e aos centros. (LEFEBVRE, 2006, p. 10).

Essa fragmentação perpassa o espaço geométrico, mas também é uma questão sociocultural. As fronteiras sociais são criadas simbolicamente e, algumas vezes, podem não

ser observadas nas diferenças de um local para outro na cidade. No entanto, elas estão presentes na diversidade das práticas, no interior de suas crenças, dos costumes, na dinâmica da vida cotidiana. “É como se a cidade fosse demarcada por cercas, fronteiras imaginárias, que definem o lugar de cada coisa e de cada um dos moradores.” (ROLNIK, 1995, p. 41).

Marcelo Baumann Burgos (2005), discutindo a relação entre território e cidadania no contexto da cidade fragmentada, e tendo a favela como ponto de partida, exemplifica essa questão da ambiguidade social, cultural e da ação política nos espaços da cidade, cujo distanciamento acaba determinando uma fronteira entre uma cidade formal e informal. Essas realidades diversas são justamente os territórios plurais da cidade. Para Burgos (2005),

A noção de território remete à ideia de um microcosmo, que inclui diferentes formas de organização da habitação popular – inclusive a favela – e que se diferencia da cidade, que é o domínio dos direitos universais, fonte da igualdade e da liberdade; em uma palavra, da cidadania. (BURGOS, 2005, p. 191).

O território é passível de transformação pela ação dos sujeitos que o ocupam tendo em vista seus objetivos e suas formas de viver nele. Em nossa compreensão, os bairros na cidade são territórios que possuem seu próprio *microsistema sociocultural*. Cada microsistema desenvolve relações próprias identitárias, culturais, sociais que são percebidas tanto na paisagem local como nas práticas cotidianas de seus sujeitos. Por isso, “[...] os elementos físicos e os laços afetivos estão intimamente ligados à população do bairro.” (BEZERRA, 2011, p. 23).

Esses elementos são perceptíveis quando lemos a ocupação da cidade a partir das classes sociais. A mecanização da cidade capitalista determinou que as camadas sociais estivessem separadas territorialmente, criando conflitos e laços de afetividade comunitários que alteraram as relações em sociedade. Os habitantes de bairros e classes distintas criam um sentimento de estranheza em relação ao território vizinho, gerando lutas sociais, segregações e exclusões. Rolnik (1995) comenta que a ocupação do território deixa evidente essa segregação das classes sociais na cidade e pressupõe modos distintos de apropriação do espaço.

[...] sabemos também que no território popular a superposição de funções e o uso coletivo do espaço é estratégia de sobrevivência. Portanto o que vai caracterizar a cidade dividida é, por um lado a privatização da vida burguesa e, por outro, o contaste existente entre este território do poder e do dinheiro, e o território popular. A questão da segregação ganha sob este ponto de vista um conteúdo político, de conflito: a luta pelo espaço urbano. [...] Por outro lado, o próprio processo de segregação acaba por criar a possibilidade de organização de um território popular, base da luta por trabalhadores pela apropriação da cidade. (ROLNIK, 1995, p. 50).

A diversidade da apropriação do espaço se expressa tanto na diversidade da utilização do território ocupado como nas produções materiais, nas experiências e na relação que os grupos mantêm com a memória, com a identidade, com a organização da sobrevivência, com as vivências cotidianas e com o sentido coletivo. Michel de Certeau (2012) escreve que a cidade-conceito do discurso urbanístico-utópico pretende ter uma cidade disciplinada capaz de gerir os diversos grupos e territórios que a compõe.

Para Certeau (2012), planejada populacional e territorialmente, a cidade racionalizada é um instrumento de controle e organização política que geralmente age diferenciando, classificando, excluindo e controlando os grupos sociais, mas existem aquelas práticas sociais de sujeitos na cidade que escapam ao disciplinamento e são próprias de seu contexto de ocupação local, cultural e social na cidade.

Essas práticas sociais possibilitam uma apropriação dos espaços e significação do habitar de maneiras diferentes e complexas por parte dos indivíduos. Para Certeau (2012), a cidade pode ser lida porque ela é um emaranhado de textos, imagens, histórias que são escritas em uma relação de movimento e tradição, no ir e vir de seus habitantes, no caminhar pelas ruas, na forma como se elegem as memórias do passado no presente, como erguem suas casas, e como se desenvolvem comunitariamente ou individualmente, “Essas ‘maneiras de fazer’ constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural.” (CERTEAU, 2012, p. 41)

As relações mantidas pelos habitantes e que escrevem o todo da cidade é ao mesmo tempo material e simbólica, de práticas e sentidos que são gestadas e estimuladas no cotidiano.

As redes dessas escrituras avançando e entrecruzando-se compõem uma história múltipla, sem autor nem espectador, formada em fragmentos de trajetórias e em alterações de espaços: com relação às representações, ela permanece cotidianamente, indefinidamente, outra. (CERTEAU, 2012, p. 171).

Certeau (2012) entende a cidade como o espaço onde as práticas e ações cotidianas permitem a apropriação e as transformações constantes dos locais pelos seus habitantes. O cotidiano da cidade é inventado pelos sujeitos porque é vivido a partir das práticas comuns no interior de diversos grupos sociais, e suas práticas cotidianas são, ao mesmo tempo, o significado e a estratégia de existência desses grupos na cidade. Portanto,

Na cidade-escrita, habitar ganha uma dimensão completamente nova, uma vez que se fixa em uma memória que, ao contrário da lembrança, não se

dissipa com a morte. Não são somente os textos que a cidade produz e contém (documentos, ordens, inventários), que fixam essas memórias, a própria arquitetura urbana cumpre também esse papel. (ROLNIK, 1995, p. 16).

As práticas sociais se inscrevem no dia a dia, são produtos da memória, da cultura em um contexto territorial, e estão em mutação constantemente. Isso pode ser observado nas dinâmicas diversas de convivência que perpassam um bairro em relação aos outros da cidade. No bairro,

A sociabilidade e o cotidiano das relações sociais criam sentimentos de pertencimento e, ao mesmo tempo, de afastamento da cidade. Sendo a cidade um ambiente que provoca mobilidades, o trilhar cotidiano e comum das pessoas vai construindo “fronteiras simbólicas” que separam, aproximam e vão ordenando as pessoas em categorias e grupos sociais nos seus lugares fixos. (CALVO, 2010, p. 20).

Ao mesmo tempo que a pluralidade sociocultural de uma cidade acentua o significado da existência de grupos sociais dentro de suas próprias vivências pelo sentimento de pertencimento e a evidência da diferença, ela também demonstra que na cidade ocorrem segregações que são incentivadas tanto pela disposição territorial dos habitantes, quanto pelos discursos dominantes que existem na cidade.

Richard Hoggart (1973) observa que as relações socioculturais desenvolvidas no bairro podem ser elementos da constituição da solidariedade dos trabalhadores. “Os membros do proletariado têm a noção muito nítida de que são membros de um grupo, e da necessidade de assumir uma atitude de cooperação, amizade e boa-vizinhança em relação aos outros membros desse grupo.” (HOGGART, 1973, p. 97). O autor reforça que cada particularidade disposta na tessitura do bairro, seja material ou imaterial, “[...] para os seus habitantes cada um destes pequenos mundos tem caráter homogêneo e bem definido, tal o de uma aldeia.” (HOGGART, 1973, p. 73). Hoggart (1973) ainda escreve que:

A noção de grupo é reforçada pelo isolamento em que o grupo se mantém, pela concepção de que o mundo em <<Nós>> (os membros do grupo) e <<Eles>>, os que estão de fora. Como é que essa atitude se manifesta nas classes proletárias? Referi-me já à posição importante que a casa e o bairro ocupam na vida dessas classes, e sugere igualmente que tal é devido ao facto de os membros das mesmas desconfiarem do mundo exterior, que se lhes afigura pouco acolhedor, que tem todas as vantagens do seu lado e que é impossível defrontar sem ajuda. (HOGGART, 1973, p. 87).

De modo geral, cada bairro é uma pequena cidade dentro da cidade grande, com seus significados, seus legados culturais, materiais e sua memória social, tal como enxergamos o bairro Poti Velho e as relações que se desenvolvem nele. A ação de ocupar, habitar, modificar

o território é ao mesmo tempo uma relação de resistência social, luta pela memória e identidade na tessitura cidade. Déa Ribeiro Felon (1999) comenta que as relações sociais definem e delinham a paisagem urbana,

Se compreendemos a cidade como o lugar onde as transformações instituem-se ao longo do tempo histórico com características marcantes, queremos lidar com estas problemáticas como a história de constantes diálogos entre os vários segmentos sociais, para fazer surgir das múltiplas contradições estabelecidas no urbano, tanto o cotidiano, a experiência social, como a luta cultural para configurar valores, hábitos, atitudes, comportamentos e crenças. Com isto, reafirmamos a ideia de que a cidade, nunca deve surgir apenas como um conceito urbanístico ou político, mas sempre encarada como lugar da pluralidade e da diferença, e por isto representa e constitui muito mais que o simples espaço de manipulação do poder. (FENELON, 1999, p. 7).

A cidade é também espaço de memórias, cujas lembranças estão nas pessoas, mas também estão marcadas pelo tempo na história, no concreto das paredes e monumentos erguidos, nas ruas e espaços de convivência. Por isso, “O quadro geral consiste em pensá-las como espaços antes de tudo fragmentados e permeados a todo instante pelas desigualdades sociais, exclusão social, segregação espacial.” (CALVO, 2010, p. 20). Os espaços são cotidianamente validados e invisibilizados por práticas e discursos.

No bairro Poti Velho, a combinação das atividades de pesca, agricultura, pequeno comércio, extração de argila, produção de cerâmica, os festejos anuais de São Pedro, são demarcadores socioculturais locais. Estas atividades tradicionais e as dinâmicas sociais embaladas pelo clima e o meio ambiente se contrapõem aos modernos centros urbanos de Teresina. Nestes locais, o rio Poti, Parnaíba e seus arredores não são sinônimos de sobrevivência do mesmo modo que são para as populações ribeirinhas.

Se a cultura surge de todo um modo de vida, é de esperar que a cultura camponesa varie segundo diferenças ecológicas, além das sociais; diferenças no ambiente físico implicam diferenças na cultura material e estimulam também diferentes atitudes. (BURKE, 2010, p. 38).

Observamos que o Poti Velho possui uma cultura popular onde as relações comunitárias, religiosas e laborais com a argila, matéria-prima do trabalho cerâmico, são vividas levando em conta a perpetuação de tradições. A autora Natalie Zamon Davis (1990) traz a concepção de cultura popular como gestos, crenças, práticas sociais comuns de um povo que podem ser lidas no âmbito da cultura, a partir das mais diversas fontes e narrativas produzidas por determinada comunidade. O olhar da autora para os costumes do povo francês

no início da era moderna sugere uma relação para além do capitalismo. Ela observa a construção de um sentido de vida a partir das práticas compartilhadas.

[...] essas características de suas vidas moldavam suas condições e seus objetivos e limitavam ou ampliavam suas opções; vi-os como atores que, utilizando os recursos físicos, sociais e culturais de que dispunham, agiam no sentido de sobreviver, resistir e, às vezes, mudar as coisas. (DAVIS, 1990, p. 8).

A trama de experiências que envolve o trabalho com o barro das mulheres do Poti Velho perpassa o espaço vivido com práticas que demarcam suas escolhas e sua existência enquanto habitantes que compartilham uma cultura popular local singular no contexto da moderna Teresina. Isso pode ser observado pelas dinâmicas de vida dos habitantes do Poti Velho estarem tão ligadas aos rios Poti e Parnaíba: a atividade de extração da argila que dá base para as cerâmicas, os festejos que cultuam o santo padroeiro dos pescadores, a pescaria que é desenvolvida há séculos.

É comum que as mulheres que estudamos tenham experimentado as atividades locais disponíveis, assim como ainda trabalham na produção cerâmica, ou que tenham tido familiares que aturam ou ainda atuaram em funções tradicionais. Elas são ligadas por sentimentos comuns, crenças, tradições, resistências, memórias que se desenvolveram em função do território que habitam na cidade. “A convivência em vizinhança com outros trabalhadores em condições semelhantes ultrapassa o alcance da ajuda mútua e favorece a construção de espaços de pertencimento e identidade.” (VIEIRA, 2018, p. 60).

Peter Burke (2010), falando sobre a Idade Média europeia, comenta que as pessoas que habitaram determinados locais se apropriaram do espaço estabelecendo seu próprio modo de vida. O entendimento dessas comunidades sobre si e os outros mantinha-se em relação com atividades socioculturais locais.

[...] As provas estão por todos os cantos, quer se olhe para a cultura material ou imaterial, objetos artesanais ou apresentações. A cultura popular era percebida como cultura local. A cada terra el seu ús [a cada terra, o seu uso], dizia o provérbio catalão. Era a região, a cidade ou mesmo a aldeia o que determinava a lealdade entre aquelas pessoas; essas unidades formavam comunidades fechadas, com estereótipos hostis contra os forasteiros, relutando em admitir novas pessoas ou novos costumes. (BURKE, 2010, p. 52).

Com o exemplo histórico mencionado por Burke (2010), compreendemos que os laços de afetividade, as formas de sobrevivência que são compartilhadas por um grupo social, a produção material, crenças e festividades, e tantos outros elementos, são constitutivos da

cultura popular local. Determinações territoriais feitas pelo Estado não estão no campo das delimitações vivenciadas pela comunidade. Os limites dependem de sua apropriação do espaço, portanto, simbólicos. Seguimos em frente com o tópico em que discutimos como pensamos memória em nosso estudo.

1.4 Usos da memória

Para estudar o grupo de mulheres trabalhadoras do barro da COOPERART-Poty, fazemos uso da metodologia da História Oral, que utiliza como fonte a memória de pessoas vivas. A memória repassada oralmente é importante para tecermos suas histórias a partir de sua própria visão. Estamos trabalhando com a concepção de memória coletiva. “A memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos.” (LE GOFF, 1990, p. 283).

Jacques Le Goff (1990) considera a história monumental como “herança do passado”, o “legado à memória coletiva”, e a história documental como uma “escolha do autor”, “fundamento do fato histórico”, esta última cuja produção histórica construída com documentos triunfou no século XX influenciada pelo *École des Annales*. Mas os documentos não dizem respeito apenas aos que já foram outrora produzidos pelos sujeitos do passado, Le Goff (1990) argumenta que esses documentos também podem ser produzidos na medida em que possuem a capacidade de exprimir e demonstrar a presença do homem. Entendemos que

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais [...]. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. (LE GOFF, 1990, p. 285).

De acordo com Le Goff (1990), uma revolução documental ocorreu a partir de 1960, e implicou em uma maior apreensão daquilo que pode ser documento na viabilização de pesquisas científicas. Para o autor, a flexibilização do que se entende por documento implicou também em transformações da percepção histórica e da organização da memória coletiva. Por isso, o universo abrangente do que se considera documento pressupôs uma renovação crítica em seu tratamento e análise.

A produção do documento na utilização da pesquisa histórica acontece como na História Oral, cujo processo e tratamento das entrevistas coletadas resultam em documentos

escritos. A partir destes, as análises das memórias para construção do texto são feitas. A criação do documento deixa claro o potencial subjetivo da produção científica, tanto pelas memórias relatadas, como pelas escolhas do pesquisador.

Para Le Goff (1990, p. 288), o documento deve ser submetido a uma crítica radical que o conceba ao mesmo tempo como documento/monumento, ou seja, deve-se lembrar do contexto de produção documental, já que eles existem por força de uma subjetividade humana daquilo que se deseja perpetuar como memória coletiva, como legado de um passado.

A evolução das sociedades na segunda metade do século XX clarifica a importância do papel que a memória coletiva desempenha. Exorbitando a história como ciência e como culto público, ao mesmo tempo a montante enquanto reservatório (móvel) da história, rico em arquivos e em documentos/monumentos, e a aval, eco sonoro (e vivo) do trabalho histórico, a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção. (LE GOFF, 2008, p. 249).

Nesse sentido, a memória de sujeitos vivos também se tornou documentos produzidos pela necessidade do saber histórico. A crítica tecida por Le Goff aos documentos lembra que os caminhos da memória coletiva não são ingênuos, por isso, a análise da construção histórica também não os podem ser. No presente estudo, lidamos com diversidade de documentos: escritos, orais, fotográficos, periódicos. Seu tratamento difere, mas o alerta de Le Goff é impetuoso.

O historiador Pierre Nora (1993) comenta que a necessidade de organizar e documentar a memória surgiu com o advento da modernização. Segundo Nora (1993), a percepção da aceleração da história foi o fenômeno responsável pelo interesse pela memória. A liquidez do tempo expressa incessantemente na relação cada vez mais próxima entre passado-presente-futuro tornou a memória uma necessidade no espaço visível.

Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória. (NORA, 1993, p. 7).

Pierre Nora (1993, p. 8) explica que a ruptura moderna deixou para trás as formas de passar a memória do passado para o futuro, fim das sociedades-memórias que passavam valores para o futuro, fim das ideologias-memórias que procuravam reter através da passagem da memória o que se deve saber para o futuro. O autor pontua que a aceleração do tempo, a

mudança e a abertura moderna deixaram de permitir que a memória seja apenas uma operação vivida, e a memória se voltou para as necessidades dos historiadores.

É nesse contexto de transformação e liquidez que os lugares de memória se forjam. “Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora.” (NORA, 1993, p. 12). No caso da História Oral, produzimos locais de memória a partir dos vestígios das lembranças de pessoas cuja matéria um dia irá perecer; mas suas histórias de vida, suas memórias podem continuar documentadas para a posteridade e serem estudadas.

Por isso, a ideia de Nora nos é interessante à medida em que nos lembra que “A necessidade da memória é uma necessidade da história.” (NORA, 1993, p. 14). Nesse panorama de confluência de passado-presente-futuro pela memória, ou seja, entre a lembrança recente, a ação de lembrar e a memória registrada para o futuro, temos as memórias dos indivíduos passadas pela oralidade que, em nossa pesquisa, recebe grande papel.

Mencionando os pensamentos de Bergson, Éclea Bosi (1979) pontua a participação da memória no processo psicológico:

[...] a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. (BOSI, 1979, p. 9).

Nesse caso, a memória segue um fio irregular de interlocuções entre experiências do passado e experiências do presente; está ligada às subjetividades daquele que lembra, sempre tendo a possibilidade de serem ressignificadas pelos sujeitos. “[...] é do presente que parte o apelo ao qual a lembrança responde, e é dos elementos sensório-motores da ação presente que a lembrança retira o calor que lhe confere vida.” (BERGSON, 2006, p. 179). Na História, a memória não cumpre um papel de expor, de revelar, de comprovar, pois ela se reconfigura de acordo com as vivências presentes que ganham novos sentidos de acordo com as experiências vividas pelos sujeitos.

Nosso estudo se comunica com a teoria da memória coletiva do sociólogo Maurice Halbwachs, que discute “[...] os quadros sociais da memória.” (BOSI, 1979, p. 17). Na compreensão de Halbwachs (2003), a memória é um fenômeno que se dá socialmente. O autor sugere que a organização das memórias, assim como a exposição delas, está ligada ao contexto social em que se vive e aos grupos que os indivíduos pertencem. A memória coletiva

atende às expectativas daqueles que a compartilham, por isso, “Toda memória coletiva tem como suporte um grupo limitado no espaço e no tempo.” (HALBWACHS, 2015, p. 106). Mesmo quando tratamos de memórias individuais, estamos diante de uma exposição parcial de memória coletiva.

De bom grado, diríamos que a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que cada ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes.” (HALBWACHS, 2015, p. 69).

Para Halbwachs (2015, p. 61), a memória coletiva performa nas representações individuais que os sujeitos fazem de si e do mundo, baseados nas relações sociais que eles mantêm com seu grupo e os ambientes em que se encontram. A memória, enquanto social, é lançada sobre os acontecimentos vividos em comunidade, ocorre de as lembranças individuais serem transmitidas articuladas ao sentido coletivo dessas lembranças e dos interesses do grupo.

A própria ação de recordar é impregnada pela memória social. Há uma relação entre aquilo que se faz lembrar e aquilo que é lembrado. Segundo Halbwachs (2015), o mundo externo viabiliza o surgimento de determinadas lembranças, assim também acontece na entrevista oral entre pesquisador e sujeito entrevistado. As lembranças estão no ambiente, nos objetos, elas podem ser reforçadas ou complementadas à medida que o grupo comunica memórias em comum.

Dando relevo às instituições formadoras do sujeito, Halbwachs acaba relativizando o princípio, tão caro a Bergson, pelo qual o espírito conserva em si o passado na sua inteireza e autonomia. Ao contrário, o que o sociólogo realça é a iniciativa que a vida atual do sujeito toma ao desencadear o curso da memória. Se lembramos, é porque os outros, a situação presente, nos fazem lembrar. (BOSI, 1979, p. 17).

Sabemos que a memória é um fenômeno do presente, tanto por sua emergência num cenário de progresso e rapidez, quanto pela ação de retornar ao passado, passiva de ser ressignificada e de representar o passado conforme novas experiências vivenciadas. Elas estão encadeadas por parentescos, identificações, comunicações, coletividades. “Halbwachs amarra a memória da pessoa à memória do grupo; e esta última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade.” (BOSI, 1979, p. 18). Mencionando o autor, Bosi reitera:

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, "tal como foi", e que se daria no inconsciente de

cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. (BOSI, 1979, p. 17).

Em nosso entendimento, a memória social se reflete na memória individual dos sujeitos cujos interesses, enquanto membros de um grupo social, repercutem em suas experiências no mundo, bem como os identifica, os diferencia, os insere no contexto de lutas por direitos sociais, espaço, cidadania e na luta pela memória de um povo. A memória coletiva norteia os sujeitos em seus grupos na busca de seus interesses. Suas lembranças em comum fortalecem o sentimento de comunidade, possibilita a tradição, a cultura que repercute em suas identidades.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. (POLLAK, 1989, p. 7).

Michel Pollak (1989) observa que os conflitos sociais são, ao mesmo tempo, permeados por disputas pela memória. Essas memórias existem na contrapartida da memória coletiva nacional cuja história factual se apresenta como a memória oficial de um povo. O autor argumenta que muitas memórias estão marginalizadas pela memória oficial e elas pertencem aos sujeitos comuns. É nesse sentido que se dá a relevância da história oral no processo de reviver memórias marginais, em nosso caso, a memória feminina do trabalho com o barro.

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional. (POLLAK, 1989, p. 2).

As lutas de reivindicação entre os grupos sociais procuram fazer emergir essas memórias presentes em um cenário social aparentemente homogêneo, intervindo na percepção da história, da identidade, do direito, das experiências dos sujeitos em sua diversidade. “Opondo-se à mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política.” (POLLAK, 1989, p. 8). Por isso, compreendemos que

[...] a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (LE GOFF, 1990, p. 250).

A memória compartilhada pelos sujeitos é ao mesmo tempo estratégia de manutenção da tradição, da cultura, da preservação e apropriação de seu espaço. Tudo isso tem a ver com o processo de organização dos fatos memoráveis que os sujeitos evocam como passado memorável da história de seu grupo, o que Pollak (1989) considera ser o trabalho de enquadramento da memória.

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. [...] O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo. (POLLAK, 1989, p. 8).

A memória está presente na construção de identidades individuais e coletivas, no sentido de como se veem e como se representam no mundo. Isso pressupõe que, assim como as memórias sofrem mudanças e podem ser reinterpretadas, organizadas de acordo com o presente, as identidades sociais também não permanecem sempre as mesmas, elas são ressignificadas no esforço de enquadramento da memória social de um grupo.

Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p. 5).

A identidade possui seus referenciais anteriores, estes sempre podem ser percebidos em uma relação memória-cultura. Por isso, “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.” (LE GOFF, 1990, p. 250). Também por isso, a memória é seletiva, ela salvaguarda aquilo que é importante para a história da comunidade.

A memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente, mas porque se relacionam através de índices comuns. São configurações mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo. (BOSI, 2005, p. 11).

Experiências do passado vivenciadas coletivamente se tornam recorrentes no processo de relembrar à medida que são reafirmadas por seus atores ou por aqueles que fazem parte da comunidade. Essas experiências coletivas possuem relevância na construção de suas histórias e na providência dos aspectos de diferenciação e pertencimento dos sujeitos em relação aos outros.

Em uma entrevista, a memória individual dos sujeitos também é seletiva; ela apaga, esquece ou silencia. Por vezes, isso ocorre intencionalmente quando se escolhe o que será exposto por motivos próprios, pela dificuldade do trauma ou de expor lembranças dolorosas. “O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização.” (POLLAK, 1992, p. 5.).

Como escreve Éclea Bosi (2005, p. 7), “O desenraizamento é condição desagregadora da memória”. A memória está associada ao que o sujeito representa de si e do grupo social, aos objetos que rodeiam, às afetividades, está entrelaçada com as lembranças do passado, a cultura, é como se tem a percepção do habitual e do estranho, o reconhecimento das diversas identidades, onde se dão as disputas sociais.

A memória é um elemento que constitui essas identidades. Por isso, desenraizar significa vivenciar o afastamento do que se tem por comum, a perda de seus referenciais identitários, da aproximação com o passado. Muitas vezes, a lembrança se desconecta da paisagem eventual do vivido, onde as relações sociais estão enraizadas, a sensação de fluidez desta memória, a perda, as lacunas, interferem em sua lembrança identitária.

A fluidez dos tempos, do que chamamos de modernidade, também está ligada aos imprevistos de narrar as memórias, pois “As coisas aparecem com menos nitidez dada a rapidez e descontinuidade das relações vividas.” (BOSI, 2005, p. 3). Nesse sentido, muitas lembranças escapolem, porque estão no âmbito das lembranças individuais, afetando as percepções identitárias.

Se a substância memorativa se adensa em algumas passagens, noutras se esgarça com grave prejuízo para a formação da identidade. É grave também nesse processo o ofuscamento perceptivo, ou melhor dizendo, subjetivo, uma vez que afeta o sujeito da percepção. (BOSI, 2005, p. 3).

Nesse caso, as fotografias também são uma forma de se perpetuarem as memórias do passado, bem como é um dos vários referenciais identitários dos sujeitos. Registro visual de um contexto, de um local, da reunião de sujeitos para discutir propósitos, aprender ou comemorar, o documento fotográfico nos ajuda a compreender como ocorriam as trocas sociais e transformações (no espaço, nos objetos de barro, na organização coletiva)

vivenciadas pelas mulheres oleiras do Poti, pois a existência da foto reforça a necessidade para as mulheres da lembrança para o trabalho futuro, e é para nós, pesquisadores, fonte da construção histórica. Como aponta Boris Kossoy:

O fragmento da realidade gravado na fotografia representa o congelamento do gesto e da paisagem, e, portanto, a perpetuação de um momento, em outras palavras, da memória: memória do indivíduo, da comunidade, dos costumes, do fato social, da paisagem urbana, da natureza. A cena registrada na imagem não se repetirá jamais. O momento vivido, congelado pelo registro fotográfico, é irreversível. (KOSSOY, 2014, p. 171).

O fato de se guardarem as fotografias de momentos considerados importantes para suas trajetórias enquanto trabalhadoras do barro evidencia certa preocupação com sua memória, não apenas em lembrar, mas em passá-la adiante. Esta também é uma questão que demonstraremos mais à frente quando nos determos a refletir sobre os objetos de barro produzidos por essas mulheres. Suas trajetórias de vidas também podem ser lidas na intencionalidade da manufatura das peças de barro.

Ressaltamos que também estamos atentos a Carlo Ginzburg (2002) quando diz que as narrativas das fontes possuem lacunas e espaços em brancos que, acima de tudo, podem dizer muito mais do que apresentam. E aí estão inclusos tanto a fotografia, as memórias repassadas oralmente, como outras fontes escritas. Estamos atentos a essas narrativas que fogem de determinado contexto e que perpassam a prática da escrita histórica como o não-dito, postulado por Michel de Certeau (1982).

Em nosso estudo, as memórias femininas das mulheres trabalhadoras do barro são percebidas como um fenômeno que se dá socialmente. Influenciadas pelo mundo exterior, elas escolhem, portanto, selecionam, recalcam, informam, se oferecem para as construções identitárias, para a localização dos sujeitos em seus espaços na sociedade. As memórias são móveis, elas podem mudar ou ressignificar, se fixar em fotografias, evidenciar mudanças, refazer o caminho da angústia, da luta, das desigualdades, de comemorações. Para compreender as memórias femininas das trabalhadoras do bairro Poti Velho, devemos entender primeiramente onde elas estão ambientadas.

2. NAS MARGENS DOS RIOS POTI E PARNAÍBA, O BAIRRO POTI VELHO

No presente capítulo, tratamos do contexto em que está situado o trabalho das mulheres do barro que estudamos, o bairro Poti Velho. Abordamos a história da constituição do bairro que está intimamente ligada aos primórdios da formação da capital de Teresina. Também fizemos apontamentos sobre aspectos sociais e culturais do bairro, pois eles mantêm uma relação fundamental com as dinâmicas e escolhas femininas e o trabalho cerâmico. Elaboramos uma discussão sobre as transformações urbanas ocorridas no Poti Velho, do final da década de 1990 até a primeira metade dos anos 2000, levando em conta a profunda relação que elas possuem com o desenvolvimento do trabalho cerâmico das mulheres.

2.1 Desenvolvimento e aspectos socioculturais do bairro Poti Velho

O bairro Poti Velho está localizado na zona norte da capital Teresina do Estado do Piauí e margeia os rios Poti e Parnaíba. De acordo com os dados do IBGE (2010) compilados pela Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação – SEMPLAN (2018), o bairro ocupa uma área de 0,37km² no território teresinense, a população local residente é de cerca de 3.730, sendo que a taxa de residentes por gênero aponta 53% para habitantes do gênero feminino, elas constituem a maior parte da população do bairro e também o maior percentual de alfabetização (54%).

Conforme o SEMPLAN (2018), a média de rendimento mensal do bairro Poti Velho é inferior a de domicílios particulares da zona urbana da cidade, sendo o comércio a principal atividade econômica. Ao longo dos séculos, os moradores do Poti Velho desenvolveram atividades relacionadas aos rios, como a pesca, a extração de argila, a produção cerâmica, a tradição religiosa, que ainda perduram e influenciam as relações cotidianas do bairro.

Já na segunda metade do século XVIII, registra-se que a região da Barra do Poti, onde hoje fica o Poti Velho, apresentava expressivo contingente populacional, por isso, costuma-se dizer que Teresina nasceu no Poti Velho, o bairro mais tradicional da capital teresinense. De acordo com Lucas Pereira Coelho (2014), mencionando que Machado (2002) e Baptista (2009),

[...] embasados em registros do século XVII, apontam para a existência de populações indígenas na confluência dos rios Parnaíba e Poti. De acordo com ambos, o que hoje denominamos bairro Poti Velho, seria reduto de índios da tribo Poti, pertencente à nação Tremembé. (PEREIRA, 2014, p. 14)

O local também foi rota de passagem de Domingos Jorge Velho e sua tropa, que ao chegar encontraram com índios vivendo na região (MELO, 1993)⁸. O bairro Poti Velho margeia dois importantes rios que cortam a cidade, o Poti e o Parnaíba. O rio Poti, que dá nome ao bairro, “Nasce no Ceará e corre para o Piauí, desaguando no Parnaíba, perto de Teresina. Poti é nome indígena: o resíduo, as fezes. Nome que em tupi se dá ao camarão.” (COSTA, 1974, p. 37).



Figura 1. Região norte de Teresina, o bairro Poti Velho está destacado em vermelho. Na margem direita temos o rio Poti, e na margem esquerda o rio Parnaíba.

Fonte: SEMPLAN, 2018. Acesso em 2019.

No mapa acima (**Figura 1**), podemos observar a delimitação territorial do bairro Poti Velho, fica rente à margem do rio Poti, destaque para os bairros próximos Olarias e Mafrense. As mulheres que estudamos trabalharam carregando tijolos nas olarias durante longos anos antes de se inserirem no trabalho de fabricação cerâmica, por isso o bairro chama-se Olarias. Além disso, algumas das mulheres que entrevistamos residem no bairro Mafrense.

De acordo com Pereira (2014), segundo a memória de moradores, os bairros Olarias e Mafrense faziam parte de uma porção territorial que era conhecida pelos moradores como “Grande Poti”. Embora haja discordâncias sobre sua delimitação, “No cotidiano do bairro, é

⁸ Acreditamos que na região do Poti Velho e bairros próximos aos rios, as primeiras populações que ali habitaram tinham origem indígena. Abrimos espaço para tal reflexão em nosso estudo, esperando que, no futuro, pesquisas mais profundas se desenvolvam nesse sentido.

quase impossível falar do Poti sem falar no Mafrense e vice-versa, como se ambos constituíssem apenas uma localidade.” (PEREIRA, 2014, p. 51).

De acordo com Cid de Castro Dias (2008, p. 264), no início do século XVIII, a capitania do Piauí não possuía administração própria e estava sob jurisdição do Maranhão, que era governado por Fernando Antônio de Noronha. Naquele momento sua capital era Oeiras⁹. Noronha já havia solicitado ao rei a mudança da capital para uma região mais próxima ao litoral, pois, segundo o governador, ela era infértil, seca e de difícil comunicação com o resto das cidades provinciais. Ocorreu que,

No Ano de 1728, o ex-governador e capitão-general do Maranhão, João Maia da Gama, ao regressar ao reino, passou pelo Piauí com destino a Oeiras e atravessou o rio Parnaíba exatamente na barra do Poti, deixando anotado em seu diário de viagem as melhores referências sobre as riquezas naturais do lugar, como a abundância de peixes, matas repletas de madeira de lei, com fartura das vazantes e grandes plantios de cana. (DIAS, 2008, p. 264).

A Barra do Poti, mencionada pelo ex-governador, se tornou um local em perspectiva para a mudança, região que hoje é o Poti Velho. Citando Cardoso e Dourado (2003), os autores Pereira e Moraes (2014) comentam sobre a existência de uma população local que se utilizava dos recursos naturais locais na barra do Poti:

[...] já na segunda metade do século XVIII, a região do hoje considerado bairro Poti Velho já possuía um considerável contingente populacional e dinâmica vida comercial. Lá, conforme os autores, residiam populações pesqueiras que também cultivavam algumas espécies vegetais. A prosperidade do aglomerado populacional é creditada à sua privilegiada localização, visto que se constituía em local de passagem obrigatório a qualquer viajante que se deslocasse de Oeiras, antiga capital da então Província de São José do Piauí, localizada no centro-sul, em direção ao litoral (norte). (PEREIRA; MORAES, 2014, p. 2)

A Barra do Poti apresentou recursos naturais e populacionais positivos para receber a instalação da nova capital, mas, em 1798¹⁰, a vila de Parnaíba, localizada no litoral do extremo norte do Piauí, já havia expressado o desejo de ser elevada a capital. Acreditava-se que a Vila Parnaíba poderia ser sede do governo por apresentar desenvolvimento econômico e habitacional superior a Oeiras. Além disso, era um canal direto de comunicação com a metrópole, podendo facilitar o comércio. Apesar das vantagens, Parnaíba não se tornou capital e os planos de mudança da capital se voltaram novamente para a Barra do Poti. Anselmo

⁹ Primeira capital do Piauí (1759-1852), Oeiras está a mais de 300km de distância da cidade de Teresina, para o sul do Estado. Para mais informações veja: <https://oeiras.pi.gov.br/pagina-exemplo/>. Acesso em: 7 jul. 2020.

¹⁰ Para mais informações veja DIAS (2008, p. 264).

Francisco Peretti assumiu o comando da província do Piauí em 1848, e em 1849 publicou uma lei

[...] autorizando que se fizesse a mudança da capital para o local destinado à nova sede do município do Poti. E por resolução, anulou-se todas as leis votadas até aquela data sobre a transferência da capital. Tal ideia permaneceu adormecida, sendo acordada ora e/ou outra nos discursos, até que em 1851 se consolidou pautada num projeto político que trazia em seu bojo a “utopia” do desenvolvimento e da modernidade. (GANDARA, 2011, p. 93).

Em 1850, José Antônio Saraiva tomou posse da administração do Piauí e no mesmo ano partiu em uma viagem para a Vila do Poti¹¹, que foi elevada à categoria de vila com o Decreto de 6 de julho de 1832¹², mas que já vinha sendo foco dos debates da mudança da capital do Piauí desde 1728. De acordo com Clodoaldo Freitas (1988), ao chegar na Vila do Poti, que ficava na confluência dos rios Poti e Parnaíba, Saraiva percebeu que o local não era uma boa escolha para sediar a transferência, dizendo

Fácil me foi compreender que sujeitas a febres endêmicas, sempre arruinada pelas enchentes daquele rio, não podia aquela vila florescer e que seus habitantes desejavam com ansiedade edificá-la em qualquer outro lugar, que pudesse convir a seus interesses. Aproveitei esses desejos, convidei-os a edificar, por meio de subscrições, uma matriz, no mais belo e agradável lugar da margem do Parnaíba, e o resultado de tudo isto foi além de minhas esperanças, porque nunca acreditei que, em menos de seis meses, estivessem em construção perto de trinta habitações, e, ainda mais, que os mesmos habitantes da Vila Velha, que ali tinham elegantes casas, se resolvessem a deixá-las para construir, no novo local, hoje ;geralmente chamado vila nova do Poti, outros prédios. (FREITAS, 1988, p. 13).

Nesse sentido, a Vila do Poti foi descartada dos planos de receber a capital, e ficou conhecida como Vila Velha do Poti assim que se deu a edificação de novas habitações em uma região mais próxima ao rio Parnaíba, onde se estruturou a sede da administração do Piauí. O novo foco habitacional foi instalado em uma localidade que era conhecida como Chapada do Corisco e passou a se chamar Vila Nova do Poti. Segundo Dias (2008), a escolha do novo local foi uma iniciativa da população residente da Vila do Poti:

Tendo à frente o padre Mamede Lima, a população já havia escolhido o local para a nova sede, localizada onde outrora tinha uma fazenda de gado conhecida como Chapada do Corisco, assim chamada em virtude das grandes trovoadas e raios frequentes na época da estação invernos. O local

¹¹ Ver DIAS (2008, p. 266).

¹² O mesmo decreto também erigiu como vila as povoações de Jaicós, São Gonçalo, Piracuruca e Piranhas. Para mais informações veja NUNES (2007, p. 174),

situava-se a margem do rio Paranaíba, acima seis quilômetros da foz do rio Poti. (DIAS, 2008, p. 266).

Consequente a isso, em 1851, Saraiva comentou¹³ sobre a “[...] existência de mais de trinta casas, e que os moradores do Poti deixavam suas moradias para habitar o local, já denominado de Vila Nova do Poti.” (VILHENA, 2016, p. 98). Algum contingente populacional se mudou da região da Vila Velha do Poti para o novo local onde Saraiva alimentou os planos de progresso e crescimento com a instalação da administração piauiense. A região do Poti Velho então passou da perspectiva de modernização e crescimento urbano para uma gradual condição de esquecimento e marginalização.

De acordo com Freitas (1988), a mudança para o novo local se deu por motivos que tinham em vista a prosperidade da futura capital do Piauí. De modo geral, era um bom ambiente para construções habitacionais, favorecia as relações comerciais por estar próxima de Caxias, no Maranhão, e de Parnaíba, além de possuir terras férteis para a agricultura. Mas a decisão de Saraiva não foi de toda pacífica, muitos adversários da proposta, principalmente em Oeiras, não foram a favor da mudança para a Vila Nova do Poti e sugeriram outros locais¹⁴. De acordo com Freitas (1988), em 1851, uma assembleia vetou o projeto de lei que transferia a capital para a Vila Nova do Poti.

Apesar da oposição de oeirenses sobre a mudança da capital para a Vila Nova do Poti, Saraiva não recuou com seu plano. “A cidade de Oeiras gozou dos foros de capital da província até 1852, quando foi ela transferida para a cidade de Teresina, e de cuja época vem a sua decadência.” (COSTA, 1974, p. 83). No mapa apresentado abaixo (**Figura 2**), da carta corográfica das províncias do Maranhão e Piauí, de 1855, três anos após a instalação de Teresina, observamos em destaque a Vila do Poti e sua localização em relação com a região escolhida para ser sede da nova capital.

¹³ Em relatório do Presidente Antonio Saraiva dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí. Para mais informações. Para mais informações veja VILHENA (2016, p. 98).

¹⁴ Sugeriram mudar para uma localidade mais próxima de Oeiras, citando a vila de São Gonçalo. Para mais informações FREITAS (1988, p. 15).

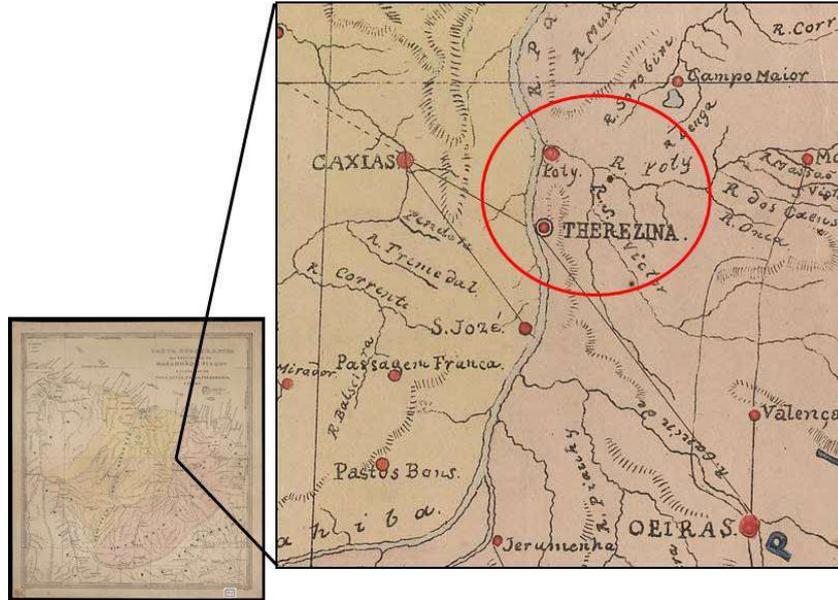


Figura 2. Carta corográfica das províncias do Maranhão e Piauí e parte das do Pará, Goiás, Bahia, Pernambuco e Ceará, 1855. Detalhe de 1855 da região onde foi instalada a capital de Teresina em relação a região da Vila Velha do Poti (Poti Velho).

Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil. Acesso em 2020.

A formalização da transferência administrativa do Piauí se deu com a resolução nº 315 de 21 de julho, “[...] que autoriza a transferência da Capital para a Vila nova do Poti, elevada desde logo à categoria de Cidade, com o nome de Teresina, em homenagem à imperatriz do Brasil, D. Teresa Cristina, esposa de Dom Pedro II.” (DIAS, 2008, p. 269). Este foi o princípio do projeto de progresso planejado por Saraiva para a nova capital do Piauí. A mudança e investimento na cidade de Teresina deveria representar o foco de crescimento econômico, urbano, cultural e social da província, mas, com o tempo, muitas contradições surgiram. De acordo com o historiador Francisco Alcides do Nascimento (2011),

[...] a nova capital nasceu também sob o signo da pobreza. Os legisladores, logo na segunda década do nascimento da cidade, já demonstravam preocupação com o tipo de habitação que cercava o núcleo central da cidade. O olhar dos dirigentes municipais, dos intelectuais, dos cronistas e visitantes para as “casas de palha” era o olhar de censura, de medo. A maioria dos moradores daquelas habitações era pobre e tudo indica que esses construtores de opiniões conheciam os discursos construídos no Ocidente que colocavam os pobres como “classes perigosas”. (NASCIMENTO, 2011, p. 2).

Na segunda metade do século XIX, a cidade de Teresina se tornou a primeira capital planejada do Brasil. Toda movimentação em torno da cidade pretendia fazer dela um território marcado pelo progresso, mas desde sua instalação, em 1852, seu desenvolvimento foi contraditório e desigual. Segundo Amanda Moreira (2016), nas primeiras décadas do século XX, Teresina era uma cidade marcada pela pobreza,

[...] era presente um discurso de modernização construído e reproduzido pelos políticos e intelectuais, que associavam marcos no cotidiano da cidade à ideia de progresso e tentavam criar a todo custo meios para que Teresina pudesse adquirir um aspecto de cidade moderna. (MOREIRA, 2016, p. 160).

De acordo com Pedro Vilarinho Castelo Branco (2005), a cidade de Teresina sempre se caracterizou por ser uma região com grande concentração de pessoas pobres e mesmo miseráveis. “[...] A cidade se tornava-se polo de atração das massas imigrantes que saíam de suas terras em busca de melhores condições de vida.” (BRANCO, 2005, p. 111). Segundo o autor, na Teresina do final do século XIX ao início do XX, era comum observar cenários de pobreza entre a população.

No caso das mulheres de Teresina, Branco (2005) comenta que foram muitas as que tiveram de se inserir em trabalhos cuja sua mão de obra era minimamente valorizada. Pelas condições desiguais, eram empurradas para trabalhos com menor prestígio em relação às mulheres de elite. Na cidade de Teresina não havia muitas oportunidades de trabalho que fossem capazes de absorver sua força de trabalho, por isso, era comum ver mulheres trabalhando nas ruas.

O ir e vir de mulheres, ora com trouxa de roupas na cabeça, ora com pote de barro em busca do rio Parnaíba ou com as malas na cabeça descendo a rampa desse rio para tomarem lugar na embarcação, visando não só os seus próprios sentimentos, mas sobretudo sua sobrevivência. (ARAÚJO, 1995, p. 39).

A situação de mulheres empobrecidas trabalhando nas ruas de Teresina é um dos pontos que demonstraram que o projeto modernizador não acolheu boa parte de sua população. Esse contexto foi visível desde os primeiros anos da capital, mostrando as contradições do projeto de Saraiva, e no caso específico da Vila Velha do Poti e seus habitantes, que sofreram um processo de esquecimento e empobrecimento após a fundação de Teresina. “A vila do Poti foi uma referência, no início do povoamento, mas, no final do século XIX, foi submetida à condição periférica com a transferência da sede do poder administrativo para a Vila Nova do Poti.” (SILVAI; SCABELLO, 2013, p. 70).

Os investimentos urbanos não abrangeram toda a capital e se concentraram em áreas centrais, deixando outras regiões da cidade esquecidas. De acordo com Nascimento (2011), entre os anos de 1937 a 1945, Teresina ganhou intensos incentivos urbanos: as áreas da cidade ganharam novos locais de sociabilidade; o setor do transporte se modernizou; as ruas foram sendo melhoradas para atender às novas mudanças, que apenas beneficiavam a elite. Tudo isso buscou tornar Teresina uma capital moderna,

Mas, existia outra cidade menos presente no discurso oficial, onde não havia água tratada e canalizada, luz elétrica, e suas ruas não eram calçadas; nela, animais domésticos eram criados à solta e os moradores atingidos por um grande número de doenças, dentre as quais a febre tifóide, a varíola, a tuberculose. Nessa outra cidade, a maioria da população morava em casas de palha. (NASCIMENTO, 2011, p. 4).

De acordo com Nascimento (2005, p. 158), ao longo do processo modernizador de Teresina, várias atitudes do governo procuraram afastar as camadas populacionais pobres das regiões onde se concentravam as iniciativas de urbanização, como: a proibição de plantação de capim e deslocamentos de estábulos de zonas urbanas, a proibição de construção de casas cobertas de palhas próximo às áreas centrais, impostos e códigos de postura. Atividades que se contrapunham à pretendida capital moderna eram consideradas indesejadas e forçadas a se afastar. Além disso, as inovações não chegaram nas áreas periféricas na mesma proporção que nas áreas centrais.

O crescimento e investimento urbano de Teresina foi socialmente desigual e assim permaneceu, agravando os problemas sociais de seus habitantes em determinados territórios. Nesse período, “Deve-se registrar que a divisão entre campo e cidade não estava inteiramente realizada.” (NASCIMENTO, 2002, p. 123). Ao longo das décadas de 50, 60 e 70, Teresina experimentou evidente crescimento populacional¹⁵, boa parte composta por imigrantes vindos de outras partes do país, especialmente do sertão do nordeste.

No decorrer do século XX, Teresina continuou sendo uma cidade que providenciava o progresso em cenário de extrema pobreza e desigualdades sociais, urbanas e econômicas em regiões afastadas dos centros da cidade, já que as regiões onde o incentivo governamental era maior também sofriam com essas contradições em certa proporção. Por isso, pode-se dizer que “A expansão dos limites territoriais de Teresina submeteu, gradativamente, a região do Poti e Olaria ao esquecimento. A área passou a receber contingentes de população de baixa renda que se dedicaram às atividades de subsistência e comerciais.” (SILVAI; SCABELLO, 2013, p. 70).

Em 2002, Nascimento escreve: “Teresina, nos dias que correm, ainda, possui áreas na periferia onde o número de habitações construídas com a palha de coco babaçu é significativo.” (NASCIMENTO, 2002, p. 211). De acordo com o autor, mesmo com a proibição desde os primeiros anos do século XX de construções cobertas com palha, a camada de baixa renda da sociedade teresinense não tinha condições de mudar para o telhado cerâmico e permanecia cobrindo suas casas com palha. O bairro Poti Velho foi um bairro que,

¹⁵ Para mais informações veja NASCIMENTO (2002, p. 125).

até os primeiros anos do século XXI, manteve suas estruturas habitacionais cobertas com palha.

De acordo com Dias (2008), ainda em 1950, foi lançado os fundamentos da construção da igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo na Vila Nova do Poti. “Esta igreja, a primeira que teve Teresina, começou a ser construída por meio de uma subscrição popular, sob os auspícios do dr. Saraiva, em 1851”. (FREITAS, 1988, p. 22). A construção foi a primeira obra pública que marcou a fundação de Teresina, já que sua construção ficou concluída ainda em 1852, após a mudança da capital.

Este ponto, definido e demarcado como o Marco Zero de Teresina – a Igreja Nossa Senhora do Amparo - apresenta-se para os teresinenses com três significados especiais: o religioso, pois consagrou a nascente povoação à fé cristã-católica; o delimitador, pois a partir daquele ponto definiram-se outros marcos que possibilitaram delimitar o espaço que comportaria a cidade na sua concepção original e posterior ampliação; e o urbanístico, porque a partir do Marco Zero foi traçado o plano original de Teresina (4) – com indicação de ruas, praças, avenidas e alguns equipamentos urbanos – cemitério, poço, casa da pólvora. (ABREU, I. G de.; LIMA, I. M. M. F., 2000, p. 2).

A igreja matriz, erguida na Vila Nova do Poti, representou o embrião do planejamento da nova capital e deu base para a organização do espaço urbano que delimitou as construções dos edifícios que vieram a seguir. Foi a partir de sua localização que os outros pontos da cidade foram traçados para serem erguidos.



Figura 3. Igreja Nossa Senhora do Amparo.
Fonte: Arquivo pessoal Amanda Lima, 2017. Acesso em 2019.

O bairro Poti Velho também possui uma capela em homenagem à Nossa Senhora do Amparo. Os habitantes também celebram a tradição da padroeira da cidade, pois a santa também faz parte da história e tradição do bairro. De acordo com Lucas Pereira Coelho (2014), na tradição oral popular local costuma-se dizer que a primeira imagem da santa chegou ao bairro Poti Velho ainda no final de 1832, após uma moradora prometer mandar trazer a santa de Portugal caso o marido fosse curado da varíola que o acometia. Tendo sua prece atendida por Nossa Senhora do Amparo, a santa foi então

[...] posta na Igreja local, à época, localizada às margens do rio Poti, [...]. Todavia, em virtude das constantes enchentes que atingiam a região, a igreja desmoronou e a santa passou a ficar alojada em uma capela de palha, situada no local onde, posteriormente, seria edificada a atual Igreja do bairro. (PEREIRA, 2014, p. 101).

A santa ficou na igreja de palha do Poti Velho até 1852, quando a matriz do centro da cidade foi aberta para os fiéis “[...] A 24 de dezembro era trazida, em solene procissão, do Poti Velho, a imagem da padroeira da cidade, Nossa Senhora do Amparo, e inaugurada, na missa do galo, a igrejinha do Amparo.” (CHAVES, 1994, p. 21). Segundo Pereira (2014), a santa padroeira de Teresina recebe homenagens em dias diferentes no Poti Velho e na capital, visto que na igreja matriz do centro se comemora dia 16 de agosto, juntamente com as festividades do aniversário de Teresina, e no Poti Velho, dia 25 de novembro.



Figura 4. Capela de Nossa Senhora do Amparo do bairro Poti Velho.
Fonte: Google Maps. Acesso em 2019.

A capela de Nossa Senhora do Amparo, do bairro Poti Velho, também está no roteiro da festa popular mais importante dos moradores, o tradicional festejo de São Pedro, que

ocorre no bairro. “O resgate oral da devoção aponta que o início do festejo de São Pedro remonta à década de 1950.” (MARINHO; *et. al.*, 2011, p. 4) e foi idealizado por um pescador local chamado Manoel de Sousa Aguiar, que também foi responsável por organizar uma colônia de pescadores no período. O pescador tem seu nome imprimido na memória da população local com a construção do mercado do peixe, em 2017, pela Prefeitura Municipal de Teresina, estabelecimento de comercialização de peixes que leva seu nome.

Todos os anos, entre os dias 21 e 29 de junho, ocorrem as homenagens ao santo padroeiro dos pescadores no Poti Velho. O evento mobiliza todos os moradores em devoção e atrai a vizinhança de outras regiões da cidade, e tudo ocorre em uma ligação povo-rios.

A abertura do festejo se dá por meio da realização de uma missa na Igreja de Nossa Senhora do Amparo, no bairro Poty Velho. Após a missa, a imagem de São Pedro é levada até a Igreja de Nossa Senhora do Amparo, localizada no centro de Teresina, onde tem início a procissão. O cortejo fluvial parte do “Troca-troca” (ponto de referência da capital piauiense, onde são realizadas trocas de mercadorias), onde diversas embarcações seguem pelo Rio Parnaíba, acompanhando o barco principal, que é o responsável por levar a imagem de São Pedro ao destino final: o Parque Ambiental Encontro dos Rios (ponto em que os dois principais rios de Teresina se encontram: rios Poty e Parnaíba). (MARINHO; *et. al.*, 2011, p. 5).

Essa tradição religiosa é um dos demarcadores culturais da população do Poti Velho e se desenvolve ligada à forma pela qual os habitantes do bairro se apropriaram do espaço, partindo das riquezas naturais propiciadas pelos rios, como a pesca e a produção de peças cerâmicas de argila, que são atividades culturais e, ao mesmo tempo, econômicas dessa comunidade, elas produzem sentido nas relações sociais que os habitantes empreendem. No caso da pesca, ela foi implementada no cotidiano do Poti Velho muito antes da instalação da capital na região, a modalidade mais comum de apropriação local dessa região.

Nessa área, historicamente conhecida como Barra do Poti, localizada no encontro do rio Parnaíba com o rio Poti, surgiram as primeiras “fazendas” e “aglomerados de fogos” – pequenas redes urbanas formadas e que eram habitadas por pescadores, canoieiros e pequenos agricultores – já na segunda metade do século XVIII. (TERESINA, 2018, p. 14).

Os rios Poti e Parnaíba favoreceram essa prática e se configuraram como fonte abundante de subsistência e economia de muitas famílias que se mudaram para a região. Ainda hoje, “Os pescadores existentes em Teresina, como no caso dos residentes no bairro Poti Velho, praticam a pesca em pequena escala, cuja produção serve tanto para o abastecimento familiar, como para a comercialização na própria comunidade.” (OLIVEIRA, 2012, p. 93).



Figura 5. Imagem de São Pedro próxima às margens do rio Paranaíba acompanhado pelos fiéis do Poti Velho.
Fonte: Google Maps, 2016. Acesso em 2020.

Por isso, nesta tradição cultural da atividade pesqueira entre os habitantes do Poti Velho, “Costuma-se apontar a permanência de práticas como as atividades profissionais de pescadores – o remendo e composição das redes de pesca com traços artesanais de produção – ou ainda, a oferta de peixes frescos às populações locais no início da manhã.” (TERESINA, 2018, p. 14). Além disso, na paisagem local é possível ver os canoeiros descendo e subindo os rios com suas redes diariamente.

Os festejos do bairro Poti Velho se desenvolvem em uma constante interação religiosa, social e urbana, correlacionando fé, afetividade e identidade social, isso reforça os laços de pertencimento dos habitantes no vivenciar de uma cultura particular em meio à diversidade da urbe. O bairro Poti Velho também é um centro de desenvolvimento ativo de produção cerâmica, que começou por volta da segunda metade do século XX, primeiramente com o trabalho oleiro. Destinamos o próximo tópico para explorar algumas questões sobre as olarias do Poti Velho.

2.2 Uma passagem pelas olarias

Falamos das olarias nesta seção por dois motivos pertinentes ao nosso trabalho. O primeiro é que na história e na tradição oral do Poti Velho é impossível falar do bairro sem mencionar as olarias, pois elas fazem parte das memórias de boa parte da população do bairro, inclusive das mulheres que estudamos. As olarias ficavam próximas de lagoas localizadas onde hoje é o bairro Olarias (**Ver figura 7**). No entanto, cabe ressaltar que

Inicialmente a área pertencia a Vila do Poti depois, tornou-se o bairro Poti velho. Com a expansão urbana e o crescimento populacional, a região foi sendo desmembrada; primeiro, cedeu parte da sua área ao bairro Mafrense; depois ficou conhecida como parte da comunidade São Joaquim e, a partir de 1988, foi constituído, por fim no bairro Olarias. (PORTELA, 2005, p. 60).

De acordo com Lucas Coelho Pereira (2014), é comum que na história contada oralmente os habitantes desta região não dissociem o bairro de Olarias (e os outros que surgiram a partir do Poti Velho) de uma mesma porção territorial. Os limites de pertencimento desses habitantes se contrapõem aos limites estabelecidos pelo governo municipal e demonstram as relações da memória e identidade social compartilhadas por seus habitantes em meio às ações reguladoras dos territórios.

O segundo motivo de destacarmos a atividade de olaria em nosso estudo se justifica porque o trabalho nesse local, como carregadoras de tijolos, ocupou boa parte das trajetórias das mulheres ceramistas que estudamos. Antes de se dedicarem ao trabalho de fabricação cerâmica, para muitas, o local foi onde tiveram seu primeiro contato com o barro.

As olarias eram locais onde ocorriam todas as etapas da fabricação de tijolos e telhas cerâmicas usando a matéria-prima abundante da região, a argila. “A referida prática foi favorecida pela existência de uma área de aproximadamente 53 ha”. (MONTE, 2016, p. 52). Historicamente, ainda há dúvidas sobre quando começou o uso da argila para a produção oleira, “[...] não há registro documental sobre essa atividade até meados do século XX. Com base nos depoimentos dos oleiros mais antigos da região, estima-se que a exploração de argila nessa área ultrapasse os 50 anos.” (PORTELA, 2005, p. 67). A olaria se caracteriza pelo

O trabalho praticado pelos oleiros, denominado também de mineração artesanal em operações a céu aberto ou próximas a superfície, ocorre de forma em que há confinamento á pequenas aberturas ou acessos para trabalhos subterrâneos. No seu aspecto ambiental, trata-se de um manejo sem a orientação correta dos recursos minerais, com a falta de planejamento e reparação dos danos. (PORTELA; BARBOSA, 2015, p. 18).

Estes procedimentos de produção de tijolos e telhas nas olarias do Poti Velho incluía: retirada da argila, modelagem, queima das peças e armazenamento. Como aponta Portela e Barbosa (2015), “Os oleiros extraem matéria-prima de jazidas e preparam a argila para a fabricação, secagem e queimas de telhas e tijolos além de desenformarem os produtos e providenciarem a sua armazenagem.” (PORTELA; BARBOSA, 2015, p. 18). As olarias abrangeram grande contingente de trabalhadores homens, mulheres, adolescentes e até

crianças, muitos vindos de outras partes da cidade em busca de recursos para a sobrevivência¹⁶.

Segundo as memórias das mulheres que estudamos, a fabricação de tijolos foi uma função comum entre os homens, enquanto mulheres, adolescentes e crianças carregavam os tijolos, “[...] o carregador seria responsável pelo transporte e condução dos tijolos/telhas crus do lastro para o local em que seria construído o forno e, depois de assados, desempilhá-los-ia colocando-os sob a forma de fiadas, atividade feita geralmente por mulheres.” (PORTELA, 2005, p. 73). Maria de Lourdes recordou do serviço pesado carregando tijolos nas olarias, antes de passar a confeccionar objetos cerâmicos:

[...] antes de eu trabalhar aqui no polo cerâmico eu trabalhava nas olarias, trabalhava em um serviço duro, puxado, a gente trabalhava no sol, era muito sofrido, saía, chegava, por exemplo, eu trabalhava na diária, por diária, eu chegava sete da manhã e saía meio dia, onze horas, eu retornava uma hora, eu saía cinco horas da tarde, às vezes quando tinha caeira de tijolo queimado, aí a gente ainda para aumentar mais a renda, aí quando saía da diária, aí a gente saía para fazer tipo “cerão” que a gente fazia né, fazer hora extra, aí ia trabalhar, tirar tijolo até sete horas da noite. Aí quando dava assim umas sete a gente vinha embora, aí no outro dia saía de madrugada, pra fazer “cerão” de novo até sete horas da manhã, sete horas, seis e meia a gente parava, tomava café, aí ia pra diária de novo, era um trabalho assim muito sofrido, muito cansativo e o ganho também era muito pouco. (LOURDES, 2019, s/p).

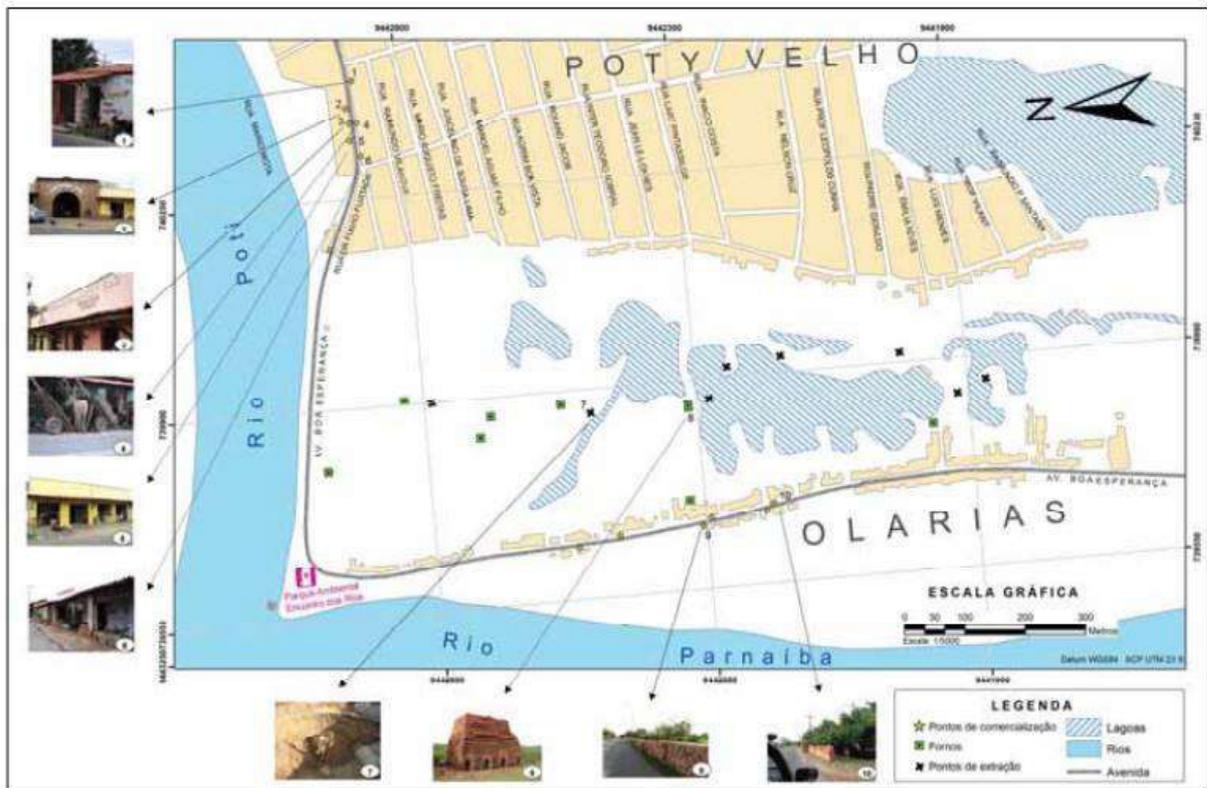
No labor oleiro, travava-se uma batalha contra o corpo das trabalhadoras. Sem oferecer condições propícias de manutenção da segurança e saúde, elas enfrentavam o dia a dia carregando tijolos, em uma luta por sobrevivência dupla: para colocar comida na mesa, pagar suas pequenas dívidas em mercearias, e para fazer a armadura do corpo aguentar o trabalho debaixo do sol quente. A ceramista Maria do Amparo também rememorou sua adolescência trabalhando nas olarias:

Trabalhei muito carregando tijolo [...] quando eu cheguei aqui com uns 13 anos eu não tinha emprego, não tinha serviço, meu serviço foi trabalhar na olaria, comecei lá [...] a gente trabalhava na diária e trabalhava mesmo de conta própria, eu comecei, eu mesma pela minha conta carregando tijolo, botar os milheiros porque era 1.500, dois milheiros, três milheiros, até quatro milheiros de tijolos eu tirava [...] todo dia [**ia para olaria**], de segunda a sábado [...], pesado. (AMPARO, 2019, s/p, grifo nosso).

Maria do Amparo iniciou aos 13 anos de idade como carregadora de tijolos nas olarias. Os motivos de crianças e adolescentes terem ido trabalhar nas olarias estão relacionados à pobreza e dificuldade dos membros adultos da família de se inserirem em

¹⁶ Para mais informações veja Portela (2005, p. 69).

trabalhos mais qualificados. De acordo com o estudo de Portela (2005), o desemprego era um dos principais motivos da inserção neste trabalho, além disso, não havia necessidade de mão de obra especializada e a área de atuação dos trabalhadores era flexível. Este tipo de atividade se desenvolvia geralmente em ritmos e tempos irregulares, sem salário fixo, era pago um valor por diária ou milheiro, não havia abrangência das leis trabalhistas, a exploração da mão de obra ocorria de modo precário nas olarias.



MAPA 04 - Localizações dos pontos de extração da matéria-prima e comercialização.
Org.: Veras, 2011.

Figura 6. Na parte superior da imagem temos o Poti Velho; à esquerda, local de manufatura cerâmica mostrando várias lojas do polo cerâmico. Na parte inferior, a indicação das olarias, local de produção de tijolos, atual bairro Olarias, mostrando cada uma das etapas de produção oleira.

Fonte: Lima, p. 95, 2011, *apud*, Veras, 2011.

Por volta da segunda metade do século XX, houve um crescimento da demanda da construção civil em Teresina, “[...] a qual promoveria a exaustão de outras fontes de argila, frente a novas demandas do setor da construção civil. A atividade, então, tem um importante papel na construção da cidade”. (MONTE, 2016, p. 53, *apud*, Moraes, 2013, p. 104). A necessidade do setor repercutiu na entrada expressiva de pessoas para trabalhar, mas também de pessoas para explorar essa mão de obra.

De acordo com Lima (2011)¹⁷, no ano de 1977, foi criada a Associação dos Oleiros Autônomos de Teresina (ASSOAUTER), composta por membros com formações acadêmicas

¹⁷ Em menção ao plano de produção da cooperativa de oleiros de 1986 da Prefeitura Municipal de Teresina.

de prestígio (médicos, advogados, agrônomos, e etc.). Eles se apossaram das terras onde se dava o trabalho oleiro, mas sequer habitavam a região ou os arredores do Poti Velho.

[...] o comércio de tijolos crescia em Teresina e passou a representar uma parte importante na composição de renda das famílias. Tal comércio estimulou a ganância de pessoas mais abastadas e de fora do bairro a se apropriarem desse espaço e assumirem o papel de donos, utilizando uma mão de obra barata e sem oferecerem nenhuma garantia trabalhista aos verdadeiros oleiros ou aos que já trabalhavam com essa atividade anteriormente. (LIMA, 2011, p. 86).

Com a tomada do espaço por donos ilegítimos, “O controle das olarias pelos sócios da ASSOAUTER provocou a saída de muitas famílias, que mais tarde retornaram por não encontrarem outro meio de sobrevivência.” (LIMA, 2011, p. 86, *apud*. PMT, 1988 b). Nesse sentido, a apropriação das terras oleiras por parte da associação não trazia benefícios aos verdadeiros oleiros. “Sem garantir ao poder público nenhuma contrapartida tributária, pois estavam em área de propriedade do município, a ASSOAUTER serviu na realidade para agravar o processo de exploração social e econômica dos verdadeiros oleiros.” (PORTELA, 2005, p. 68). Ocorreu que

Durante 20 anos, o senhor Primo Vaz da Costa reivindicou a posse da terra e cobrava em até 20% do total do valor da produção para que os trabalhadores pudessem usufruir a área. Só no final da década de 80 (26 de maio de 1987), após longa batalha judicial, a Prefeitura Municipal pôde anexar ao patrimônio público esse pedaço de chão tão cobiçado por muitos (PMT, 1988 c). (PORTELA, 2005, p. 67).

No entanto, a associação possuía o direito de explorar as olarias desde 1984, tendo em vista que “[...] o Prefeito Antônio de Almendra Freitas Neto concedeu à ASSOAUTER o direito de explorar a área por 15 anos, sob a condição de ser arrecadado para o poder público municipal o valor correspondente a 5% da produção.” (LIMA, 2011, p. 87). Durante este período, os trabalhadores e as trabalhadoras oleiras sofreram com as escassas condições de trabalho e desigualdade, recebendo quantias inexpressivas pelo trabalho diário. Eles estiveram expostos a ganhos inferiores aos exploradores de sua mão de obra, principalmente em períodos chuvosos, quando a produção de tijolos cessava.¹⁸ O relato seguinte é de Antonia Chaves, que tentou recordar quanto recebia pelo trabalho de carregadora de tijolos, mas apenas lembrou que era pouco.

¹⁸ De acordo com um estudo da Fundação Joaquim Nabuco, de 1985. Para mais informações veja Portela (2005, p. 68).

Era pouquinho. Na época era o que? era, eu não sei se, eu nem lembro mais o milheiro que a gente colocava, não sei se era 5\$ reais o milheiro que a gente colocava no forno, a gente colocava, a gente passava, era, “merman” era uma coisa horrível, coisa de louco a gente trabalhar na olaria, era muito peso para nós, às vezes a gente ficava numa fila esperando o diarista tirar de cada um, aí é que chegava em nós. Eu sei que é sofrido e é um ganho pouquíssimo, pouco demais, só mesmo para quem não tinha mesmo, assim, outro ganho. (FERNANDES, 2019, s/p).

Percebemos na narrativa de Antônia Chaves que todas as etapas do trabalho oleiro eram desgastantes, inclusive o momento de esperar para receber o dinheiro após carregarem tijolos o dia todo, esta espera resultava em baixas remunerações. Maria do Amparo também tentou recordar do valor que recebia: “Era pouco, na época, eu nem lembro direito, mas acho que era 4\$ reais o milheiro, era coisa pouca, 2\$ reais, era assim, quase assim, e depois é que vinha aumentando aos poucos.” (AMPARO, 2019, s/p).

Apenas analisando as narrativas das mulheres que estudamos, não podemos chegar a um valor exato de quanto elas recebiam em diárias nas olarias por cada milheiro de tijolos que carregavam, mas podemos fazer uma média. Segundo suas memórias, o valor variava entre 2,50\$ e 5\$ reais, e podia aumentar inexpressivamente com o tempo.



Figura 7. Forno de produção de tijolos na olaria.
Fonte: SEMPLAN, 2018. Acesso em 2019.

A partir de 1987, foi necessário que os verdadeiros trabalhadores oleiros se organizassem politicamente em torno de objetivos em comum, como escreve Portela (2005):

Segundo a PMT (1987 a), cerca de quarenta famílias se organizaram com o apoio da Prefeitura Municipal, no terceiro governo do então prefeito Wall Ferraz para a criação da Cooperativa de Produção e Comercialização de Tijolos e Telhas do Bairro Mafrense Ltda. As primeiras reuniões deram-se em maio de 1987, e o primeiro impasse seria o de “desapropriar” os sócios da ASSOAUTER, que tinham a garantia legal de explorar a área até o ano de 1999. (PORTELA, 2005, p. 69).

Várias reivindicações foram traçadas e posteriormente efetivadas pela cooperativa.¹⁹ De acordo com Portela (2005), a Prefeitura Municipal de Teresina organizou e apoiou financeiramente a cooperativa até 1988, quando no ano seguinte Heráclito Fortes²⁰ cessou a participação do município. Apesar do curto período de desenvolvimento da cooperativa, “[...] a inexistência do apoio da prefeitura, aliada à falta de experiência dos cooperados, a cooperativa entrou em processo de decadência.” (PORTELA, 2005, 72).

A prática de extração sistemática de argila, para fins de produção de telhas e tijolos nas olarias, findou em 2011 devido ao trabalho de intervenção urbana e ambiental do Programa Lagoas do Norte (PLN)²¹, sendo permitida a retirada apenas para a produção dos artigos de artesanato cerâmico local. Mas tem-se em vista que a extração de argila possa acabar por completo com o desenvolvimento do PLN, como aponta Lucas Coelho Pereira (2014).

De acordo com a Prefeitura Municipal de Teresina (2019), o Programa Lagoas do Norte está sendo implementado desde 2008, agindo na revitalização urbana e ambiental de treze bairros da zona norte, entre eles, a região do bairro Poti Velho. Através do programa, a Prefeitura de Teresina tem atuado no tratamento dos arredores e das lagoas onde se concentrava a extração de argila, no reassentamento de moradores em situação de risco de alagamentos, na melhoria da paisagem urbana e em outras tratativas de caráter urbano e social relacionadas a essas zonas de lagoas e próximas aos rios.

A existência do PLN confirma que “A intervenção do Estado nestes territórios tem se dado geralmente através de programas e projetos que “racionalizam” estes espaços, adequando-os às normas do modelo.” (ROLNIK, 1995, p. 69), estratégias do governo de adequar essas regiões à paisagem urbanizada e modernizada que podem ser vistas em outras regiões da cidade de Teresina. No entanto, essas intervenções do PLN suscitaram uma série de debates pelos próprios moradores no que se refere ao impacto desse programa sobre a cultura local, a vida social e econômica, principalmente pelo PLN não se ocupar com a

¹⁹ Para informações detalhadas veja o trabalho de LIMA (2011, p. 87).

²⁰ Foi Prefeito de Teresina de 1989 a 1992.

²¹ Programa de Revitalização Urbana e Ambiental da Prefeitura de Teresina com foco na Zona Norte, compreendendo a região do Poti Velho. Começou a ser implantado em 2008 até os dias atuais.

proteção das relações cotidianas dessa região que encabeça o Poti Velho, visto que o bairro tem suas

[...] práticas cotidianas e extra-cotidianas que reiteram modos de vida na comunidade barrial do Poti Velho, e adjacentes, nas quais se expressam valores e visões do mundo, consciência individual, e grupal. Nesse sentido, dialogam intimamente com direitos fundamentais, em particular, com direitos culturais, merecendo assim a devida proteção legal. (MONTE; MORAES, 2015, p. 10)

O desenraizamento de trabalhadores de suas localidades e a limitação do extrativismo mineral pelo PLN resultou em conflitos entre a Prefeitura Municipal de Teresina e a população local. “Hoje após a implantação do Programa, removidos de seu local, os oleiros alegam sofrer com a marginalização e com o desemprego, tendo em vista que o avanço do PLN impossibilitou a extração de argila, matéria prima de seu labor.” (LEMOS; LIMA, 2017, p. 2). O PLN é um programa invasivo que se fundamenta em interesses político-econômicos. A luta dos habitantes locais não é apenas uma questão de ter compensação justa pelos danos econômicos ou investimento em novas profissões para as pessoas que residiam no bairro, é uma luta por cidadania, reconhecimento e direito de habitar a cidade em sua particularidade.

O debate se estende para o ponto de que as reformas urbanísticas e ambientais deveriam acontecer no Poti Velho sem que desorganizassem seus espaços de memória, identidade sociocultural e trabalho, implementando o direito dos habitantes a fim de valorizar as potencialidades locais culturais, sociais e econômicas, sem manipular esse território de maneira drástica e coesiva. Esta noção da população de preservação visa que o planejamento do desenvolvimento dessa parte da cidade se adeque à apropriação que os habitantes fizeram desse território, sem que para isso se desagreguem traços identitários e atividades econômicas que os diferem dos outros grupos da cidade, onde assinam sua singularidade na urbe e demarcam o sentido coletivo.

Veremos a seguir que desde sempre o bairro Poti Velho teve uma relação muito frágil com os processos de urbanização, principalmente no que se refere às habitações precárias que abrigavam o trabalho de ceramistas até a metade da década de 2000. O desenvolvimento da prática cerâmica e a participação de trabalhadores e trabalhadoras ceramistas nas lutas pela mudança desse cenário foi essencial para que essas transformações do espaço não ferissem alarmantemente sua cultura e as relações sociais do trabalho cerâmico.

2.3 Transformações urbanas no Poti Velho: Dos barracões ao Polo Cerâmico de Artesanato

Um dos principais aspectos das transformações urbanas que ocorreram no Poti Velho na primeira metade dos anos de 2000 é o dado de que elas se deram em função da relevância que o trabalho de produção cerâmica artesanal já possuía na comunidade. Os moradores e moradoras do bairro Poti Velho começaram a produzir objetos de cerâmica voltados para as necessidades domésticas a partir da década de 1960.

O precursor da atividade foi Raimundo Nonato da Paz, conhecido como Raimundo Camburão, que chegou à cidade de Teresina naquele período vindo de Rosário no Maranhão e instalou o primeiro torno²² na região do Poti Velho (SEBRAE, 2005). O novo habitante trouxe a técnica manual de produzir peças de barro para o dia a dia e disseminou a prática no bairro. No dia 24 de fevereiro de 2002 (ANEXO A), o jornal teresinense O Dia²³ trouxe uma matéria em que comentava a origem da produção cerâmica no Poti:

Há 38 anos, Raimundo Nonato da Paz, o “Raimundo Camburão”, atualmente com 60 anos, munido de um torno de madeira – movimentado com o pé que o faz girar, iniciou com as cerâmicas no bairro Poty Velho. Aprendizado que trazia do Maranhão. Com o aumento da procura por filtros, jarros e potes, ele chamou alguns amigos do vizinho estado e passou a produzir os utensílios em maior quantidade.” (CAMBURÃO..., 2002, p. 3).

De acordo com o fragmento retirado do jornal, entende-se que Raimundo Camburão começou com o trabalho cerâmico no Poti Velho no ano de 1964, aos 22 anos de idade, tendo apontado a atividade para outros maranhenses como oportunidade de trabalho. Também é isso que aponta o histórico da produção cerâmica local contido no “Estudo da Situação Econômica do Artesanato de Teresina: Cerâmica, Tecelagem, Arte Santeira e Bordado” do SEBRAE (2005). Sobre o precursor Raimundo Camburão:

Com a divulgação do seu trabalho e por consequência o aumento da produção, Camburão teve que ensinar em pouco tempo a 29 pessoas a sua arte. Porém, logo se viu sozinho, já que aqueles se tornaram independentes nessa nova atividade. Em razão disto, teve que ir a Rosário para trazer pessoas que lá já trabalhavam com cerâmica e que ainda hoje se encontram no Poti Velho. (SEBRAE, 2005, p. 14).

A cidade de Rosário, no Maranhão, é uma região que também possui uma cultura de produção ceramista há várias décadas, por isso, entendemos que junto com ele vieram outros

²² É uma ferramenta do trabalho cerâmico equipada com um disco giratório que permite modelar a argila manualmente, pode ser feito de madeira ou ferro. Geralmente usa-se na produção de vasos, panelas, pratos, e etc.

²³ O jornal O Dia foi fundado em 1951, em Teresina, Piauí.

trabalhadores ceramistas locais para se estabelecerem na produção do Poti Velho. Uma de nossas entrevistadas, Maria Margarida, é natural da cidade de São Luís no Maranhão, embora sua mãe e avó tenham origens no Piauí. A região do Poti Velho, banhada por rios que permitiam a pesca artesanal, absorveu grande contingente de população migratória. Também haviam as olarias que ofereciam trabalho indiscriminado. “[...] famílias que migraram de cidades vizinhas a Teresina ou que, por não terem acesso à moradia em bairros mais centrais da cidade, se instalaram ali.” (PORTELA, 2005, p. 69).

Como aponta Nascimento (2002), Teresina foi polo de atração de populações vindas de outras regiões do país, principalmente do sertão do nordeste. Essas pessoas saíam das regiões de seca em busca de melhores condições de vida e de ganhar renda. Além disso, no século XX, “A maior proporção de migrantes chegados à cidade ocorreu de 1960/1970, fase que corresponde à maior expansão do espaço urbano.” (IBGE, 1943, *apud*, NASCIMENTO, 2002, p. 126). Mesma época em que os trabalhos nas olarias estavam a todo vapor e o trabalho de manufatura cerâmica estava se consolidando no Poti Velho.

Também é isso que aponta a mesma matéria de 2002 do jornal O Dia (ANEXO A), “A maioria dos adultos que ainda trabalha na área é formada de maranhenses, sendo piauiense a geração mais moça.” (CAMBURÃO..., 2002, p. 3). Torna-se compreensível que essa população tenha se apropriado da prática de produzir objetos de barro, tendo em vista as circunstâncias de livre retirada da argila sem nenhum tipo de inspeção somando à novidade do trabalho cerâmico na região e à necessidade de sobreviver. Mas também, naquele ano de 2002, o trabalho cerâmico ainda funcionava em um cenário de transformações lentas, mantendo-se uma atividade que se desenvolvia de modo marginal nas ruas do bairro e com pouco retorno para a maioria dos fabricantes de cerâmica.

A matéria publicada no ano de 2003 no Jornal Meio Norte²⁴ (ANEXO B), em Teresina, traz uma entrevista em que Raimundo Camburão diz: “Minha família já está toda criada com o fruto do meu trabalho.” (INCUBADORA..., 2003, p. 4). Sua fala reflete o potencial que o trabalho cerâmico demonstrava de mudar a vida das pessoas, cujas oportunidades para elas na cidade e no trabalho assalariado eram limitadas pelo advento da pobreza e da falta de educação. Mesmo sendo uma atividade que se desenvolvia de modo precário em relação ao cenário atual, ela foi a base do sustento de muitas famílias e continua sendo.

²⁴ Antigo jornal O Estado (1969-1994). O Jornal Meio Norte entrou em circulação em 1995.

No caso do precursor, a atividade não vingou entre seus filhos, como menciona em outro trecho a matéria do Jornal O Dia (**ANEXO A**). Apenas um de seus muitos filhos seguiu o caminho da produção cerâmica (CAMBURÃO..., 2002). Por ser uma atividade geralmente familiar e passada de pai para filho, pode surpreender que o ofício não tenha se estendido à maioria dos filhos de Camburão, mas, de fato, Raimundo Camburão legou essa prática a boa parte de seus vizinhos do bairro.

A origem da tradição cerâmica na região também está presente nas narrativas orais das mulheres que estudamos. Raimundo Nonato da Paz está presente na memória de Antonia Lisboa como precursor da atividade:

[...] eu conheço desde o tempo do Raimundo Camburão, que vendia os filtros [...] ele, Raimundo Camburão foi o primeiro artesão que teve aqui no polo, Raimundo Camburão [...] tinha a oficina dele, que fica ali onde hoje, se eu não me engano, a oficina lá que tem os cursos de capacitação, e o Raimundo Camburão ficava ali assim, não tem? e ele fazia filtro, pote, então, foi um dos primeiros artesãos, foi o Raimundo Camburão [...] eu não posso, assim, afirmar, [...] desde que entendo, o início que eu conheci, o primeiro artesão, o Raimundo Camburão. (LISBOA, 2019, s/p).

O nome de Raimundo Camburão sempre aparece associado aos primeiros momentos do desenvolvimento do ofício de produção cerâmica, como aquele que fez a ponte entre a pobreza e a mudança de perspectiva dos moradores do Poti Velho, tendo o barro como estratégia de sobrevivência e desenvolvimento econômico.

Nesse contexto, as transformações ocorridas na paisagem do bairro Poti Velho nos últimos 20 anos têm ligação direta com o desenvolvimento do trabalho cerâmico e da união de forças da população trabalhadora ceramista do bairro. Em 1998, “[...] os artesãos organizaram-se politicamente criando a Associação dos Artesãos em Cerâmica do Poti Velho – ARCEPOTI.” (SILVAI; SCABELLO, 2013, p. 76), eles elaboraram metas e ações em comum a fim de conseguir melhorias para a realização do trabalho cerâmico, bem como o desenvolvimento coletivo. De acordo com o SEBRAE,

Uma associação é uma instituição de direito privado sem fins lucrativos, constituída com o objetivo de defender e zelar pelos interesses de seus associados. São regidas também por estatutos sociais, com uma diretoria eleita em assembleia para períodos regulares. (SEBRAE, 2010, p. 18).

Segundo as memórias de Raimunda Teixeira da Silva, conhecida como Raimundinha, uma das poucas mulheres que na época fundaram e incentivaram a ARCEPOTI, e que foi tesoureira por dois anos, assim que se iniciou a associação, e depois foi presidente, a organização se deu a partir da mesma ter conhecimento do que era uma associação:

[...] em noventa e seis foi inaugurado o encontro dos rios e a gente, eu fui para lá, umas das convidadas pra expor as peças e lá melhorou mais as vendas, e aí a menina, administradora de lá, Creusa Soares “por que que vocês não criam uma entidade que possa representar vocês pra vocês terem mais apoio?” Aí eu disse “mas a gente nem sabe, não tem nem ideia de associação”, aí ela disse “não, mas eu posso trazer uma pessoa do SEBRAE para poder dar uma palestra para você”, [...] ela lançou o primeiro desafio, “eu quero que a senhora arrume pelo menos 10 ceramistas para participar dessa reunião”, aí o pessoal daqui não acreditavam, eles não acreditavam, nesse negócio de se ajuntar que não dava certo, aí eu consegui arrumar 12. (SILVA, 2019, s/p).

Apesar dos planos de associativismo margem o ano de 1996, a associação só foi fundada em 1998, antes disso, segundo Raimundinha, eles participaram de cursos de associativismo oferecidos pelo SEBRAE. Após dois anos da fundação da ARCEPOTI, os trabalhadores ceramistas já comemoravam algumas ações efetivadas, como a participação em feiras, exposições, reuniões e visita técnica a São Raimundo Nonato, no Piauí (ver figura 9).



Figura 8. Comemoração de dois anos de fundação da ARCEPOTI, 2000.

Fonte: Arquivo pessoal Raimunda Teixeira. Acesso em 2019.

No segundo ano de existência da fundação da associação, uma matéria publicada no jornal teresinense Meio Norte, em 6 de fevereiro de 2002 (ANEXO C), evidenciou que a ARCEPOTI possuía metade da população ceramista associada ao trabalho, 36 associados para 76 ceramistas em todo o bairro (SERSE..., 2002, p. 3). Mesmo que a ARCEPOTI não conseguisse compreender todo o número de ceramistas que trabalhavam no bairro naquela

época, a atuação da associação não se limitou a oferecer suporte apenas aos associados, mas o recebimento de encomendas com grandes quantidades de peças cerâmicas destinadas à associação atingia o beneficiamento econômico apenas daqueles que a integravam.

Muitas iniciativas profissionalizantes voltadas para a cerâmica foram concentradas na associação nos primeiros anos de seu funcionamento, mas elas também absorveram os ceramistas de todo o bairro. Talvez por isso a população associada tenha relutado a crescer inicialmente, já que alguns cursos que passaram a chegar na ARCEPOTI após sua fundação também eram oferecidos aos ceramistas que não pertenciam à associação, a exemplo do curso de continhas²⁵.

Por mais que o conceito formal de uma associação preconize as lutas pelos interesses de seus associados, os laços de afetividade da comunidade do Poti Velho ultrapassaram essa postura política. Muitos trabalhadores ceramistas eram beneficiados com as conquistas feitas pela ARCEPOTI sem que precisassem estar oficialmente ligados a ela. As vivências e dificuldades do trabalho com o barro eram compartilhadas por todos, logo o sentimento de identidade social comunitário não permitiu que se fizessem distinções ou que se barrasse o apoio mútuo. Todos se sentiam parte de uma mesma realidade e lutaram pelos mesmos objetivos de manterem-se no trabalho com o barro visando sua melhoria, associados ou não associados.

Em 2003, eram cerca de 80 famílias na atividade (INCUBADORA..., 2003, p. 4)²⁶. Em 2007, já eram cerca de 148 famílias trabalhando com a cerâmica (VENDAS..., [200-], s/p)²⁷. Tem-se uma base de como a atividade cerâmica cresceu após a fundação da ARCEPOTI e passou a influenciar o cenário espacial, cultural e social do Poti Velho, visto que a prática foi se consolidando no cotidiano do bairro, tomando a extensão das ruas e os espaços das moradias como centros de produção e de venda. A instituição foi o primeiro local que privilegiou o desenvolvimento coletivo local voltado para os ceramistas artesanais e procurou capacitar e inovar o trabalho cerâmico.

Desde sua fundação, a ARCEPOTI se concentrou em atrair incentivos públicos e privados para a atividade local, divulgar o trabalho cerâmico e melhorar as condições de trabalho e de vida dos ceramistas. Nos primeiros anos da década de 2000, notamos que as instituições atuaram de modo sistemático junto à associação. Instituições como o SEBRAE/PI (Serviços Sociais da Indústria e Comércio e dos Transportes) e a Fundação Wall Ferraz

²⁵ Trataremos das iniciativas de incorporação feminina no próximo capítulo, visto a importância que elas possuem para a entrada massiva das mulheres no trabalho cerâmico do Poti Velho e para sua história.

²⁶ (ANEXO B).

²⁷ (ANEXO D).

desenvolveram cursos de capacitação e aprendizagem de novas técnicas nos primeiros anos da ARCEPOTI.

O SEBRAE/PI também apoiou a atuação do projeto da Incubadora do Artesanato Artístico de Teresina (InART), que estava a cargo do poder municipal e foi iniciado em 01/07/2001²⁸, e logo passou a atuar junto com a associação dos artesãos em cerâmica do Poti Velho, que encadeava outras instituições, tais como SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e UFPI (Universidade Federal do Piauí). O projeto tinha em vista “[...] o desenvolvimento de empreendimentos do setor de artesanato artístico com linha básica de produção (artesanato popular), outros que agreguem inovação de produtos e processos (linha branca e decorativa) reconhecido pelo Decreto n 5.233 de 04 de julho de 2002.” (SEMDEC, 2010, p. 1).



Figura 9. Comemoração de dois anos de fundação da ARCEPOTI, 2000. Destaque para Raimunda Teixeira da Silva no centro da foto.

Fonte: Arquivo Pessoal Raimunda Teixeira. Acesso em 2019.

O jornal O Dia, de 5 de novembro 2002 (ANEXO E), informa que técnicos vindos do Centro de Desenvolvimento Técnico da UNB (Universidade Nacional de Brasília) chegaram aos artesãos do Poti Velho para orientá-los na implantação da incubadora, diagnosticar problemas e propor soluções durante uma semana (INCUBADORA..., 2002, p. 3). Logo após esse período, ocorreu o início dos trabalhos da InART junto aos artesãos do Poti Velho.

²⁸ De acordo com o banco de dados do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (CEAPG). Disponível em: <https://ceapg.fgv.br/programa/incubadora-artesanato-artistico-teresina-inart>. Acesso em: 17 mai. 2020.

Para tanto, a InART passou a oferecer apoio tecnológico e capacitação técnica para a ARCEPOTI. Foram oferecidos cursos de modelagem de argila, curso de pintura de arte sacra, curso de bijuterias, curso de esmaltação, curso da técnica do engobe. “Temos oficina de preparação da massa, esmaltação, pintura a frio, design, gerenciamento de empresas, atendimento ao cliente e formação de preços.”²⁹ De acordo com o jornal Meio Norte, de circulação local da época, já em janeiro de 2003,

Dos cerca de 80 artesãos do Poti Velho que vivem exclusivamente do artesanato, 19 estão na fase que os técnicos da Sebrae chamam de pré-incubação. A etapa atual inclui cursos de aperfeiçoamento e treinamento. Para isso o Sebrae entrou com cerca de R\$ 47 mil. (INCUBADORA..., 2003, p. 4)³⁰.

De fato, o número de artesãos que a InART atendia naquele momento ainda era pequeno diante da população que já trabalhava no bairro com a produção cerâmica, mas também havia o fator de que a associação era a responsável por abrigar o projeto. A incubadora teve considerável peso nas mudanças que ocorreram na região. Desenvolver as potencialidades dos ceramistas artesanais, naquele momento, fortaleceu os objetivos do recém fundado centro dos interesses e desenvolvimento coletivo da ARCEPOTI. Isso também possibilitou uma ressignificação do olhar que os próprios trabalhadores tinham sobre seu ofício, mostrando a eles que havia alternativas para elevar a qualificação do trabalho com o barro e o crescimento econômico local.

A ARCEPOTI teve grande importância no fortalecimento do trabalho cerâmico e na visibilidade frente aos órgãos públicos e privados de incentivo, visto que essa organização evidenciou que o trabalho cerâmico possuía uma força político-social que exigia mudar o rumo das coisas, apesar de ser um trabalho que já vinha sendo desenvolvido durante quatro décadas de modo marginal e recuado em um canto da zona norte da cidade. Além disso, foi a partir dos incentivos conquistados pela organização coletiva da associação que muitas mulheres passaram a integrar a atividade cerâmica, assunto que trataremos com afinco no próximo capítulo.

Desde 1960, quando a produção cerâmica passou a se estabelecer como prática frequente no bairro, tal atividade acontecia em um cenário habitacional precário na tessitura do bairro. De acordo com os relatos das mulheres que entrevistamos e de alguns jornais, o Poti Velho era populado por residências feitas com materiais frágeis, com taipa e cobertas de palha, os locais de produção cerâmica costumavam se chamar de barracões, por se tratar de

²⁹ Relato de Raimundinha presente no Jornal Meio Norte de 13 de janeiro de 2003 (ANEXO B).

³⁰ (ANEXO B).

uma estrutura construída com matéria-prima mais barata e ter um espaço sem divisões específicas de etapas de trabalho. Isso demonstra que a cidade planejada de Teresina convivía com contradições e dualidades na urbe, entre o espaço pobre e o espaço moderno.

Traços dessa ruralidade aparecem com certa constância na cidade, visível na construção de casas de taipa, cobertas por palha de coco babaçu. Esse tipo de edificação, com paredes erguidas com caibros de madeira rústica amarrados que dão a sustentação, preenchidas com adobe, com portas e janelas de madeira ou palha entrançadas, de piso de chão batido, ou ainda, de ladrilhos, de compartimentos básicos, fez presente desde a fundação da cidade. (MONTE, 2017, p. 3).

Para além do bairro Poti Velho, a valorização dos centros urbanos de Teresina forjou os territórios onde as moradias e oficinas de trabalho de taipa cobertas com palhas se manifestaram com maior frequência. De acordo com Francisco A. do Nascimento (2002), por volta da segunda metade do século XIX, as autoridades de Teresina estavam preocupadas com casas que eram feitas de materiais de fácil combustão, como a palha, que era usada para cobrir habitações, dadas as altas temperaturas que a cidade atingia durante o segundo semestre do ano. Nesse contexto, as casas foram proibidas de serem cobertas com palha pelo governo, principalmente nas áreas centrais da cidade. Para o autor, esse cenário continuou sendo alvo de preocupação no período do Estado Novo, visto que habitações continuavam sendo construídas com materiais precários.

Essa proibição era uma iniciativa a nível de segurança, mas também para dar contornos de cidade moderna com casas construídas de materiais mais resistentes e cobertas com telha cerâmica. No entanto, a proposta não beneficiava a todos, visto que as condições socioeconômicas na capital sempre foram desiguais. Portanto, “Em Teresina, aqueles que não podiam construir casas e cobri-las de telhas foram obrigados a morar na área rural da cidade.” (NASCIMENTO, 2015, p. 38). Conseqüentemente, a população pobre foi afastada de zonas urbanas e passou a construir suas moradias cobertas de palha em regiões periféricas da cidade.



Figura 10. Barracão de produção cerâmica coberto com palha, no Poti Velho. Foto tirada entre a década de 1990 aos primeiros anos de 2000.

Fonte: Arquivo pessoal Raimunda Teixeira Silva. Acesso em 2019.

No Poti Velho, ainda nos primeiros anos do início da década de 2000, era comum a existência de habitações e oficinas de trabalho cerâmico feitas com materiais menos resistentes, geralmente eram taipas, argila ou madeiras usadas para erguer paredes e palha de coco babaçu usadas para cobrir. Algumas pessoas ainda conseguiam cobrir suas casas com telhas ou construí-las com alvenaria, mas as memórias das mulheres do barro que estudamos nos levam para o passado de suas vidas morando e trabalhando em estruturas instáveis no Poti Velho, como conta Raimundinha:

[...] minha casa era aqui no buraco, coberta de palha parede de taipa, depois dela lá nesse tempo eu consegui fazer uma “barracãozinho” para mim, entendeu, e já morava com meu filho lá [...] porque aqui era só casebre, a gente morava, não era só eu que morava em casa de palha, todo mundo morava nas casinhas de palha, que era barracão, moradia, loja, todo mundo junto [...]. (SILVA, 2019, s/p).

A trabalhadora do barro Antonia Lisboa, também marcou em suas lembranças das andanças pelo Poti Velho as estruturas precárias e inseguras que abrigavam o trabalho cerâmico:

Eu moro no bairro vizinho aqui, no Mafrense, mas sempre eu andei aqui desde que o polo cerâmico era só aqueles barracões, [...] aí tinha só lá no começo um galpão bem grande, antes de vim toda essa reforma aqui pro polo, então eu já conheço aqui de muito tempo. (LISBOA, 2019, s/p).

Os barracões não eram espaços adequados para abrigar os produtos cerâmicos. Mesmo sendo queimados em forno para ganhar mais durabilidade, as peças podiam ser quebradas pelo manuseio incorreto, falta de um local de estocagem seguro, pelas chuvas que atingiam os barracões, ou mesmo, pelo vandalismo, como aponta uma matéria jornalística de 24 de fevereiro de 2002, do jornal O Dia (ANEXO A). De acordo com a publicação:

O amontoado de peças de barro na calçada são alvo fácil para vândalos que promovem verdadeiro quebra-quebra, quando anoitece, e para motoqueiros embriagados e/ou drogados – que a toda velocidade – atravessam as “paredes” que caem aos cacos pelo asfalto. No outro dia, segundo os artesãos, a vontade é de chorar em cima do que restou de um trabalho meticuloso e demorado. (VÂNDALOS..., 2002, p. 3).

Foi este cenário que se estendeu até a segunda metade da década de 2000 na vida de muitos ceramistas. Até 2006, os moradores do Poti Velho desfrutavam do espaço instável dos barracões, e os ceramistas lutavam por uma estrutura adequada onde pudessem produzir e armazenar sua produção sem sofrer com a ação de vândalos que destruíam seus trabalhos por consequência de seus vícios. Perder a produção significava perder oportunidades de venda. Consequentemente, os produtos quebrados precisavam ser refeitos e isso exigia que mais matéria-prima fosse usada. Este era um ciclo que os ceramistas não desejavam repetir cotidianamente.



Figura 11. Barracão de produção cerâmica. Foto tirada entre a década de 1990 e primeiros anos da década de 2000.

Fonte: Arquivo pessoal Raimunda Teixeira da Silva. Acesso em 2019.

As demonstrações de luta por parte da população trabalhadora cerâmica do bairro estão expressas repetidamente em jornais do início dos anos 2000. A exposição das dificuldades funcionou para chamar a atenção do Governo Municipal e do Estado para a necessidade de melhores condições de trabalho com o barro no Poti Velho. Os ceramistas aproveitaram os interesses dos jornais pela produção, que ainda se desenvolvia marginalmente, para expor o descontentamento com o esquecimento urbano e de investimento governamental nas potencialidades econômicas locais do Poti Velho. Sempre que faziam isso, cediam o espaço de exposição e promoção de seu trabalho e das suas peças para empreender uma luta coletiva nada silenciosa.



Figura 13: Detalhe da área interna de um barracão de produção cerâmica.

Fonte: Arquivo pessoal Raimunda Teixeira da Silva. Acesso em 2019.

As intempéries que afligiam a zona norte de Teresina também acabaram deixando rastros nos barracões do Poti Velho que eram frequentemente danificados. Os relatos orais das mulheres que estudamos trazem à tona o desgaste dos alojamentos de produção cerâmica pela ação das chuvas: “Já passava e já via os “casebrezinho”, tempo de chuva caía todas as paredes botava aqueles plásticos pretos, palha [...]” (LISBOA, 2019, s/p). Mais trabalho era perdido, mais cacos de sua produção os ceramistas juntavam devido às condições das habitações locais. Foram longos anos de esquecimento do Poti Velho por parte do governo.

Em outro relato, agora de Raimundinha, ela se lembra do dia em que uma enchente derrubou a casa alugada para onde havia se mudado com seu filho, nascido há pouco tempo, quando ela tinha por volta de vinte anos de idade:

Depois que eu tive meu filho com um ano e pouco eu saí da casa da minha mãe e depois fui morar, nem foi de aluguel, foi de favor com uma tia minha que arrumou um quartinho. Por ironia do destino, isso foi em oitenta e cinco, logo que eu tava lá achando que já tava tudo muito bom, lá se vem uma enchente, uma grande enchente que alagou tudo isso aqui, Poti, Mafrense, Zona Norte. aí a casa que eu tava caiu e quando eu voltei, essa enchente, eu disse “meu deus, onde é que eu vou morar?”, porque o quarto tinha caído tudo e com filho no braço, e aí, aqui nessa rua já tinha algumas oficinas no barracão onde o pessoal morava e trabalhava e nesses lados aí, era uma quinta, e só tinham umas casinhas na beira da avenida. (SILVA, 2019, s/p).

Assim como demonstra o relato de Raimundinha, observamos que em 1985 foi registrada uma das maiores enchentes da cidade de Teresina. Segundo Chaves *et al.* (2017), a enchente ocorrida nesse ano foi uma das mais devastadoras, um ano após ter sido construído um dique de proteção na zona norte contra as inundações do rio Parnaíba, mesmo assim, a grande enchente se estendeu por vários bairros, inclusive algumas avenidas e ruas do centro.

Uma coincidência dos picos de vazão dos rios Poti e Parnaíba, provocou o transbordamento do rio Poti, numa posição não protegida pelo dique, inundando dezenas de bairros da capital. Os picos de vazão decorreram das intensas precipitações, com total anual de 2.568,5mm, um dos mais altos da história de Teresina. (CHAVES *et al.*, 2017, p. 185).

Algumas regiões da zona norte tiveram suas casas submersas pelas águas do rio Poti. “[...] dezenas de famílias ficam desabrigadas devido à súbita enchente do rio Poti, e muitos moradores tiveram que abandonar suas moradias diante do perigo.” (FEITOSA, 2014, p. 147). Raimundinha também lembrou que teve que encontrar um local para morar quando as águas baixaram, porque a casa alugada onde morava havia sido reduzida a escombros pela enchente: “[...] aí uma comadre minha pegou e me ofereceu um quarto, aqui nessa rua pra mim morar, e assim eu fiz até eu arrumar um local pra mim ficar, aí eu vim com meu filho pra casa dela [...]” (SILVA, 2019, s/p).

A enchente daquele ano ficou marcada na memória de Raimundinha. Ela experienciou os estragos causados pelo imprevisto natural dos rios que se combinou ao ambiente precário em que residia. Antonia Lisboa também recordou a enchente de 1985 que derrubou barracões:

Antes o polo era só aquelas casinhas de taipa e tudo, então eu já vejo, eu já via isso aqui de antes [...], teve a enchente de oitenta, mil novecentos e oitenta e cinco, que foi a enchente mais forte que teve, que ela, a água do rio ficou até no Itaperu, que é um bairro próximo aqui. Então, lá onde eu moro cobriu a casa, isso aqui a pessoa andava de canoa [...]. Teve essa e teve outra mais, mas a outra que teve já foi mais fraca, não foi tão forte como a de oitenta e cinco. E aí eu me lembro, eu tinha quinze anos nessa de oitenta e cinco, nós fomos ficar, ficamos desabrigadas, aí a gente passou 15 dias no

[incompreensível], que fica na Piçarra, e logo depois o exército deu as barraquinhas. (LISBOA, 2019, s/p).

A enchente não apenas derrubou a casa de taipa de Antonia Lisboa, de Raimundinha e barracões, como também mexeu com a produção local cerâmica no Poti Velho. Além da enchente ter dificultado a vida dos moradores das regiões centro-norte, 1985 foi um ano bastante chuvoso, de acordo com Feitosa (2014)³¹.

Nesse período, a atividade nas olarias era intensa e a extração de argila já ocorria sistematicamente na região. Além das moradias e barracões serem prejudicados, as lagoas de extração estavam submersas pela água, as cerâmicas já feitas foram comprometidas e o longo período de umidade de 1985 atrapalhava a secagem das peças produzidas posteriormente, dificultando a comercialização.



Figura 12. Região da zona norte atingida pela enchente do rio Poti em 1985.
Fonte: Jornal O Dia, 1985, *apud*, FEITOSA, 2014.

Cabe ressaltar que essa não foi a única enchente que assolou a região norte da cidade de Teresina. Como vimos anteriormente, Saraiva já abordava a existência desses infortúnios climáticos na Vila do Poti, antes da instalação da capital, e por isso mudou seu local de instalação para a Chapada do Corisco. As regiões banhadas pelos rios Poti e Parnaíba também foram assoladas por enchentes em 1995, 2009 (FEITOSA, 2014), 1926, 2004, 2008 (CHAVES; *et. al.*, 2017).

³¹ Para mais informações veja FEITOSA (2014, p. 137).

Mesmo quando não faziam transbordar os rios, as chuvas causavam problemas aos trabalhadores do barro. Em fevereiro de 2002, o Jornal Meio Norte (**ANEXO C**) reportou que a ação das chuvas afetou a venda de produtos cerâmicos, fazendo com que o Serviço Social do Estado (Serse) entrasse em cena fazendo uma compra em massa: “Enfrentando dificuldades para comercializar as peças produzidos nesse período chuvoso, a Associação dos Artesãos do Poti Velho recebeu encomenda para a confecção de 2 mil filtros.” (SERSE..., 2002, p. 3).

No entanto, essa alternativa só beneficiou os membros da ARCEPOTI, enquanto metade dos trabalhadores ceramistas do Poti Velho continuaram sofrendo com a baixa de vendas, um cenário social, econômico e urbano degradante. Observe o trecho seguinte extraído do Jornal Diário do Povo³² (**ANEXO D**), em meados da segunda metade da década de 2000:

A presidente da Cooperativa de Artesanato do Poti Velho informou que no período chuvoso do ano passado, os artesãos tiveram uma perda de 50% dos artigos produzidos, em virtude da precariedade das barracas onde eram feitos os artesanatos. “Mas depois da construção do Pólo Cerâmico não tivemos mais perdas no inverno”, comentou. (VENDAS..., [200-], s/p).

A partir do trecho apresentado, percebemos que a precariedade dos barracões somada às chuvas fez com que metade dos itens cerâmicos disponíveis nos estoques do Poti Velho fosse perdido, antes da inauguração do polo cerâmico. O período de chuvas diminuía o fluxo de compradores na região, fazendo com que as vendas caíssem. Além disso, interferia em toda a cadeia de produção.

Desde sua fundação, a ARCEPOTI empreendeu uma luta para que o Governo Municipal melhorasse as condições do trabalho cerâmico e de vida dos moradores da região, dadas as condições impróprias das habitações e locais de trabalho. Estes trabalhadores foram estratégicos, pois utilizaram o interesse crescente dos jornais pela produção cerâmica para entoar suas necessidades, como observamos em edições de jornais teresinenses dos primeiros anos da década de 2000.

Em 06 de fevereiro de 2002, s/p, o jornal Meio Norte (**ANEXO C**) trouxe em sua narrativa a perspectiva dos trabalhadores de mudança urbana no bairro com a construção de um local destinado apenas para a produção cerâmica: “De acordo com os moradores, as principais necessidades de oleiros, artesãos e pescadores são a construção de um Centro de

³² O Jornal Diário do Povo foi fundado em 1987.

Produção, a Vila do Ceramista e a urbanização do local.” (TRABALHADORES..., 2002, p. s/p).

Nas expectativas dos ceramistas, a Vila do Ceramista mencionada pela matéria se configuraria como um ambiente seguro onde se poderia moldar o barro, estocar e vender, abrangendo as famílias que trabalhavam na atividade na época: “Estamos lutando, unidos à Prefeitura de Teresina, para conseguirmos o local tão almejado, no sentido de que possamos vender nossa mercadoria e receber melhor o turista que nos procura, desabafa.” (VÂNDALOS..., 2002, p. 3). O Relato é de Raimunda Teixeira da Silva, e está presente no jornal O Dia de fevereiro de 2002 (ANEXO A).

Observamos que a luta pelo espaço não foi passiva, no sentido de que esses trabalhadores estiveram sempre cobrando intervenção respeitosa às suas dinâmicas socioculturais e econômicas por parte do Governo Municipal e Estadual de Teresina. Foi preciso que os habitantes organizassem seus propósitos de urbanização para a melhoria do trabalho local.

A ação do povo do Poti Velho em usar os mecanismos disponíveis para chamar a atenção do poder público se enquadra nas lutas por memória. Como discute Pollak (1989), ter um local valorizado urbanamente pela cidade é uma questão de continuidade, de se retirar da zona do esquecimento da cidade cada vez mais moderna, de fazer ver o resto da cidade a história local de um povo que se conta através de barro moldado. A luta comunitária foi entoada por esses significados simbólicos que perpassam a mudança da arquitetura do bairro.

Os anos de organização e luta da população fizeram com que a instalação fosse finalmente conquistada. O Diário Oficial de 5 de julho de 2005 reportou que o Governo do Estado do Piauí, à frente o governador Wellington Dias, deu início ao financiamento da obra do Polo Cerâmico de Artesanato do Poti Velho: “[...] duas parcelas de R\$ 26 mil foram liberadas para a compra de material de construção. A mão-de-obra ficou por conta dos próprios artesãos.” (ARTESÃOS..., 2005, p. 001). De fato, o polo cerâmico começou a ser construído pelos próprios ceramistas. O relato de Raimundinha trouxe esta lembrança:

[...] o polo cerâmico também foi uma luta nossa, entendeu, aí a gente conseguiu que a prefeitura comprasse terreno em 2003 [...], aí depois a gente conseguiu um recurso com o governo do Estado, 158 mil reais, nós compramos o material e nós artesãos entramos com a mão de obra aqui, a gente já tinha um projeto feito pelos arquitetos e engenheiro da prefeitura, aí nós entramos com a mão de obra, aí em 2005 o dinheiro acabou, não deu para concluir a parte bruta, aí o município veio, fez a parte de acabamento e tudo. (SILVA, 2019, s/p).

A construção do polo cerâmico pelos próprios trabalhadores ceramistas tornou a relação com o bairro e a comunidade do trabalho ainda mais simbólica, pois ela passou a estar expressa no concreto que dura, para além dos barracões que derrubaram experiências de trabalho, memórias e peças cerâmicas, e quando as águas baixavam os obrigavam a reconstruir tudo. As experiências da tradição de trabalho nos barracões e as expectativas de melhorar a vida com o polo cerâmico passaram a se acomodar nas paredes de concreto que foram erguidas pelas mãos dos principais interessados na mudança, com seu próprio suor.

A ação estabeleceu uma relação ainda mais íntima com o ambiente de trabalho, tal como acontece quando os moradores constroem sua própria morada, onde ali, enquanto colocaram concreto e alvenarias, faziam planos e imaginaram condições melhores de sobreviver. A construção do polo pelos habitantes-trabalhadores do barro é mais uma forma de legar sua memória na urbe e de se reapropriar do espaço que sofreu intervenção em sua arquitetura cotidiana, mesmo a partir de suas reivindicações.



Figura 13. Construção do Polo Cerâmico de Artesanato do Poti Velho, 2005.

Fonte: Arquivo pessoal Raimunda Texeira da Silva. Acesso em 2019.

O polo cerâmico foi erguido na extensão da Rua Desembargador Flávio Furtado, ocupando a margem direita da rua (sentido Praça Maria do Carmo Rodrigues para o Parque Ambiental Encontro dos Rios), e, de acordo com as informações contidas no Diário Oficial do Piauí de 05 de julho de 2005 (**ANEXO F**), o local foi cedido pela Prefeitura Municipal de Teresina e implicou na demolição de casebres localizados na beira da pista para abrigar 30 lojas e oficinas de trabalho (ARTESÃOS..., 2005, p. 001).

O polo cerâmico foi inaugurado em outubro de 2006. Cada uma das instalações presentes no polo inclui: uma oficina de produção, onde todos os processos de trabalho acontecem, que fica no fundo da instalação e permite a estocagem de peças em desenvolvimento; uma loja, que fica na frente e onde são expostas as peças para a comercialização; e um estacionamento para os visitantes.

De acordo com os relatos orais das mulheres que estudamos, esses espaços são alugados pelo poder público para os trabalhadores e trabalhadoras do barro. Em função disso, muitos ainda não conseguem ter seu próprio ponto de produção e venda no polo cerâmico. Por isso, estratégias de cooperativismo e solidariedade emergiram entre os moradores, assim como aqueles que possuem moradias na rua do polo cerâmico aproveitaram para expor e vender suas peças na frente de suas casas, sem que precisem alugar uma instalação no polo.

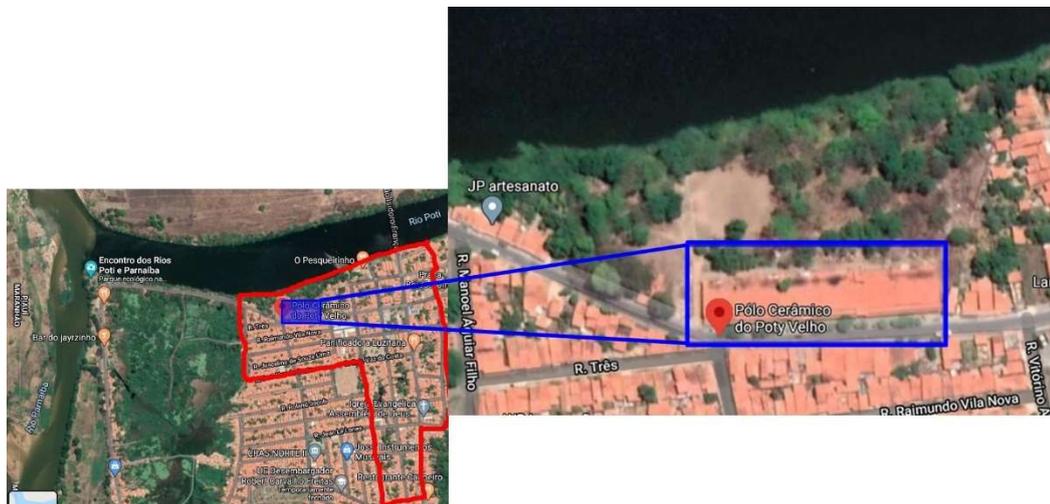


Figura 14. Vista aérea da localização o Polo Cerâmico Artesanal do Poti Velho.

Fonte: Google Maps, 2020. Acesso em 2020.

Observando o mapa acima (**Figura 15**), podemos ver a extensão ocupada pelo polo cerâmico de artesanato no bairro, construído muito próximo à margem do rio Poti. Embora este local esteja organizado na tessitura do bairro para a produção e venda de peças cerâmicas, cabe ressaltar que do outro lado da rua, em frente ao polo, e em vários pontos do Poti Velho, nas casas de trabalhadores e trabalhadoras do barro, também se dá a confecção de peças.

A inauguração do polo foi um divisor de águas no que se refere à qualidade de trabalho, de vida dos ceramistas e no retorno econômico de sua produção. Isso pode ser percebido tanto nos relatos das mulheres que entrevistamos, como em matérias jornalísticas a partir de 2006 às quais tivemos acesso. Após a construção do polo cerâmico, no *Jornal Diário do Povo* (**ANEXO D**), o então presidente da Associação dos Artesãos de Cerâmica, José de Ribamar de Moraes, afirmou que as vendas aumentaram 100% após a construção do polo

cerâmico (VENDAS..., [200-], s/p). Outra matéria do jornal Meio Norte, publicada no ano de 2008 (**ANEXO O**), informou que as mudanças aumentaram a produção cerâmica (MUDANÇAS..., 2008, p. d2).

As transformações urbanas também possibilitaram o direcionamento de população turística para a região, já que o polo cerâmico passou a aparecer em roteiros de turismo divulgados pela Prefeitura Municipal de Teresina e em panfletos comerciais (**ANEXO P**). Também pelos diversos eventos que o polo cerâmico passou a receber com o intuito de promover o trabalho cerâmico, a exemplo da primeira Feira de Artesanato, que ocorreu em outubro de 2009 nas dependências do polo cerâmico.

Sabemos também que, de um ponto de vista político-administrativo da cidade, estas mudanças urbanas que enfatizaram os trabalhadores do barro e resultaram no polo cerâmico e na recuperação das fachadas de 22 casas na rua de sua construção (PÓLO..., 2008, s/p)³³ fizeram parte de um processo de valorização que teve como intuito tornar a região do Poti Velho economicamente atrativa para o governo e urbanamente racionalizada no contexto da cidade (CERTEAU, 2012).

A própria divulgação do trabalho pelo governo, ocorrida após a construção do polo cerâmico pela Prefeitura de Teresina, é reflexo desse interesse. Como aponta Raquel Rolnik (1995), esta ação de normatização pelo Governo corresponde a reivindicações, tanto do capital, como dos moradores, por isso, recupera-se o território da conduta desviante da cidade, intervindo em sua paisagem urbana tradicional.

³³ (**ANEXO J**).



Figura 15. Polo Cerâmico Artesanal do Poti Velho.
Fonte: Google Maps, 2017. Acesso em 2020.

Isso também sugere uma forma de atenuar as lutas por espaço e memória entre os grupos sociais da cidade por parte do governo, mas que, no caso das mulheres que estudamos, essas transformações realocaram suas expectativas e seus interesses enquanto mulheres trabalhadoras do bairro, visto que tais lutas tomaram forma de objetos cerâmicos que representam suas trajetórias e memórias, e ultrapassaram as fronteiras do bairro quando se trata da exposição, venda e divulgação de seu trabalho, ponto que veremos com mais afinco no próximo capítulo.

É notável que, do ponto de vista político-administrativo, a atividade tenha apresentado potencial econômico para Teresina ao se tornar destaque turístico da cultura local, e, por isso, incentivos urbanos foram acontecendo ao longo da primeira década do século XXI, embora isso não tenha sido suficiente para atenuar totalmente marginalizações da memória social do povo teresinense em relação ao trabalho cerâmico e ao Poti Velho. No entanto, partindo de uma ótica dos próprios trabalhadores, isso foi fruto de sua persistência e do interesse comunitário em preservar sua cultura e tornar o local atrativo para compartilhar seu cotidiano e comercializar o produto do trabalho cerâmico.

Cabe ressaltar que os esforços que aliaram o governo local e os ceramistas do bairro no início da década de 2000 foram se fragilizando ao longo dos anos seguintes, e os embates agora se dão sobre a necessidade dos trabalhadores e trabalhadoras ceramistas de receberem

apoio contínuo do Governo Municipal de Teresina. A seguir, o fragmento da narrativa retumbante de Raimunda Teixeira:

[...] teve assim um salto, a gente cresceu muito, teve muita parceria, mas ainda merece mais divulgação, entendeu? Como é que uma Secretaria de Turismo não faz um material para divulgação, para divulgar um ponto turístico desse, para deixar nos hotéis, um boleto que para eles não é caro, caro é pra gente, que a gente ainda não tem essa condição, entendeu? Para estar divulgando, não tem? (SILVA, 2019, s/p).

A ceramista se ressentiu da falta de divulgação do trabalho ceramista nos dias de hoje partindo de um apoio financeiro dos órgãos competentes que atuam junto ao governo local. Observamos neste capítulo que o nome de Raimunda Teixeira da Silva se tornou recorrente. Ela esteve presente na estruturação e fundação da ARCEPOTI e participou ativamente das lutas pela conquista do polo cerâmico. A trabalhadora do barro é um expoente no que se refere ao incentivo e à entrada de mulheres na fabricação cerâmica, que foi uma atividade implementada por um homem e, até o início de 2000, também era mais recorrente a presença masculina. Veremos como a tomada do espaço pelas mulheres favoreceu os laços de solidariedade femininos, e sua organização fundamentou a melhoria de suas condições de vida.

3. CAMINHOS DO TRABALHO FEMININO COM O BARRO

A história feminina no trabalho com o barro é definida por impasses e transformações. Elas nem sempre foram as responsáveis por comandar a produção de peças de cerâmicas que tinham nas mãos para pintar ou vender. Até que finalmente puderam ampliar seu espaço material e criativo no trabalho cerâmico; criar e dar sentido a suas próprias peças. Nesta seção, abordaremos os caminhos trilhados para que a presença feminina fosse consolidada no trabalho cerâmico. Também analisaremos a cultura material produzida por elas e as relações que possuem com suas histórias, tradições locais e memórias de vida.

3.1 Constituição feminina no trabalho cerâmico: A COOPERART-Poty

O trabalho cerâmico no Poti Velho foi iniciado na década de 1960, por Raimundo Camburão. Durante muitas décadas a atividade foi marcada pela presença masculina. Esta particularidade fez da trajetória de mulheres que trabalham com o barro no Poti Velho ainda mais singular, visto que historicamente o trabalho cerâmico é uma atividade mais comum entre as mulheres. Veremos alguns exemplos que enfatizam a tendência de o trabalho manual com o barro ser uma característica predominante na vida laboral feminina.

Segundo Capucci (1987), a antropóloga Heloísa Alberto Torres, na conferência sobre cerâmica marajoara de 1929, concordando com os cronistas Charles Frederick Hartt e Teodoro Sampaio, disse que na Ilha de Marajó, no Pará, a olaria era uma função principalmente das mulheres. Elas foram as figuras mais recorrentes na produção de peças de barro. A interferência masculina na cerâmica ocorria pontualmente com o sacerdote na aplicação para fins religiosos.

Realmente, verificamos pelos relatos dos nossos primeiros cronistas que, no Brasil, a mulher indígena estava afeta à fabricação de louça, e até hoje esta tarefa ainda compete ao sexo feminino nos demais grupos primitivos, visto ser um trabalho anexo ao da cozinha. (CAPUCCI, 1987, p. 26).

Sônia Missagia de Matos (2001), em seu estudo sobre gênero na produção artística de peças de barro, comenta que no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, o trabalho com o barro foi comumente repassado de mãe para a filha ao longo das gerações. Logo, a presença feminina é predominante e foi isso que deixou Matos intrigada com a presença masculina na atividade, mesmo que representassem menor número.

Outros exemplos são as tradições do trabalho feminino com o barro que Borges (2017) menciona em seu estudo. De acordo com a autora, na comunidade São Gonçalo Beira Rio, no Mato Grosso do Sul, as paneleiras de Goiabeiras, no Espírito Santo, as ceramistas de Maruanum, em Macapá, as Ticuna, no Amazonas, entre muitas outras, possuem a cultura de modelagem do barro ligadas ao trabalho feminino indígena em suas raízes, e isso permanece até os dias de hoje.

Na contrapartida, temos o Poti Velho, cuja história feminina com o trabalho cerâmico é recente e diverge dos vários exemplos que encontramos pelo Brasil, onde tradicionalmente na cultura do trabalho com o barro “[...] as mulheres ceramistas se constituem como conhecedoras de tais técnicas, que pode ser caracterizada como um conhecimento tradicional passado de mãe para filha nas várias gerações.” (BORGES, 2017, p. 30).

Desde o início da atividade cerâmica artesanal no Poti Velho, os homens foram os mais envolvidos na produção. Como vimos, o trabalho cerâmico foi trazido para a região por Raimundo Camburão, vindo da cidade Rosário, no Maranhão, cidade conhecida por sua cultura de longa data com a fabricação cerâmica. De acordo com a cultura oral local³⁴, o trabalho cerâmico de Rosário possui tradição feminina com as paneleiras, mulheres que faziam painéis de barro manualmente.

Observando o estudo de Denise Bogéa Soares (2016) e reportagens de entrevistas com os remanescentes da atividade em Rosário, disponíveis no *youtube*³⁵, entendemos que a presença feminina na manufatura é um traço relevante da memória dos atuais produtores ceramistas da região. Soares (2016) demonstra que uma produtora, conhecida como Maria do Pote, representa a resistência do uso de técnicas tradicionais de produção cerâmica em Rosário – MA. Mas verifica-se também que há certa tradição da presença dos homens, pois alguns ceramistas, ao falarem sobre como aprenderam a cerâmica, mencionam figuras masculinas. Nesse sentido, quando Camburão se mudou para o Poti Velho na década de 1960, acreditamos que resquícios de uma influência masculina anterior podem ter se manifestado na produção do bairro.

Até a primeira metade da década de 2000, o trabalho de modelar peças de barro continuou sendo dominado pelo público masculino no Poti Velho. Vários relatos de ceramistas presentes em jornais do início da década de 2000 demonstraram que a produção

³⁴ Relatos observados a partir de entrevistas e matérias jornalísticas de ceramistas de Rosário, disponíveis no *Youtube*. Consulte a seção de referências.

³⁵ Plataforma mundial de compartilhamento de vídeos. Na seção de referências, podem ser vistos os materiais audiovisuais consultados para a produção dessa pesquisa. Acesso em: 22 nov. 2020.

cerâmica levada a cabo por homens era considerada uma tradição. Veja o fragmento a seguir, extraído do Jornal Meio Norte, de 13 de janeiro de 2003 (**ANEXO B**):

O trabalho segue uma divisão mais ou menos rígida. “Por tradição, os homens modelam as peças e as mulheres cuidam do acabamento”, explica dona Raimunda, que trabalha com delicadas peças de bijuteria e vasos esmaltados em uma pequena oficina nos fundos do barracão que divide com o marido e três filhos. (INCUBADORA..., 2003, p. 4).

Pode ser que essa consideração da manufatura de cerâmica feita por homens como uma tradição tenha sido um fator que impediu que as mulheres entrassem em peso no trabalho cerâmico ao longo das décadas anteriores aos anos 2000. Outro aspecto que afastou as mulheres da atividade cerâmica por muito tempo foi o fato de que muitas trabalhavam nas olarias e em outros trabalhos ligados ao comércio informal que não exigiam longo tempo de aprendizagem e especialização e onde ganhavam dinheiro mais rápido, mesmo que fossem pequenas quantias.

Quando as mulheres começaram a entrar no trabalho cerâmico, elas exerciam uma função de apoio, não trabalhavam diretamente modelando o barro. Elas pintavam as peças que eram manufaturadas pelos homens, geralmente seus maridos; em outros casos, as mulheres compravam os objetos já produzidos para pintar e vender. A divisão do trabalho cerâmico, homens modelando o barro e mulheres pintando peças cerâmicas, foi se tornando uma tradição, como observamos no relato presente no fragmento acima. Também “Havia alguns casais que trabalhavam juntos: os maridos produziam os jarros e as mulheres pintavam.” (SILVA, 2011, p. 16).

Cabe ressaltar que o relato acima, que trata a divisão de tarefas como uma tradição, pertence a Raimunda Teixeira, uma das mulheres que entrevistamos, e também um expoente da mudança feminina de pintoras para modeladoras. Mesmo à frente da ARCEPOTI como presidente por volta de janeiro de 2003, quando cedeu entrevista para o Jornal Meio Norte, o fragmento de seu relato demonstra que na consciência feminina estava enraizada sua participação como pintoras no trabalho cerâmico em prol da tradição, por mais que Raimunda já ocupasse uma posição de prestígio à frente do trabalho cerâmico, o que já era um sintoma da mudança no rumo das coisas.

[...] a Raimunda começou na questão da pintura da cerâmica, aí aos poucos ela foi me chamando para “mim” ajudar ela a pintar [...], aí mesmo eu trabalhando na olaria, como a renda era pouca, eu fazia pano de prato, pintura, bordado. E aí ela começou a me chamar pra mim vim ajudar ela a pintar [...]. (LOURDES, 2019, s/p.).

A pintura foi o início de muitas mulheres, como demonstra o relato de Maria de Lourdes, que entrou no trabalho cerâmico pintando peças cerâmicas após ser convidada por Raimundinha, que já havia se inserido na atividade. Raimundinha lembrou seu início:

[...] quando eu vi elas pintando cerâmica me chamou muito atenção, aí eu peguei um dia pedi ela “comadre [incompreensível] a senhora me dá uma aula de pintura?”, ela disse “dou”, aí ela pegou o [incompreensível], me ensinou a pintar numa parte né, aí eu gostei [incompreensível], aí eu arrumei um dinheirinho, comprei umas tintas, ela me deu uma lista de tinta, aí eu comprei umas peças na mão deles aqui dos artesãos, já pinte e botei, fiz uma prateleirinha na frente da minha casa, minha casa era aqui no buraco, coberta de palha, parede de taipa. Então eu fiz uma prateleirazinha de tábua [incompreensível] e começou a vender, aí eu disse “menino é melhor do que carregar tijolo”. (MARGARIDA, 2019, s/p).

Enquanto as peças eram compradas dos fabricantes masculinos, algumas mulheres desenvolviam a pintura a partir dos conhecimentos de outras mulheres, como vimos no fragmento acima. A seguir, o relato de Maria Margarida também demonstra que quando começou com a pintura precisou ser ajudada por membros de sua família. Seus filhos compraram materiais para que ela pintasse as peças cerâmicas: “Eu juntei tudo o que meus meninos, meu filho do meio tinha comprado, que ele tinha... naquele tempo, 12, 13 anos atrás 20 reais era dinheiro né, aí meu menino tinha me dado vinte reais pra eu investir em tinta, pincel e essas coisas.” (MARGARIDA, 2019, s/p).

Pintar peças cerâmicas que eram produzidas pela maioria masculina foi uma alternativa mais ágil para as mulheres obterem renda. Acreditamos que este possa ter sido mais um fator que influenciou na dificuldade e gradualidade da inserção feminina no trabalho cerâmico ao longo das décadas. As mulheres que se inseriram no contexto da atividade com o barro vieram de realidades pobres; trabalhavam para sustentar suas famílias em trabalhos informais, para complementar a renda. Após o casamento, elas viraram principalmente donas de casa, também as que não casaram, mas já tinham filhos, todas elas precisaram se equilibrar entre obrigações.

Tendo em vista as mulheres que entrevistamos, no caso das mulheres que casaram, o trabalho passou a se restringir a comercializar produtos, lavar roupas para os de fora, cuidar de crianças de vizinhos em troca de dinheiro, e etc. Realizavam tarefas que não precisavam se ausentar completamente do lar, principalmente porque os maridos não gostavam que trabalhassem fora. As solteiras, mas que já tinham filhos, foram pintar cerâmicas e se interessavam aos poucos pela fabricação.

Por um bom tempo, o domínio do lar impediu que as mulheres se dedicassem ao trabalho de manufatura cerâmica, pois a aprendizagem da modelação do barro requeria tempo, tempo este que era destinado para as atividades de casa. Por isso, no contexto do labor com o barro, a pintura parecia uma atividade que se adequava melhor à rotina feminina. Maria Margarida, uma das nossas entrevistadas, deu um depoimento ao documentário *Vidas Moldadas*³⁶, onde simplifica esse pensamento: “O desafio foi você sair da sua cozinha, sair da dona de casa, sair da olaria, como eu saí, e me tornar uma artesã conhecida.” (VIDAS, 2018).

De acordo com a socióloga Danièle Kergoat (2009), uma divisão sexual do trabalho se dá pelas relações sociais decorrentes de cada sexo e se adapta historicamente de acordo com cada sociedade. A fórmula é a mesma, mas suas modalidades são muitas. Nesse sentido, essas divisões sexuais do trabalho geram separações e hierarquizações que têm como característica predominante a valorização de atividades desenvolvidas por homens, enquanto mulheres ficam com tarefas “mais adequadas” a seus papéis sociais.

O cenário do trabalho cerâmico, dominado pela presença masculina fabricando, começou a mudar gradualmente com a inserção de mulheres pintando as peças de barro produzidas por eles. O jornal *Meio Norte*, de 1 junho de 2002 (**ANEXO G**), trouxe a informação de que os artesãos do Poti Velho estavam se qualificando em técnicas de pintura da arte santeira, mas não produziam a peça sacra que vinha a ser pintada, e não eram feitas de argila (ARTESÃOS..., 2002, p. 3). Na imagem que ilustra a matéria, observamos que o curso voltado para a pintura era composto por muitas mulheres (**Figura 17**)³⁷.

³⁶ Documentário sobre as mulheres ceramistas do Poti Velho disponível no *Youtube*, consulte a secção de referências.

³⁷ Originalmente, a imagem do jornal *Meio Norte*, de 1 junho de 2002, está em preto e branco, mas poucos dias depois o jornal publicou a mesma imagem no dia 10 de junho, colorida. É ela que está referenciada no presente texto, para melhor observação.



Figura 16. Mulheres reunidas no curso de pintura de arte sacra.
Fonte: Jornal Meio Norte, 10 junho de 2002. Acesso em 2019.

Alguns dias depois, em 10 de junho, o jornal Meio Norte (CURSOS..., 2002, s/p)³⁸ publicou outra matéria falando sobre os cursos oferecidos no Poti Velho, entre eles, o de pintura de arte sacra. Acompanhada da mesma imagem publicada no jornal anterior que mencionamos, mas agora colorida, podemos ver mais claramente que a presença feminina na qualificação da pintura era muito comum. Na **figura 17**, observamos pelo menos oito mulheres exercendo a capacitação em pintura.

Outro fator que contribuiu para uma posição secundária da mulher do Poti Velho no trabalho cerâmico baseou-se no tratamento da modelagem do barro como atividade que necessitava de maior esforço físico, propriedade associada ao homem, como observamos no fragmento seguinte: “Enquanto os homens pegam no pesado, na confecção de jarros e filtros, às mulheres – na sua maioria – são confiados o acabamento e a pintura, quando se trata de uma peça mais sofisticada, segundo Raimundinha.” (VÂNDALOS..., 2002, p. 3)³⁹.

Perrot (2016) argumenta que as mulheres que faziam parte do trabalho artesanal na loja, ou na feira, eram sempre vistas como ajudantes de seus maridos na Europa. Nesse sentido, o homem era visto como aquele que realizava as tarefas em si, mais especializadas, mais difíceis, fundamentadas por questões biológicas que foram construídas socialmente, homem-forte/mulher-frágil. Podemos perceber que tal situação, baseada na hierarquização e

³⁸ (ANEXO H).

³⁹ (ANEXO A).

desigualdades entre homens e mulheres, influenciou, até certo ponto, a vida laboral feminina ao entrarem como pintoras no ofício cerâmico, gerando limitações para fabricar, atividade que exigiam novas habilidades para elas.

O relato presente no Jornal O Dia, de 24 de fevereiro de 2002 (ANEXO A), da presidente da associação, Raimunda Teixeira, na época, porta-voz dos ceramistas recorrente nos meios de comunicação, demonstrou como no interior do labor feminino, bem no início dos anos 2000, não havia uma consciência feminina organizada sobre a participação de mulheres no trabalho de modelagem e sobre as oportunidades de criarem suas próprias peças, tanto que os jornais reportam certo conformismo com suas funções.

Tais pensamentos sobre a posição feminina divulgados em jornais também podem se apresentar como uma atitude de respeito aos que já produziam há muito tempo e foram seus predecessores. Tal atitude pode ser observada na memória trazida à tona por Raimundinha Teixeira, que influenciou a decisão dela de não ocupar o cargo como primeira presidenta da ARCEPOTI em 1998, cedendo-o para ceramistas mais antigos, mesmo ela tendo sido uma das principais atuantes da fundação na instituição:

[...] eu entrei em 1995, em 1996 foi inaugurado o encontro dos rios, aí foi que a gente começou, a associação só foi em 1998, e aí eu comecei, aí arrumei e fiz o curso de associativismo, nós conseguimos fazer o curso, aí quando terminou, aí todo mundo já queria que eu fosse presidente da associação, e eu disse “gente, não, eu acabei de entrar, vocês estão aqui mais de 40 anos, e eu entrei agora, agora que eu estou aprendendo, eu sei que foi muito difícil para arrumar um presidente, até que a gente arrumou um presidente e o presidente disse assim “só aceito se você aceitar me ajudar”, e eu disse “tudo bem”, aí eu fui tesoureira no mandato dele por dois anos. E aí, assim, ele ficou mais só pra assinar, tudo quem resolvia era eu, todo lugar “Raimundinha vai, Raimundinha para li, Raimundinha para li”. (SILVA, 2019, s/p).

Na época, pela manufatura cerâmica ser considerada por elas tradicionalmente função de homens, parece consequência que as mulheres interessadas em participar do processo completo de fabricação cerâmica possam ter preferido ser cautelosas em relação à imersão no trabalho cerâmico, e mesmo na divulgação de seus propósitos. Por isso, a ausência de tais diálogos nos jornais que analisamos não pode, de certo, significar a inexistência deles, pois podiam ocorrer no cotidiano entre as mulheres. Mas, de fato, no Poti Velho, durante longo tempo, às mulheres restou um trabalho considerado mais sofisticado e delicado, e aos homens uma tarefa considerada mais necessitada de esforço físico.

Na produção cerâmica do Poti Velho, essa divisão de tarefas entre homens e mulheres não foi determinada com uma imposição rígida (KERGOAT, 2009), tal relação era burlada constantemente, assim como acontece nos variados setores de trabalho. Juntamente com a

pintura, a venda também era uma atividade comum às mulheres na atmosfera do trabalho com o barro. Embora a grande maioria não modelasse o barro nos primeiros anos de 2000, as mulheres estiveram inseridas no trabalho cerâmico no momento da venda, fosse isso obra de uma atividade em família, fossem sozinhas. As vendas eram feitas por elas em diversas oportunidades, expostas no chão na frente de suas casas, em vendinhas improvisadas com prateleiras, nas feiras e em pequenas exposições.

A entrada feminina no cenário de produção geral de peças cerâmicas ocorreu por volta de 2004 (SILVA, 2011), com a modelagem de pequenas esferas de barro, as continhas. A ceramista Raimundinha lembrou que a ideia de produzir continhas foi apoiada pelo SEBRAE/PI, com a promoção de um curso de bijuterias. Isso se deu após Raimundinha conhecer a técnica de produção de continhas em Belo Horizonte, a qual foi responsável pelo interesse e entrada de muitas mulheres na função de modelar o barro. Leia, a seguir, o fragmento da entrevista de Raimundinha, no qual ela explica como atraiu o curso de bijuterias para a ARCEPOTI, e como o incentivo à aprendizagem feminina aconteceu:

[...] em 2003 eu ia para as feiras, quando a gente criou a associação começou a vim os cursos e as mulheres começaram a participar, aí foi aumentando a participação da mulher, mas só que a mulher ficava mais só pintando, tomando de conta da venda, não metia a mão na massa, e eu andando nessas feira aí fora, descobri em Belo Horizonte que tinha algumas mulheres que faziam umas continhas de cerâmica, aí eu conversando com a técnica do SEBRAE, professora Rosa, “Será se tem como a gente fazer um curso de bijuteria?”, aí ela disse “Mas Raimundinha, aí é difícil a gente achar, ninguém sabe fazer”, eu disse “Merman, porque a gente tem que pensar em fazer um curso para a gente também botar a mão na massa”, aí ela pegou e disse assim, lançou um desafio “pois tu procura uma artesã do polo que tem mais ou menos noção da coisa [...]”. (SILVA, 2019, s/p).

Figura conhecida, e mencionada por todas as mulheres que entrevistamos, como uma das principais incentivadoras do trabalho cerâmico entre elas, Raimundinha encabeçou o processo de transição das mulheres de pintoras e vendedoras de peças para modeladoras do barro. Nota-se que o trabalho feminino na manufatura foi finalmente cogitado a partir da experiência de Raimundinha fora dos limites de trabalho do bairro Poti Velho. O conhecimento de uma técnica de produção cerâmica que, para Raimundinha, cairia bem nas mãos femininas renovou as expectativas da participação das mulheres no labor com o barro. Depois de longo tempo à frente da ARCEPOTI, ela compreendeu a necessidade de as mulheres estarem presentes em todas as etapas de produção das peças em que trabalhavam, experimentando o barro com formas novas. Raimundinha rememorou:

[...] mulheres que eram donas de casa, não tinha nenhuma renda, outras que trabalhavam na olaria que nem eu carregando tijolo que era muito difícil, sei que consegui cadastrar 28 mulheres, aí a gente foi aprender esse curso juntas, aprendendo e ministrando. Aí conseguimos, aí terminou o curso [...] aí veio [incompreensível] que entendia de montagem, ensinou a montar os colares, a montagem, entendeu, ensinou a gente a montar os colares, aí a gente começou através da associação, levava as peças pra vender, sei que comecei, eu dentro da associação, mas apoiando elas [...]. (SILVA, 2019, s/p).

O curso de produção de continhas foi prontamente direcionado para as mulheres, composto principalmente por donas de casa, por mulheres que trabalhavam nas olarias, por trabalhadoras informais e que não eram assalariadas. O começo da produção de continhas foi um passo dado em conjunto, que ajudou a organizar o público feminino e sustentou a ruptura com a tradição das mulheres apenas como pintoras, para mulheres modeladoras do barro. Fazer continhas foi uma atividade representativa da atração para o trabalho cerâmico de muitas mulheres que hoje fazem parte da COOPERART-Poty. Como recordou Maria Margarida:

Quando foi em 2004, mais ou menos, eu passei aqui [...], aí eu pedi para Raimundinha quando surgisse uma vaga num curso eu queria fazer porque minha sogra e meu cunhado já faziam bolinha e o marido dela, [...] aí quando eu venho passando aqui ela “olha, Margarida, vai surgir, tem curso”, aí eu vim e fiz o curso, não vim só, trouxe outras companheiras que trabalhavam comigo pra fazer o curso. Fizemos o curso, aí fiquemos trabalhando assim com a associação botando nossas bijuterias, só fazia bijuteria, brinco, pulseira, colar. (SILVA, 2019, s/p).

O curso de produção de bijuterias ajudou a alinhar o propósito de participação da população feminina no trabalho com o barro. Mesmo não tendo sido propriamente por meio do curso que muitas mulheres passaram a modelar, ele engessou a possibilidade da entrada feminina na modelagem com a confecção de continhas, já que algumas começaram a produzir por conta própria. Por isso, a função de produzir continhas apareceu nas memórias femininas que estudamos como a porta de entrada para as mulheres na criação de suas próprias peças, fruto de suas subjetividades e que demonstraram seu potencial de aprender e produzir. Primeiro vieram as continhas, depois os acessórios mais variados que a imaginação feminina pôde criar com elas, e assim por diante. Recordou Terezinha Martins:

[...] foi o nosso primeiro trabalho que é aquele lá de bijuterias, aí então eu passei a trabalhar, passei a, entrei na associação que éramos 8 pessoas, quando nós começamos a trabalhar bijuterias, era 8 pessoas. Aí depois desse curso, aí nós passamos a trabalhar com vendas, aí já fomos produzir bijuterias, já fomos vender, já fomos cair no campo, viajar, sair levando as bijuterias e fomos bem-sucedidas. (MARTINS, 2019, s/p).

Com a aprendizagem de confecção de continhas, as mulheres puderam começar a fazer as bijuterias, colares, brincos, pulseiras, terços, entre outros, e vender por contra própria ou junto da associação. Também era comum elas fazerem apenas as continhas e venderem diretamente para a ARCEPOTI. O relato de Neli Soares é bastante representativo dessa situação. Ela e o marido faziam continhas que eram vendidas para a associação a fim de garantir uma renda extra: “[...] foi, no início ele me apoiou, porque a gente fazia as bolinhas, a gente vinha aqui vendia, porque às vezes por semana a gente tirava 100 reais, 120 reais. Nesse tempo, mil bolas era 20 reais [...], Raimundinha que comprava as bolinhas.” (SILVA, s/p, 2019).

Cabe ressaltar que nem todas as mulheres que hoje em dia estão estabelecidas na produção cerâmica da COOPERART-Poty começaram no trabalho com o barro fazendo o curso de bijuterias. Era comum que mulheres produzissem as continhas sem que tivessem feito parte do curso oferecido na associação: “[...] aí na época saiu o curso de bijuteria, aí eu digo ‘eu não vou fazer não que isso aí não dá esses dinheiros não’.” (SILVA, 2019, s/p). Isso demonstra que algumas mulheres aprenderam pela necessidade e outras foram ensinadas a fazer com parentes que já haviam aprendido a fazer continhas de barro, como aconteceu com Antonia Lisboa, atual presidente da cooperativa (em 2019):

[...] eu pintava peça com uma irmã minha, comecei fazer as minhas bijuterias, fazendo as bolinhas, porque tudo aqui a gente começou a fazer as bijuterias, as bolinhas de cerâmica e aí eu fui aprendendo e fui montando os colares e minha mãe como ela fazia parte, aí ela pegava trazia aqueles colares sabendo que era os meus, quando vendia ela levava aquele dinheirinho pra mim [...]. (SANTOS, 2019, p. s/p).

As mulheres da COOPERART-Poty que hoje estudamos se inseriram no trabalho com o barro de maneiras variadas. No entanto, há um consenso de que as continhas foram responsáveis pela atração de muitas delas para a modelagem do barro. Cabe lembrar que, antes disso, muitas já exerciam a função de pintar, mas moldar o barro, dar forma à cerâmica, foi uma atividade expressivamente feminina com a produção de continhas.

Também é lógico pensar que, em um contexto geral do bairro, e não apenas da cooperativa, a modelagem era produzida por algumas mulheres antes da introdução das continhas. Tal divisão de tarefas, em que homens fabricavam e mulheres pintavam e vendiam, não era uma regra social rígida que atingia toda a população ceramista de modo uniforme. Uma matéria publicada em 24 de fevereiro de 2002 no jornal O Dia (ANEXO A), sobre as peças cerâmicas, informou:

Segundo informações colhidas no bairro Poty Velho, o primeiro sapo feito de barro surgiu aproximadamente – há 20 anos, por iniciativa de uma mulher, que não se soube dizer o nome, por “achar o bicho engraçado”, e porque ela morava às margens do rio e via muito sapos próximos à sua casa. (HOJE..., 2002, p. 3).

De acordo com o excerto, a memória dos moradores do Poti Velho demonstrou ter conhecimento de uma mulher criando peças de barro por volta da década de 1980, dando início a uma nova linha de produtos cerâmicos que no início da década de 2000 eram cobiçados. Por isso, ressaltamos que sempre existiram mulheres trabalhando na confecção cerâmica no Poti Velho, mas elas estavam em menor número nesse setor. De modo geral, a modelagem de barro pelas mãos femininas não era um feito comum, tal como era para os homens do bairro, e isso se refletiu em mais de 30 anos de uma participação secundária e inexpressiva das mulheres.

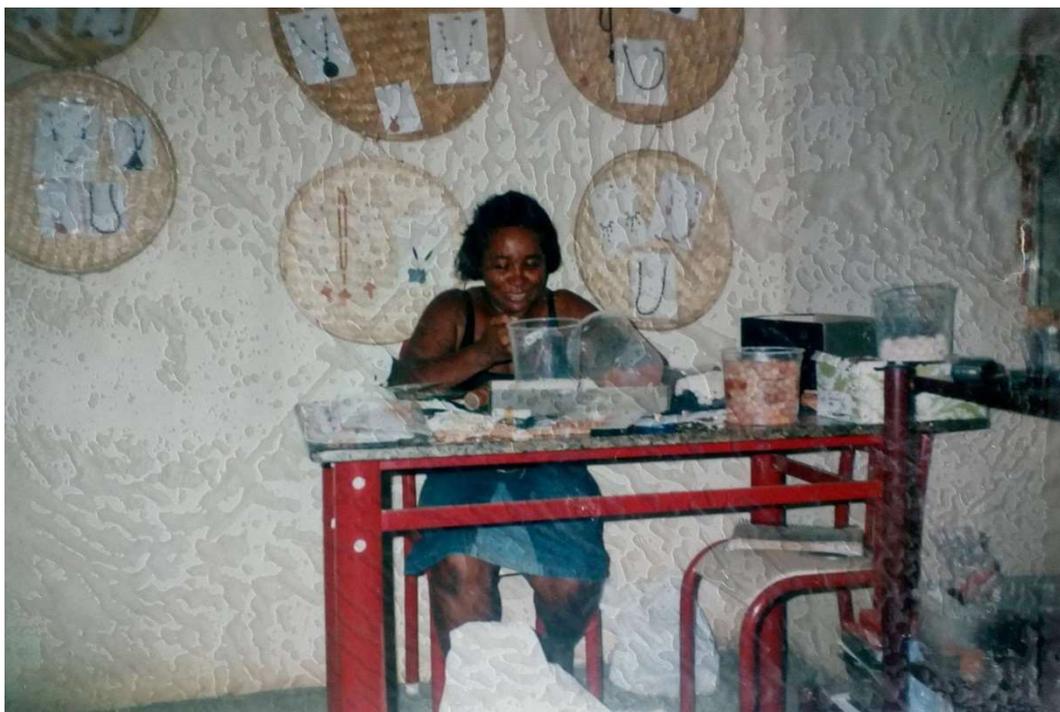


Figura 17. Registro de Raimundinha com a mesa cheia de continhas, brancas e cruas, montando peças de barro completas, podemos observar várias peças já prontas feitas com continhas expostas na parede.

Fonte: Arquivo pessoal Raimunda Teixeira. Acesso em 2019.

De acordo com o documento de Estatuto Social da Cooperativa de Artesanato do Poty Velho – COOPERART-Poty (ANEXO K), a cooperativa formada apenas por mulheres foi fundada no dia 08 de setembro de 2006 como uma sociedade de natureza civil de responsabilidade limitada e sem fins lucrativos, regida sob os valores e princípios do cooperativismo. De acordo com o SEBRAE (2010),

As cooperativas são associações de pessoas de número variável (não inferior a 20 participantes) que se unem para alcançar benefícios comuns, em geral, para organizar e normalizar atividades de interesse comum. O objetivo essencial de uma cooperativa na área do artesanato é a busca de uma maior eficiência na produção com ganho de qualidade e de competitividade em virtude do ganho de escala, pela otimização e redução de custos na aquisição de matéria-prima, no beneficiamento, no transporte, na distribuição e venda dos produtos. (SEBRAE, 2010, p. 18).

O texto do documento do Estatuto da instituição prevê que a entrada de membros seja feita após a realização de um curso de cooperativismo oferecido pela instituição ou outra entidade parceira. As mulheres que inauguraram a COOPERART-Poty, naquele período, fizeram curso de cooperativismo junto ao SEBRAE/PI, com isso, ganharam um galpão de produção e exposição no polo cerâmico. No ano da fundação da cooperativa, quase 30 mulheres estavam ativas na organização.

No Estatuto Social da Cooperart-Poty de 2006 (**ANEXO K**), podemos ver que o documento é assinado por 28 mulheres trabalhadoras ceramistas, as mulheres que fundaram a associação, foram elas: Ana Natália Ribeiro do Carmo, Antônia Chaves de Sousa Fernandes, Clara Maria Lima da Silva, Eliene Ribeiro do Carmo, Francisca Maria da Silva, Gisela Maria Ribeiro, Iracema Craveiro de Araújo Silva, Iranildes Sá de Oliveira Lima, Ketilene da Silva, Lucilene Ribeiro do Carmo, Lucimar Teixeira Pereira, Maria da Conceição Lima da Silva, Maria de Lourdes Rodrigues do Nascimento, Maria do Amparo Rodrigues do Nascimento, Maria do Socorro Ribeiro, Maria José de Araújo, Maria Margarida dos Santos Silva, Marlene Soares Ribeiro, Princesa Verônica Janara dos Anjos Carvalho, Raimunda Silva Santos, Raimunda Teixeira da Silva, Regina Teixeira Castro, Rejane Moreira da Silva, Salvenira Francisca da Silva, Silvia Sousa da Silva, Silvinha Paula de Sousa Freitas, Sônia Maria Nascimento da Silva.

Em 15 de setembro de 2009, uma matéria do jornal Meio Norte (**ANEXO Q**) escreveu que a cooperativa fortaleceu o trabalho de mulheres no polo cerâmico do Poti (COOPERATIVA..., 2009, p. d3) e trouxe relatos de vida que contam sobre a importância da cooperativa para que algumas mulheres entrassem no mercado de trabalho com o barro:

Iracema Craveiros, 45 anos, tem três filhos e há dois anos começou a trabalhar com artesanato cerâmico: “Eu era dona de casa e achei que podia ter uma renda extra, fazendo bijuteria de barro. Depois, quando a cooperativa foi formada eu entrei e fiz um curso para aprender a fazer mais objetos com barro. [...] Hoje eu faço além das bijuterias de barro, bonecas, anjos e outras peças.” (ARTESANATO..., 2009, p. d3).

O trecho exprime que a COOPERART-Poty representou um local importante para o crescimento econômico feminino que exercia atividades apenas no ambiente doméstico. Além disso, manteve as mulheres atualizadas com os processos de aprendizagem, e elas continuaram exercitando o conhecimento e a criatividade mesmo com suas obrigações rotineiras como donas de casa. A existência de um local que acolheu o trabalho de mulheres representou uma segurança para elas se desacomodarem das atividades monótonas do lar sem que precisassem abdicar de suas responsabilidades drasticamente, tendo em vista que o trabalho cerâmico artesanal ofereceu certa flexibilidade em sua produção.

O cooperativismo assumiu um papel importante na constituição político-social da vida das mulheres que estudamos. De acordo com Lima (2012), as ações cooperativas têm em vista a consolidação de um sistema de cooperação, cujo principal produto seria o desenvolvimento integral dos indivíduos através do coletivo.

O cooperativismo visa, portanto, atualizar princípios socioculturais importantes na vida dos trabalhadores, mas com um sentido de reformismo individual e social, ou seja, de capacitação sociopolítica de seus adeptos para a transformação da sociedade em que vivem, transformando-se a si mesmos nesse processo. (LIMA, 2012, P. 215).

Nesse sentido, “Define-se o cooperativismo como ‘sistema’ e as cooperativas como “unidade econômica e espaço de convívio e transformação dos seus integrantes”. (LIMA, 2012, P. 215). O cooperativismo tem por base a solidariedade, reciprocidade. Lima (2012) ainda comenta que “O modelo pressupõe o compartilhamento de valores próprios às classes trabalhadoras, reconhecendo sua força de coesão [...]” (LIMA, 2012, P. 14).



Figura 18. Galpão da COOPERART-Poty.
Fonte: Google Maps, 2020. Acesso em 2020.

O galpão onde funciona a loja da COOPERART-Poty pertence ao poder público, por isso as mulheres pagam para trabalhar na locação. O mesmo ocorre com todas as outras lojas do polo cerâmico; é necessário alugar. As mulheres da associação pagam mensalmente uma taxa coletiva baseada nas vendas que fazem. Cerca de 10% do que faturam é destinado para o pagamento do aluguel. A cooperativa de mulheres do Poti Velho é administrada por uma presidente eleita a cada 4 anos, uma vice-presidente, uma secretária e dois conselheiros.

A organização estrutural do trabalho feminino propiciou mudanças na organização das relações sociais do trabalho. Os locais onde as mulheres passaram a produzir e expor suas peças para a venda ficaram definidos. Além de uma sala para receber visitantes para conversas, entrevistas, etc., que também propiciou a promoção de eventos para a divulgação do trabalho cerâmico.

Cada peça posta para a venda na loja da cooperativa é descrita e anotada juntamente com informações sobre a data de entrada da peça na loja, o preço e o nome da ceramista que a produziu e o dia que foi vendida, justamente para que haja controle das vendas e do repasse do dinheiro. O mesmo procedimento é adotado com peças que pertencem às coleções de

produção coletiva, o valor é comum para todas as peças, mas cada uma é anotada no caderno de entrada e saída de peças com o nome de suas produtoras individuais (ANEXO M).

Os lucros de coleções também são por produtora. No caso das coleções coletivas, a produção de peças é exercida igualmente por todas elas. Há uma divisão definida por sorteio: X número de mulheres produzem peça Y da coleção, X número de mulheres produzem peça Z da coleção, e assim por diante.

A mudança nos processos laborais estendeu-se para a necessidade de controle da frequência feminina ao galpão de trabalho. Elas passaram a assinar seu nome e seu horário de entrada e saída em um caderno de ponto e também anotar as peças que cada uma colocava para a venda. Na verdade, o trabalho cerâmico não é rigoroso em relação a isso. A realização de tarefas ainda hoje é flexível. Algumas mulheres compareciam ao galpão para produzir em determinados dias, enquanto uma delas era designada para fazer o plantão do dia na parte da venda, anotando cada peça que era comprada. Essa divisão de trabalho não exclui as mulheres de todos os procedimentos do trabalho cerâmico, todas elas podem modelar, pintar e vender.



Figura 19. Mulheres Ceramistas da COOPERART-Poty.

Fonte: Site oficial da Cooperativa de Artesanato do Poti Velho. Disponível em: https://www.artesol.org.br/cooperativa_de_artesanato_do_poty_velho. Acesso em: 12 jan. 2021.

Antigamente, as mulheres ceramistas do Poti Velho costumavam trabalhar em suas casas vendendo cerâmicas. Quando passaram a modelar, fizeram isso em suas casas diversas vezes, até mesmo pela ausência de um local como o polo cerâmico. Analisando o caderno do

Ponto de Trabalho de 2016-2019 (ANEXO L), que possui registros da entrada e saída das mulheres do galpão da COOPERART-Poty de 2016 ao ano de 2019, percebemos que não há rigidez com relação à anotação de horários de início e término do trabalho. Em apenas 40 páginas preenchidas observamos o registro de 3 anos de trabalho, somando apenas 19 meses com dias assinados, ou seja, há meses comprimidos desordenadamente em uma mesma folha e meses inexistentes. O trabalho cooperativo com o barro possibilita comportamentos diferentes quando comparados a de outros setores de trabalho da nossa sociedade, como a industrial e o comércio, em relação à necessidade de catalogar rigidamente quem comparece ao trabalho.

Isso acontece no trabalho cerâmico das mulheres do Poti Velho, porque as relações desenvolvidas entre estas trabalhadoras são cooperativas no galpão e fora dele, elas se estendem para o cotidiano da comunidade, da vivência no bairro, para a vida pessoal. O fato de muitas não anotarem o caderno de Ponto de Trabalho evidencia os elos de confiança que são criados na relação trabalho e vida social dessas trabalhadoras, e que permitem o conhecimento entre si de suas dinâmicas de trabalho.

As mulheres não deixaram de cumprir suas funções de produzir peças cerâmicas por não justificarem sua presença no papel, isso também acontece porque o fenômeno do trabalho cerâmico feito em casa não se dissipou quando essas mulheres se reuniram para trabalhar na cooperativa. Neli Soares narrou: “É para gente trabalhar nós todas, só que nem todas vêm, porque tem umas que tem loja. Eu gosto. Às vezes fica na sua casa, trabalhando na sua casa, porque eu posso levar essa boneca bem aqui pra fazer na minha casa.” (SOARES, 2019, s/p).

Ainda no caderno de Ponto de Trabalho (ANEXO L), foi possível perceber que os horários eram irregulares, no turno da manhã algumas mulheres entravam na faixa das 8:00hs, outras das 9:00hs, 10:00hs, 11:00hs e saíam entre as 10:00hs e 12:40hs, às vezes, algumas não retornavam para o turno da tarde. É possível observar que o horário de muitas chegava até 3 horas de trabalho por turno, em outras ocasiões, ficavam cerca de 1 hora no galpão de produção da cooperativa. Isso delinea como as relações com o tempo do trabalho artesanal podem ser flexíveis (THOMPSON, 1998), uma contradição com os rígidos mecanismos de controle do tempo de trabalho nos diversos setores da sociedade contemporânea.

Eu venho pela manhã 9:30hs pra 10:00hs, aí eu venho, vejo o que tá faltando aqui, quando eu saio a noitinha eu já deixo o troco com as meninas da venda, tudo direitinho com a próxima que vai entrar de plantão, aí quando dá no dia seguinte umas 9:30hs para 10:00hs eu venho, aí eu vejo se tá faltando plástico bolha, alguma coisa, aí vou embora 11:30hs pra 12:00hs da loja, aí

quando dá 4:00hs, 5:00hs, aí eu venho novamente, é assim todos os dias. (LISBOA, 2019, p. s/p).

A partir do fragmento do relato de Antonia Lisboa, observamos que não há uma preocupação com pontualidade definida, pois ela remete sempre à imprecisão. O controle de presença no trabalho não combina com o ofício cerâmico, também não o afeta, pois o trabalho cerâmico propicia que as mulheres produzam em casa quando há necessidade, pois esta prática não foi totalmente rompida com a organização da cooperativa feminina no polo cerâmico.

Uma das características do trabalho artesanal na Inglaterra na passagem para o capitalismo era justamente a flexibilidade. Como E. P. Thompson (1998) comenta, a vida social e o trabalho se misturam, se estendem ou se contraem de acordo com a necessidade do fabricante. Podemos observar este aspecto do trabalho cerâmico, observando algumas fotografias a seguir a respeito do trabalho cerâmico do Poti Velho.



Figura 20. Mulheres do Poti Velho comemorando o dia das mães.

Fonte: Arquivo pessoal Raimunda Teixeira. Acesso em 2019.

Na **figura 20**, podemos observar mulheres reunidas em comemoração ao dia das mães entre o final da década de 1990 e início de 2000, a confraternização foi com a presença de mulheres que trabalhavam com o barro. De acordo com os relatos que colhemos de Raimunda Teixeira (2019, s/p) sobre as fotografias, a reunião ocorreu no quintal de sua própria casa e era comum que isso acontecesse quando havia alguma data comemorativa ou a finalização de algum projeto importante para a ARCEPOTI. As relações laborais sempre estiveram entrelaçadas à vida cotidiana.



Figura 21. Confraternização de finalização de curso do SEBRAE.
Fonte: Arquivo pessoal Raimunda Teixeira. Acesso em 2019.

Observando a **Figura 21**, no final do ano de 1990, temos o registro de uma confraternização que comemorava o fim de um dos cursos oferecidos pelo SEBRAE/PI. A recepção também foi feita no quintal da casa de Raimundinha Teixeira, ambiente já conhecido pelos trabalhadores e trabalhadoras ceramistas da região. Raimundinha rememora:

No início da associação, a gente era super organizado, então, sempre essas datas comemorativas a gente fazia a comemoração. Dia dos pais, dia das

mães, aniversário da associação, que foi a primeira entidade, a gente comemorou desde o primeiro ano de aniversário, a gente comemorava o aniversário da associação, natal a gente fazia a confraternização também do natal, a gente escolhia o dia, final do ano, melhor dizendo, a gente escolhia uma data antes do natal, até antes da virada do ano uma data para gente fazer a comemoração, se confraternizar tudo junto, então assim, a gente sempre procurou se confraternizar, não só na questão das datas comemorativas, mas também nas conquistas que a gente ia conseguindo, a gente sempre fazia comemoração. (SILVA, 2020, s/p).

Segundo o fragmento da narrativa de Raimunda Teixeira (2020), comemorações de datas importantes do calendário e conquistas da ARCEPOTI foram frequentes entre os trabalhadores ceramistas no início da associação. Além disso, o quintal de sua casa geralmente era o local escolhido para ambientar as festividades. A barreira entre o público e o privado, o trabalho e a casa da trabalhadora, era constantemente quebrada. A casa dos ceramistas podia ser ao mesmo tempo local de descanso, de labor e de festividades relacionadas ao trabalho, reforçando a ideia de que as relações sociais e de trabalho na atividade com o barro se misturam. No Poti Velho, não se dividia rigorosamente os campos em que estão os trabalhadores (como ocorre nos grandes centros, onde há o local de morar e o local de trabalhar), privilegiando as ligações comunitárias que incidem sobre os processos de trabalho.

Mexer com o barro exige um esforço mental, emocional e afetivo que não atende às determinações rígidas de tempo e controle de trabalho. Para as mulheres, esse é um trabalho reconfortante, já que possuem flexibilidade para resolver problemas que eventualmente surgem na vida pessoal e familiar.

Trabalhando na COOPERART-Poty, as mulheres também conseguiram ter melhor desempenho econômico do que outrora tinham, embora haja períodos em que as vendas são menores. Geralmente o período de férias é o mais rentável, já que o Polo Cerâmico recebe maior fluxo de turismo. Portanto, a renda feminina pode ser instável, principalmente para aquelas que não possuem uma loja própria, além da loja da cooperativa. Ainda assim, o trabalho na COOPERART-Poty se apresenta como uma alternativa econômica, social e afetivamente essencial para a vida das mulheres do barro.

Na COOPERART-Poty, os interesses passaram a ser traçados conforme as expectativas femininas. Suas histórias vieram à tona em peças de barro. A experiência da mão de obra feminina tomou a frente na modelagem, pintura e venda. No cotidiano, resquícios de ruptura e continuidades das relações de trabalho podem ser identificados. As relações das mulheres cooperadas com suas memórias de vida do trabalho se modificaram significativamente na união como instituição. A seguir, vamos analisar como a cooperativa de

mulheres influenciou nas transformações da cultura material produzida por elas e nas relações que possuem com suas memórias de vida e dinâmicas do bairro.

3.2 Mulheres do Poti: transformações cerâmicas e representações femininas

A invenção da cerâmica é recente, data de aproximadamente de 10 mil anos. Ela ocorreu simultaneamente no Cresce Fértil e na Amazônia. Sua importância refere-se à invenção da agricultura pelo ser humano. A partir do momento em que se começou a produzir alimentos em larga escala tornou-se necessário fabricar artefatos para armazená-los e para cozinhá-los. A cerâmica foi, portanto, inventada nesse contexto, para suprir as necessidades básicas da alimentação humana (FUNARI, 2003). No Poti Velho, inicialmente, a fabricação cerâmica foi destinada para utensílios de uso doméstico, ao longo do tempo novos objetos foram incorporados na produção.

No bairro, as intervenções urbanas que ofereceram melhores condições de trabalho, as técnicas cerâmicas e as novas organizações dos trabalhadores e trabalhadoras, bem como a crescente participação feminina que acarretou em uma tomada de espaço significativa com o cooperativismo no trabalho cerâmico, trouxeram mudanças que também podem ser observadas na cultura material produzida, principalmente no que diz respeito às mulheres ceramistas da COOPERART-Poty.

O aprendizado de técnicas oferecidas com o apoio de instituições públicas e privadas que entraram em cena a partir da criação da ARCEPOTI, em 1998, foram importantes para o objeto final feito de barro sofrer mudanças na sua forma e no processo de produção. Por outro lado, o cooperativismo que uniu por volta de 30 mulheres na COOPERART-Poty trouxe uma renovada carga cultural e identitária para as peças de barro produzidas por elas.

De acordo com Silva Júnior *et. al* (2016), a cadeia produtiva das cerâmicas do Poti Velho se dá em sete etapas: 1) **extração da matéria-prima**: feita por terceiros em lagoas na região onde funcionavam as olarias e comprada pelos ceramistas; 2) **tratamento da matéria-prima**: “[...] consiste nos processos de transformação da ‘argila bruta’ em ‘argila trabalhada’.” (SILVA JÚNIOR *et. al*, 2016, p. 7); 3) **modelagem das peças**: feita pelos ceramistas manualmente, dá formas variadas ao barro; 4) **queima das peças**: a peça de barro se submete a altas temperaturas e pode durar até 48 horas; 5) **pintura e acabamento das peças**: essa parte acontece de acordo com a criatividade do ceramista; 6) **transporte**: em alguns casos, as peças são levadas para a venda em outras regiões; 7) **venda**: última etapa, que é realizada principalmente no Polo Cerâmico.



Figura 22. Oficina de trabalho da COOPERART-Poty – 1) Peças já queimadas em processo de finalização. 2) Forno para queimar as cerâmicas. 3) Peças recém modeladas. 4) Moldes para fabricação de utensílios.

Fonte: Arquivo pessoal Amanda Lima. Acesso em 2019.

De modo geral, observamos que as cerâmicas produzidas pelos trabalhadores do Poti Velho sofreram alterações ao longo da década de 2000, após inúmeros cursos de novas técnicas de produção serem oferecidos junto à ARCEPOTI. Observamos em relatos, fotografias e jornais que, anterior a isso, havia uma predominância da produção de peças de barro voltadas para necessidades domésticas: eram potes de armazenar água, filtros que serviam para a mesma finalidade e jarros.

Outros objetos cerâmicos também eram produzidos, como animais, mas em menor proporção. No geral, filtros, potes e vasos representaram a maior parte da manufatura dos ceramistas. Uma matéria publicada no ano de 2002 pelo Jornal Meio Norte (ANEXO C) trouxe a informação de que o Serviço Social do Estado (Serse) fechou um convênio com a ARCEPOTI: “Enfrentando dificuldades para comercializar as peças produzidos nesse período chuvoso, a Associação dos Artesãos do Poti Velho recebeu encomenda para a confecção de 2 mil filtros.” (SERSE..., 2002, p.3).

A matéria ainda informou que o dinheiro seria repartido entre todos os ceramistas da associação (SERSE..., 2002, p. 3). Pode-se notar pela matéria que os filtros constituíam a base da produção cerâmica ainda por volta de 2002. A concentração na confecção deste produto era predominante e, por isso, foi o foco da encomenda em massa feita pela entidade pública. O dinheiro das vendas dos filtros foi o que constituiu a renda de muitas famílias durante o período chuvoso.



Figura 23. Potes, filtros e vasos eram tradicionalmente a maior parte da produção cerâmica até os primeiros anos da década de 2000.

Fonte: Arquivo pessoal Raimunda Teixeira. Acesso em 2019.

A produção de potes, filtros e vasos foi uma tradição da manufatura cerâmica do Poti Velho desenvolvida a partir de técnicas manuais de manipulação da argila e do uso do torno. As peças se estabeleceram como as mais populares no processo de fabricação durante mais de quarenta anos. Era comum ver a predominância dessas peças expostas para a venda na frente de moradias no bairro (**Figura 23**). Isso mostra que a diversificação das formas cerâmicas era bastante limitada, embora houvesse outros objetos, a concentração das formas de barro durante longo tempo foi baseada em potes, filtros e vasos.

Outro elemento característico das peças de barro do Poti Velho, até os primeiros anos da década de 2000, foi a predominância de peças cruas, ou seja, peças de barro que não eram

pintadas com tinta. Cabe ressaltar que não se tratava de não haver peças coloridas, mas sim de haver uma maioria de peças cruas na produção durante mais de quarenta anos, desde o início da atividade na região. Isso ficou bastante visível nas fontes fotográficas com as quais trabalhamos.

As peças cruas também não passavam por processos mais complexos de produção, como viria a acontecer após a inserção de cursos de modelagem, pintura, esmaltação, engobe e outras técnicas de trabalho com a cerâmica que foram inseridas no cotidiano ceramista, principalmente a partir de 2002, quando vários jornais do ano reportaram que os ceramistas da ARCEPOTI recebiam cursos e visitas técnicas.

Ao longo dos anos iniciais de 2000, foi possível ler em várias publicações jornalísticas sobre as novidades na produção cerâmica. A matéria de 24 de fevereiro de 2002, do jornal O Dia (ANEXO A), trouxe o título “Hoje os sapos são a menina dos olhos de todos os artesãos” (HOJE...2002, p. 3), indicando que havia sido impulsionada a confecção de sapos devido aos turistas procurarem muito. Além disso, a matéria ainda disse que pássaros de todos os tipos estavam sendo produzidos.

O jornal Meio Norte, de 1 de junho de 2002 (ANEXO G), apontou uma dualidade da produção: “Como a descoberta do mercado religioso é recente, os artesãos do Poti Velho estão colocando em suas estantes de vendas as primeiras imagens sacras de gesso produzidas em uma indústria no bairro Buenos Aires, na zona norte de Teresina, e pintadas por eles.” (ARTESÃOS..., 2002, p. 3). De acordo com o excerto, os ceramistas do Poti Velho ainda não produziam imagens sacras de barro, apenas pintavam imagens religiosas de gesso compradas em outro bairro.

Isso indica que a produção de barro de imagens sacras não acontecia no Poti Velho com muita frequência. Nesse momento, potes, filtros e vasos ainda eram a especialidade dos ceramistas, logo, a pressão do mercado consumidor de peças artesanais fez com que eles entrassem no ramo sem a liberdade criativa de modelar suas próprias peças voltadas para a arte sacra. Ainda de acordo com jornal (ARTESÃOS..., 2002, p. 3)⁴⁰, os ceramistas já estavam se qualificando na pintura de peças da arte sacra, usando esse novo atributo para dar identidade às peças de gesso que não eram modeladas por eles.

Aos poucos, a cerâmica do Poti Velho foi ganhando novas expressões. A pintura foi sendo desenvolvida com o auxílio de cursos que chegaram na associação e influenciaram na produção de peças variadas, para além da arte sacra, como mencionou o jornal Meio Norte, de

⁴⁰ (ANEXO G).

10 de junho de 2002 (ANEXO H): “Basta lembrar que os potes de argila do Poti Velho tinham apenas cor natural e agora nos mostruários dos artesãos essas peças ganharam desenhos coloridos de flores, de peixes e figuras geométricas.” (CURSOS..., 2002, s/p).



Figura 24. Peças feitas durante os primeiros cursos de pintura da ARCEPOTI.

Fonte: Arquivo pessoal Raimunda Teixeira. Acesso em 2019.

Outras novidades na produção cerâmica continuaram acontecendo ao longo do ano de 2002 com a introdução de cursos na ARCEPOTI, como a prática pelos ceramistas do Poti Velho da técnica de esmaltação⁴¹ e de engobe⁴². “No Poti Velho, duas novidades estão dando cara nova aos produtos. São as técnicas do engobe e do esmalte que, aliados aos novos designs estão deixando as peças mais valorizadas e com acabamento perfeito.” (ARTESÃOS..., 2002, s/p)⁴³.

⁴¹ Técnica de revestimento da peça de barro para torná-la impermeável a líquidos. **Fonte:** IMBROISI, Margaret; MARTINS, Simone. Técnicas artísticas: a cerâmica. História das Artes, 2021. Disponível em: <<https://www.historiadasartes.com/sala-dos-professores/tecnicas-artisticas-a-ceramica/>>. Acesso em: 8 out. 2021.

⁴² Técnica de decoração onde uma camada de barro é posta sobre a peça para mudar sua cor ou decorar. Para mais informações veja o site: <https://www.ceciliaakemi.com.br/single-post/2015/09/20/guia-b%C3%A1sico-de-engobes>. Acesso em: 8 out. 2021.

⁴³ (ANEXO I).

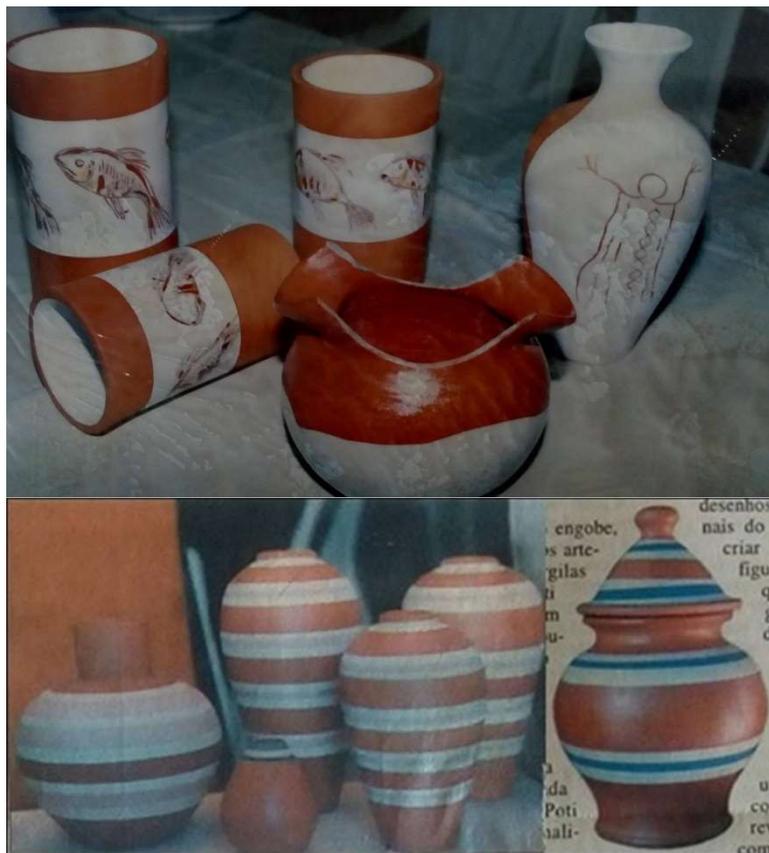


Figura 25. 1) Peça feita durante o curso de esmaltação. 2) Peça feita com a técnica engobe durante o curso.
Fonte: Arquivo pessoal Raimunda Teixeira. Acesso em 2019.

A utilização das novas técnicas, aos poucos, resultou na variação de peças de barro. A modelagem da argila possibilitou novas funcionalidades para os objetos cerâmicos, ainda tendo potes, filtros e vasos, mas agora apareciam pintados. Os objetos decorativos e de uso pessoal passaram a ganhar espaço na produção ceramista do Poti Velho. O Jornal Meio Norte, de 13 de janeiro de 2003 (ANEXO B), observou a mudança: “São potes de todos os tamanhos e formatos, bijuterias, adornos utensílios.” (INCUBADORA..., 2003, p. 4).

Isso denota que os objetos de barro passaram por transformações graduais que estão ligadas às mudanças que ocorreram no espaço urbano e na própria organização do trabalho cerâmico.



Figura 26. Peças de barro expostas para a venda, podemos observar a predominância de potes, vasos, filtros.
Foto tirada entre a década de 1990 e 2000.

Fonte: Arquivo pessoal Raimunda Teixeira. Acesso 2019.

A partir de 2006, com a construção do polo cerâmico finalizada, a mudança na produção cerâmica foi ainda mais visível. A combinação entre especialização dos trabalhadores e trabalhadoras ceramistas e a nova acomodação laboral permitiu que se desenvolvessem novas peças a partir da prática de novas técnicas, explorando cores e formas que não eram recorrentes anteriormente. Uma das novidades mais perceptíveis foi a aparição de peças que retratam figuras humanas feitas de barro. Estudando nossas fontes, tanto jornais, como as fotografias, notamos que peças de barro representando pessoas eram raras na rotina de produção cerâmica do Poti Velho, ou pelo menos elas não aparecem ilustrando os jornais que tivemos acesso ou nas fotografias cedidas antes de 2006.

As peças de barro passaram a ser pintadas com cores mais quentes e vivas. Embora não seja raro encontrar peças cruas, os ceramistas passaram a ser mais ousados na pintura. Passou a ser comum ver peças detalhadas compostas por várias tonalidades, diferentemente da tradição que se perpetuou até a primeira metade dos anos 2000, cujas peças eram mais discretas e mais naturais: cor do barro queimado.



Figura 27. Peça de barro representando uma figura humana ilustra o jornal Meio Norte, de 28 de setembro, 2006. 2) Araras coloridas feitas de barro ilustram o jornal Meio Norte de 11 de fevereiro de 2009.
Fonte: Arquivo pessoal Raimunda Teixeira. Acesso em 2019.

Trazendo nossa percepção da transformação cerâmica do Poti Velho para nosso recorte de grupo social na diversidade do bairro, essas mudanças ficaram bastante evidentes com a cerâmica produzida pela COOPERART-Poty de mulheres. Com a organização feminina a partir de 2006, em torno de seus próprios objetivos, o trabalho cerâmico delas fez com que as peças produzidas pela cooperativa ganhassem sentidos e identidades muito particulares.

Após a construção do polo cerâmico do Poti Velho, deu-se início aos trabalhos da COOPERART-Poty, que privilegiou em sua produção peças fruto da subjetividade feminina. As peças de barro passaram a ser compostas predominantemente por mulheres, que se apresentavam em situação de trabalho, carregando potes, mulheres grávidas, outras segurando seus filhos, sertanejas, além de potes de todas as cores, animais e os mais variados utensílios domésticos, de decoração e adornos pessoais, como colares, pulseiras e terços.



Figura 28. Peças cerâmicas feitas pelas mulheres da COOPERART-Poty.

Fonte: Arquivo pessoal Amanda Lima, 2017. Acesso em 2019.

Na COOPERART-Poty, as mulheres têm autonomia na produção cerâmica, por isso, observamos uma diversidade de peças de barro, de cores, desenhos e detalhes. As experiências particulares também são elementos das relações de trabalho desenvolvidas entre cada mulher ceramista e a peça que ela imagina, modela, pinta e finaliza. Para além de um objeto cerâmico de decoração, um adorno, um utensílio doméstico, a cultura material é uma trama infinita de desejos, experiências e histórias modeladas em barro.

Nesse sentido, a cerâmica não é apenas um objeto feito a partir do barro. As peças carregam elementos da experiência daqueles que as fabricaram. Há uma intencionalidade, uma história que se conta no objeto cerâmico e pode ser lida. A cultura material é uma manifestação do cotidiano, das experiências dos sujeitos que o produzem, traz referenciais do modo de viver, de fazer, de entender e dar sentido ao mundo. (SILVA; NAVARRO, 2020, p. 11).

Essas experiências dizem sobre tradições do saber fazer da cerâmica e sobre as próprias histórias e vivências das ceramistas que podem ser impressas no barro das maneiras mais diversas, sejam elas óbvias ou precisem de um esforço interpretativo maior. Por mais que a produção da COOPERART-Poty tenha o objetivo de desenvolver o trabalho coletivo de mulheres, cada peça de barro feita é muito particular da mulher que a produziu, mesmo que essa peça faça parte de uma coleção onde várias mulheres produzem dentro de uma ideia estética. Os detalhes da pintura, do tamanho, os ornamentos são sempre únicos de cada trabalhadora do barro.



Figura 29. Peças de barro da COOPERART-Poty – potes, panelas, figuras de mulheres, vasos decorativos, colares de continhas.

Fonte: Arquivo pessoal Amanda Lima, 2017. Acesso em 2019.

Em palestra virtual (ON LINE, 2020)⁴⁴, a arqueóloga Lilian Panachuk argumenta que o barro ganha formas únicas de acordo com a experiência e a forma do corpo da ceramista: “[...] essa medida do corpo, ela é importante para os ceramistas e ela aparece muito revigorada nos textos de etnoarqueologia, por exemplo, a medida é o corpo, então vai variar de acordo com o corpo produtor, pensando uma aldeia com diferentes gerações trabalhando juntas.” (ON LINE, 2020). Por isso, pensa-se cada peça como única, mesmo quando pertencem a um conjunto, pois elas se desenvolveram a partir das formas das mãos de cada ceramista, de elementos subjetivos, a carga de experiência, técnica e histórica da pessoa que a produziu.

Em 2006, as mulheres da COOPERART-Poty começaram a desenvolver um conjunto de bonecas de barro chamadas Mulheres do Poti, composto por cinco peças que foram

⁴⁴ ONLINE, ARQUEOLOGIA. Palestra virtual fazer ser ceramista: exemplos na arqueologia brasileira – Prof. Lilian Panachuk. **Youtube** 29 jun. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3JeeMd_TVZ0&t=5140s. Acessado em: 28 out. 2020.

auxiliadas pela arquiteta Indira Matos⁴⁵. As bonecas de barro da coleção são inspiradas nas identidades das mulheres do Poti Velho, elas possuem características comuns, específicas e qualidades variáveis em cada peça. Esses elementos têm o objetivo de representar as mulheres do bairro.

De acordo com Silva e Navarro (2020), na coleção Mulheres do Poti, as características comuns são aquelas que podem ser observadas em todas as peças sem exceção, como a saia arredondada, a cabeça, os braços, a predominância de coloração crua, tons de branco ou acinzentados. As características específicas são elementos particulares a cada peça, eles diferenciam uma peça da outra no quadro geral das cinco peças e têm uma função representativa relevante. No caso das Mulheres do Poti,

Cada uma das cinco bonecas de barro carrega nas mãos ou no colo um elemento que representa a identidade social das mulheres moradoras e trabalhadoras do Poti: a oleira, um tijolo; a ceramista, um pote; a pescadora, um peixe; a religiosa, um terço; a das continhas, pequenas esferas. (SILVA; NAVARRO, 2020, p. 15).

Por fim, segundo Silva e Navarro (2020), têm as qualidades variáveis, que são aquelas que são expressas pela técnica e experiência da ceramista, pela medida do corpo de cada um, lembrando a fala de Panachuk (ON LINE, 2020). Esses elementos são detalhes inseridos de acordo com a necessidade de quem fabrica a boneca de barro da coleção Mulheres do Poti, conciliam as afinidades técnicas com seus gostos pessoais, são os cabelos que podem ser lisos, crespos, soltos, presos, detalhes nas saias que podem ser flores, espirais, corações, fitas, rendas e uma variedade de outros desenhos que podem surgir, tudo depende de como a ceramista imaginou a feição da boneca que ela produz.

De acordo com as mulheres que entrevistamos, as cinco peças da coleção de bonecas Mulheres do Poti representam as mulheres que fazem parte da comunidade do Poti Velho. Por isso, individualmente, elas apresentam elementos que falam sobre a religião, sobre as atividades locais e sobre suas trajetórias comuns com o barro, como recordou Maria Margarida: “Que essas bonecas que representam nós, nós queríamos uma coisa que representasse nós, aí veio a questão das bonecas, aí a gente aderiu as bonecas [...]. Que são as cinco bonecas, mulheres do Poti Velho que representam nós.” (MARGARIDA, 2019, s/p.).

Para o historiador Roger Chartier (1991), “[...] as representações coletivas são constituídas pelas práticas do mundo social dos diferentes grupos da sociedade.” (SILVA;

⁴⁵ Informação colhida no site Agência SEBRAE de Notícias (ASN). Disponível em: <http://www.pi.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/PI/sebrae-divulga-premiacao-da-5-edicao-da-casa-piaui-design.7a120e3402236410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em 27 out. 2020.

NAVARRO 2020, p. 13), esta relação que as representações coletivas mantêm com o mundo social se dá por três formas distintas: a primeira, uma relação de força entre diferentes grupos sociais que compõem a sociedade; a segunda, por formas institucionalizadas encarregadas de representar grupo, comunidade ou classe. Sintetizadas, essas duas formas dizem respeito

[...] a construção das identidades sociais como resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma (CHARTIER, 1991, p. 183).

Nesse sentido, a representação não se daria de modo direto, dos sujeitos sociais para si mesmos, seria uma representação feita por outros, com consentimento do grupo social ou simbolicamente por grupos dominantes. A terceira forma dessas relações da representação com o mundo social é a que melhor se encaixa em nossa pesquisa e diz respeito “[...] as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição”. (CHARTIER, 1991, p. 183)

As identidades sociais do grupo de mulheres que estudamos se mostraram para o mundo a partir de representações determinadas por elas mesmas. Essas representações se dão tanto no campo do simbólico como da cultura material, e o elemento simbólico também ganha espaço na peça de barro. As cerâmicas que representam as mulheres do Poti Velho são fruto das escolhas que essas mulheres fizeram baseadas em suas experiências comuns coletivas.

Por isso, “[...] considera o recorte social objetivado como a tradução do crédito conferido à representação que cada grupo dá de si mesmo, logo a sua capacidade de fazer reconhecer sua existência a partir de uma demonstração de unidade.” (CHARTIER, 1991, p. 183). As imagens representadas pelas peças Mulheres do Poti traduzem um pouco da história coletiva e trajetória das mulheres do bairro Poti Velho, que hoje trabalham com barro. Além disso, funciona como uma estratégia de manter e repercutir sua memória, enquanto grupo social, como querem ser vistas e lembradas no contexto do bairro e fora dele. A história de mulheres ceramistas do Poti Velho contada através do barro modelado por suas próprias mãos.

Em nosso estudo, entendemos as identidades como um complexo vínculo simbólico que se reflete na cultura material e que une os indivíduos sociais em práticas, memórias, experiências, vivências comuns em determinados locais ou contextos onde existam laços de pertencimento simbólicos.

A identidade social de um indivíduo se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social: vinculado a uma classe sexual, a uma classe de idade, a uma classe social, a uma nação, etc. A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente. (CUCHE, 1999. p. 177).

Na construção das identidades temos o elemento da memória coletiva. Os indivíduos dos grupos sociais vivenciam acontecimentos que se tornam referências em sua memória coletiva e passam essas lembranças para as próximas gerações, tornando-se um aspecto de sua identidade enquanto grupo social (HALBWACHS, 2003). As identidades são um todo que inclui as escolhas do indivíduo em consonância com seu meio social, pois a identidade não é construída sem referenciais externos.

Desse modo, a identidade social não diz respeito apenas aos indivíduos. Todo grupo apresenta uma identidade que está em conformidade a sua definição social que o situa no conjunto social. Assim, a identidade social é ao mesmo tempo inclusão – pois só fazem parte do grupo aqueles que são idênticos sob certo ponto de vista – e exclusão – visto que sob o mesmo ponto de vista são diferentes de outros. (BERLATTO, 2009, p. 142).

Os pertencimentos também geram afastamentos. Por isso as identidades sugerem que a existência de um grupo social afaste outros grupos sociais por possuírem diferentes identidades sociais. Também é válido ressaltar que, como aponta Stuart Hall (2001), a identidade na contemporaneidade está sempre em processo de mutação, ela é volátil, nunca é fechada em si mesma ou acabada.

[...] a identidade é realmente algo formado ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. (HALL, 2001, p. 38).

Ainda segundo Hall (2001), muitos grupos sociais, por sentirem suas tradições ameaçadas pela presença de outras culturas, acabam por reforçar o fortalecimento de suas identidades. Acreditamos que isso ocorre no Poti Velho, e especialmente com a produção cerâmica da COOPERART-Poty, pois as peças de barro da coleção Mulheres do Poti enfatizam as atividades tradicionais da região ligada aos rios, a crença religiosa e a história de trabalho com o barro, que são aspectos muito marcantes da cultura e identidade do bairro.



Figura 30. Mulheres do Poti.

Fonte: Arquivo pessoal Amanda Lima, 2017. Acesso em 2019.

As peças da coleção Mulheres do Poti da COOPERART-Poty são mais sóbrias que a grande maioria das cerâmicas produzidas pelas mulheres da cooperativa. As cinco bonecas formam o todo de uma ideia que delinea aspectos gerais da coleção: a composição de cores possui tons mais frios conciliados com partes em argila natural, elementos representativos que ocupam o centro da peça (tijolo, pote, terço, continhas, peixe), ornamentos que se distribuem pela parte inferior da peça (detalhes ao gosto da ceramista).



Figura 31. Detalhes de peças da Coleção Mulheres do Poti.

Fonte: Arquivo pessoal Raimunda Teixeira, 2020. Acesso em 2020.

Em 2007, nove meses após a fundação da COOPERART-Poty, a família de peças Mulheres do Poti ganhou o prêmio da 5ª Casa Piauí Design, desenvolvido pelo Sebrae no Piauí com apoio da Prefeitura Municipal de Teresina e com o Programa de Desenvolvimento do Artesanato Piauiense (PRODART). No ano de 2008, a cooperativa de mulheres também venceu a premiação com uma coleção de peixes de barro.

Para compreender melhor a importância de cada figura feminina representada a partir da combinação de elementos técnicos comuns, específicos e variáveis que formam o todo

particular em cada peça das Mulheres do Poti, falaremos sobre cada uma das cinco bonecas de modo a conciliar a cultura material com os aspectos históricos e mnemônicos das mulheres.

- **A mulher pescadora**

A mulher pescadora é representada segurando um peixe nas mãos (**Figura 30**). Como mencionado no capítulo anterior, a pesca é uma atividade local relevante desde o estabelecimento dos primeiros habitantes da região e, ainda hoje, se constitui como uma atividade econômica e de subsistência praticada no cotidiano dos moradores do Poti Velho.

A peça de barro da mulher pescadora representa a história de mulheres com a pesca e aquelas cuja família se beneficia ou se beneficiou da atividade. Também lembra a importância dos rios para a população local, como menciona Maria Margarida, uma das ceramistas que entrevistamos: "E as pescadoras por causa do Poti Velho, por causa do rio, por causa do rio, aí ela dividiu [...], eu fiquei no grupo de pescadoras porque eu sou descendente de pescador, meu pai era pescador, meu marido é pescador, entendeu." (MARGARIDA, 2019, s/p). Sua memória com o pai pescador se misturou ao trabalho de fabricação cerâmica da mulher pescadora, enquanto molda, ela rememora e traz à lembrança de que, no presente, ela perpetua a tradição familiar com o marido pescador.

- **A mulher religiosa**

A mulher religiosa é representada segurando um terço nas mãos (**Figura 30**). A tradição religiosa é um traço forte das relações socioculturais desenvolvidas no bairro. Antes de Teresina se tornar capital, o Poti Velho contava com uma capela onde se davam os encontros religiosos. A religião se tornou um traço ainda mais característico da comunidade com o início da tradição dos festejos de São Pedro, a partir da década de 1950. Margarida disse: "Religiosa representando a religiosidade do Piauí, do Piauí não, do bairro Poti Velho, que é São Pedro, que é São Pedro." (MARGARIDA, 2019, s/p).

As mulheres participam ativamente das manifestações de fé que ocorrem anualmente com os festejos de São Pedro. Além da peça de barro da mulher religiosa representar a figura da mulher religiosa do Poti Velho, ela conta a história da memória de todos os habitantes do bairro que preservam suas tradições e crenças coletivas, movimentam suas ruas e a vizinhança da cidade na dinâmica de suas devoções.

- **A mulher oleira**

A mulher oleira é representada carregando um tijolo nas mãos (**Figura 30**). Como discutiremos no capítulo anterior, a olaria foi uma atividade comum a partir da década de 1950 e foi responsável pela entrada de muitas mulheres, crianças e homens nas funções oleiras. Muitas das mulheres da COOPERART-Poty tiveram seu primeiro contato com o barro nessa atividade como carregadoras de tijolos, muitas ainda eram crianças quando começaram.

Apesar do trabalho de olaria no Poti Velho não acontecer mais nos dias de hoje, a memória da olaria está presente na coleção Mulheres do Poti pela sua relevância na subsistência de inúmeras famílias até cerca de 2010: “Aí tem a oleira que somos, que são as mulheres que saíram da olaria para vim para cooperativa, para virar artesã como eu, Raimundinha, Toinha, a Francisca, várias mulheres saíram da olaria para se tornar artesã.” (MARGARIDA, 2019, s/p). O passado oleiro ainda é vivo na memória dos habitantes, seja pela penúria, seja pela importância econômica que teve na vida de muitos deles, que não tinham muitas alternativas disponíveis.

- **A mulher das continhas**

A mulher das continhas é representada pela boneca com um colar de continhas envoltas no pescoço (**Figura 30**). A importância da mulher das continhas na coleção se dá pela produção de pequenas bolas esféricas ter sido a atividade que direcionou um número expressivo de mulheres para o trabalho cerâmico. “Em 2004, grande contingente de mulheres se inseriu na atividade cerâmica produzindo continhas no decorrer dos anos seguintes.” (SILVA; NAVARRO, 2020, p. 21).

O fenômeno da entrada feminina foi uma novidade, pois a produção era principalmente do homem. A produção de continhas representou o ponto de partida de muitas mulheres que hoje fazem parte da COOPERART-Poty e ganham seu sustento com o barro, por isso, marcou um momento importante, tanto para as mulheres da cooperativa como para o bairro. “Aí, continha que representa nós que começamos como continha, fazendo só as bolinhas.” (MARGARIDA, 2019, s/p).

A mulher das continhas ganhou destaque na coleção devido à importância que as pequenas esferas representaram na história e memória de mulheres que deixaram o trabalho de sol a sol nas olarias e iniciaram um trabalho que lhes permitiriam ganhar mais dinheiro em

condições menos desgastantes e abrir o leque de sua criatividade: “A continha ela, ela é uma peça que representa todas nós, a história das cooperadas.” (FERNANDES, 2019, s/p).

- **A mulher ceramista**

A mulher ceramista é representada segurando um pote nas mãos (**Figura 30**). Essa boneca de barro conta a história das mulheres que passaram a trabalhar sistematicamente com produção cerâmica, tendo a produção de potes, vasos e filtros como o principal produto manufaturado durante muitos anos. A peça de barro lembra a história de mulheres que saíram das olarias e outras atividades informais, de trabalhos remunerados ou do dia a dia como donas de casa, para se dedicarem ao barro como meio de sobrevivência e realização econômica e social.

A boneca de barro da mulher ceramista reflete a identidade de mulheres trabalhadoras do Poti Velho do presente: “As ceramistas são as meninas que, somos nós hoje né, porque a maioria das mulheres ajudava o marido só na venda ou pintura, não produziam.” (SOUSA, 2019, s/p). É assim que essas mulheres se apresentam para além do bairro: as ceramistas do Poti Velho. Por isso, a peça é fundamental no todo da coleção. A mulher ceramista que é moldada em barro representa aquela que cumpre a ação técnica de produzi-la no presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propomo-nos a compreender como as mulheres do Poti Velho se constituíram como trabalhadoras do barro. A memória, repassada a partir de entrevistas orais, foi metodologia essencial de construção de nossa pesquisa, entendida como um fenômeno social, que sempre se dá relacionado ao meio, e mesmo individual sua ocorrência se dá por meio de pontos de vista coletivos, como escreve Halbwachs (2015). Além disso, o estudo de memórias femininas do trabalho cerâmico de Teresina aparece como contribuição parcial para a superação de invisibilidades e silêncios, tanto de um ponto de vista social, histórico e urbano, a que muitas histórias de mulheres trabalhadoras, enquanto agentes de transformações sociais, foram historicamente ateadas, como argumenta Dias (1983).

A comunicação entre memórias de experiências de vidas das mulheres ceramistas ao longo de suas histórias de trabalho com o barro foi traçada a fim de se perceber que, embora sentidas e repassadas de formas diferentes, elas compartilharam, frequentemente, esquemas de sobrevivência, entraves socioeconômicos e urbanos ligados ao gênero, que são constitutivos de sua identidade e memória social, enquanto grupo que desenvolve um trabalho muito ligado às expressões de sua vida.

Percebemos que a cultura material funciona como uma agência de trocas simbólicas, em que não vemos apenas uma forma moldada, com cores, desenhos e texturas sobrepostas, além de arte, temos acesso às histórias e experiências daqueles que produzem o barro, a peça única, e obedecem à forma do corpo daqueles que a fabricam, como diz Panachuk (2020). Traçamos elementos da vida das ceramistas que se ligam à história do bairro, à religiosidade, às crenças, nos quais foi possível perceber sua relação no conjunto cerâmico Mulheres do Poti, fabricados por elas, com as identidades e memórias femininas construídas ao longo do tempo.

Observamos como a COOPERART-Poty contribuiu para a organização da memória, identidades, objetivos, autoestima e autonomia feminina, pois, segundo Halbwachs (2015), a lembrança se torna mais forte quando lembrada em conjunto. Nesse sentido, reforçou objetivos e interesses, permitindo que o grupo social continue se ressignificando e se desenvolvendo. A união cooperativa também ofereceu possibilidades de viverem para além das tarefas domésticas, e para que usem as mãos não apenas para arrumar, lavar, cozinhar, ou carregar tijolos, mas também para contar suas próprias histórias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís. Introdução. *In: Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios – Organização Internacional do Trabalho*. Brasília: OIT, 2010.

ABREU, I. G de.; LIMA, I. M. M. F. Igreja do Amparo: O Marco Zero de Teresina. **Revista Cadernos de Teresina**. Teresina (PI): Fundação Monsenhor Chaves, p.15-20, 2000. Disponível em: http://files.iracildefelima.webnode.com/200000059-165b4175c6/Teresina%20-Marco%20zero_2014.pdf. Acesso em: 14 set. 2019.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo editorial, 2009.

ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino. **Cotidiano e Pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina (1877-1914)**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1995.

ARAÚJO, M. P; SANTOS, S. S. História, memória e esquecimento: Implicações políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, n° 79, p. 95-111, dez, 2007. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/728>. Acesso em: 26 jan. 2021.

BARRETO, Mauro Vianna. **Abordando o passado: uma introdução à Arqueologia**. Belém: editora Paka-Tatu, 2010.

BELLATO, Odir. A construção da identidade social. **Revista do Curso de Direito da FSG**. Caxias do Sul, ano 3, n° 5, jan./jun, 2009, p. 141-151. Disponível em: <http://ojs.fsg.br/index.php/direito/article/view/242/210>. Acesso em: 12 out. 2020.

BENJAMIN, Walter. O narrador – Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Editora brasiliense, 1987. p. 197 – 221.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. Trad. Paulo Neves. 2 a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, o ofício do historiador**. São Paulo: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, Kássia Valéria De Oliveira. **AS MULHERES CERAMISTAS DO MOCAMBO: A Arte de viver de artefatos ambientais**. 2017. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, 2017. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/5947/8/Tese_K%C3%A1ssia%20V.%20O.%20Borges.pdf. Acesso em: 11 nov. 2019.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1974.

_____. Tempos vivos e tempos mortos. **Programa Caminhos da Arte: A escola vai ao teatro**. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. São Paulo, 2005. Disponível

em:

<http://culturaecurriculo.fde.sp.gov.br/administracao/Anexos/Documentos/420091014164722Tempos%20vivos%20e%20tempos%20mortos.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2019.

BRANCO, Pedro Vilarinho Castelo. **Mulheres Plurais: A condição feminina na primeira república**. Teresina: Edições Bagaço, 2005.

BURGOS, Marcelo Baumann. Cidade, Territórios e Cidadania. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 48, n° 1, 2005, p. 189-222. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/dados/v48n1/a07v48n1.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800**. Companhia de Bolso: São Paulo, 2010.

CALVO, Célia Rocha. Narrativas orais, fontes para a investigação histórica: Culturas, memórias e territórios da cidade. In: **Dossiê: Fontes Orais – Perspectivas de investigação. História e Perspectivas**, Uberlândia (42): 11-29, jan.jun, 2010. <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19285>. Acesso em: 12 jul. 2018.

_____. Sobre Cidades, Culturas, Memórias e Histórias: Perspectivas de investigação social. Notas de uma pesquisa. **XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH**. Natal, 22-26/jul., 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364858919_ARQUIVO_Textocompleto_AnaisanpuhNatal2013.pdf. Acesso em 14 jan. 2021.

CAMARGO, Aspásia; et. al. Histórias de Vida na América Latina. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 16, pp. 5-24, 2° semestre, 1983. Disponível: <http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-antteriores/bib-16>. Acesso em: 20 jun. 2020.

CAPUCCI, Victor Zappi. **Fragmentos de cerâmica brasileira**. São Paulo: Editora Nacional, 1987. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/431/1/382%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 29 set. 2020.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de Fazer**. Editora Vozes: Rio de Janeiro, 2012.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, São Paulo, vol. 5, n. 11, p. 173-191, 1991. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601>. Acesso em: 20 dez. 2019.

CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. **Teresina: Subsídios para a História do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

CHAVES, Sammya Vanessa Vieira; TAVARES, Antônio Carlos; ANDRADE, Carlos Sait Pereira de. Vulnerabilidade às inundações em Teresina, Piauí e ações mitigadoras do poder público. **Sociedade e Território**, Natal, v. 29, n. 2, p. 175-197, Jul./Dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/download/12533/9105/>. Acesso em 15 de mar. 2020.

COSTA, Carla Cristina Coêlho da. **A CERÂMICA DA BARRA: Transformações e Representações**. 2009. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp101955.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2019.

COSTA, Emília Viotti da. Estruturas Versus Experiência Novas Tendências na História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha. **BIB**. Rio de Janeiro, n. 29 pp. 3-16, 1º semestre de 1990. Disponível: <http://anpocs.org/index.php/bib-pt/bib-29/412-estruturas-versus-experiencia-novas-tendencias-da-historia-do-movimento-operario-e-das-classes-trabalhadoras-na-america-latina-o-que-se-perde-e-o-que-se-ganha/file>. Acesso em: 12 nov. 2019.

COSTA, F. A. Pereira da. **Cronologia histórica do Estado do Piauí**. Rio de Janeiro: Editora Artenova S.A, 1974.

CRENSHAW, Kimberle W. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifen. p. 7-16, 2002. Disponível em: <https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2019.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. [recurso eletrônico]. Tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Amanda%20Lima/Downloads/Angela%20Davis%20-%20Mulheres-%20raca%20e%20classe%20-Boitempo.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2019.

DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo – Sociedade e cultura no início da França moderna**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DIAS, Cid de Castro. **PIAUHY: Das origens à nova capital**. Piauí: Nova Expansão Gráfica & Editora Ltda, 2008.

DIAS, M. O. L. S. Mulheres sem história. **Revista de História (USP)**, dep.de história da USP, v. 114, p. 31-45, 1983. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/62058>. Acesso em: 1 fev. 2018.

_____. **Quotidiano e poder – em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a Bruxa. Mulheres: corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2004.

_____. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FEITOSA, Maria Suzete Sousa. **Enchentes no Rio Poti e vulnerabilidades socioambientais na cidade de Teresina-PI**. 2014. Tese (doutorado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em:

<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/29371/1/TESE%20Maria%20Suzete%20Souza%20Feitosa.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2020.

FENELON, Déa Ribeiro (Org.). **CIDADES – Pesquisa em História**. Programa de Estudos Pós-Graduados em História PUC/SP. v. 1. São Paulo: Olho d'Água, 1999.

_____. *Cultura e História Social: Historiografia e Pesquisa*. **Proj. História**, São Paulo, n. 10, p. 73-90, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12105>. Acesso em: 11 out. 2018.

_____. et al. **Muitas Memórias, outras histórias**. CAPES/PROCAD. São Paulo: Olho d'Água, 2004. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/41332>. Acesso em: 22 mai. 2019.

FERNANDES, Gisele da Silva. **Mulher, identidade e auto-estima: elementos teóricos para uma reflexão crítica**. 1984. Dissertação (Mestre em Psicologia). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1984. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9711>. Acesso em: 2 jan. 2021.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coordenação); Abreu, Alzira Alves de... [et al]. **ENTREVISTAS: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 316.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRANK, Robert. Questões para as fontes do Presente. In: CHAUVEAU, A; TÉTARD, Ph. **Questões para a história do tempo presente**. São Paulo: EDUSC, 1999. p.103-118.

FREIRE, Ana Isabel; GUIMARÃES, Francisca Mariana Alves; DOURADO, Jacqueline Lima. Viva São Pedro: uma análise folkcomunicacional dos Festejos de São Pedro no bairro Poty Velho em Teresina (PI). **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**. Maceió, jun. 2011. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2011/resumos/R28-0941-1.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2019.

FREITAS, Clodoaldo. **História de Teresina**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2010.

GALLIAN, Dante Marcello Claramonte. O historiador como inquisidor ou como antropólogo? Um questionamento para os "historiadores orais". **R. História**, São Paulo, n. 125-126, p. 93-103, ago-dez/91 a jan-jul/92. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18666>. Acesso em: 1 abr. 2019.

GANDARA, Gercinair Silvério. Teresina: a Capital sonhada do Brasil Oitocentista. **História (São Paulo)**, São Paulo, v.30, n.1, p. 90-113, jan./jun. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010190742011000100005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 19 dez. 2019.

GOMES, Jerusa Vieira. Vida Familiar e trabalho de crianças e de jovens pobres. **Paidéia, FFCLRP-USP**, Ribeirão Preto, p. 45-61, fev-ago. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1998000100005. Acesso em: 23 jan. 2021.

GOMES, Sônia Missagia de, Artefatos de gênero na arte do barro: masculinidades e femininidades. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.9, n.1, p. 56-80, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000100004/8893>. Acesso em: 12 set. 2020.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro. 2015.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. São Paulo: Do&A editora, 2001.

HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura – Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora**. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher? mulheres negras e feminismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em 3 mai. 2020.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: 12 out. 2020.

KERGOAT, Danièle, Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexos. *In*: Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-75.

LACERDA, Naziozênio Antonio. A interação comunicativa na lenda do cabeça de cuia: um estudo na perspectiva da ecolinguística. **Travessias**, Cascavel, v. 14, n. 1, p. 198-217, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://www.unioeste.br/travessias>. Acesso em: 11 mar. 2020.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora Unicamp, 1990.

LEMOS, Ricardo Velasco. **Mãos de barro em arteterapia: remodelando o ser**. 2018. Monografia (Especialização em Arteterapia) – POMAR/FAVI, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://arteterapia.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Monografia-Ricardo.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2020.

LIMA, Amanda. “Onde fica o Poti Velho?”: Contradições urbanas da cidade de Teresina – Piauí. *In: Dossiê Lugares na História do Século XXI. Revista Latino-Americana de História*, v.9, n.24, Brasil, jul./dez. 2020. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/issue/view/35/showToc>. Acesso em: 1 de janeiro de 2021.

LIMA, Ana Maria De. **Saúde e Segurança do Trabalhador do Barro em Arranjos Produtivos Locais: O caso do artesanato de barro nos bairros Olarias e Poti Velho na cidade de Teresina – Piauí**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/104291>. Acesso em: 14 mai. 2020.

LIMA, A; NAVARRO, A. Mulheres do Poti: transformação cerâmica e representações femininas no Poti Velho, Teresina, Piauí. **Revista de História da UEG**, Morrinhos, v.9, n.2, e-922012, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/10246>. Acesso em: 21 de julho de 2020.

LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé. **TERESINA: URBANIZAÇÃO E MEIO AMBIENTE**. Texto publicado originalmente: *Scientia et Spes. Revista do Instituto Camillo Filho, Teresina*, v. 1, n. 2, p. 181-206. 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/308696850_TERESINA_URBANIZACAO_E_MEI_O_AMBIENTE. Acesso em: 20 dez. 2019.

LIMA, M. da S. Cooperativismo: uma experiência feminina na arte de produzir conquistas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 20(1), p. 209-232. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000100012. Acesso em: 23 jan. 2021.

MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. A lenda do Cabeça-de-Cuia: estrutura narrativa e formação do sentido. **Revista do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**. V. 7, n. 1. p. 151-160. Jan./jun. 2011. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rd/article/download/1920/1216/>. Acesso em: 20 mai. 2020.

MATOS, Sônia Missagia de. Artefatos de gênero na arte do barro: masculinidades e femininidades. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001, p. 56-80. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000100004/8893>. Acesso em: 18 nov. 2020.

MAXIMIANO, Claudina Azevedo. Mulheres Indígenas: Diálogo Sobre a Vida na Cidade. **Ponto Urbe – Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, nº 13, p. 1-20, 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/672>. Acesso em: 23 mar. 2021.

MELO, C. Teresina e seus primeiros povoadores. **Cadernos de Teresina**. Teresina, nº 15, p. 12-15, dez. 1993.

MELO, Cláudio Rodrigues de. **Histórias e memórias de migrantes da comunidade negra rural de Tapuio Queimada Nova/PI**. 2013. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

MESTRE, Marilza Bertassoni Alves. **Mulheres do século XX: memórias de trajetórias de vida, suas representações (1936-2000)**. (Tese de doutorado em História). Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2004. Disponível: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/2290>. Acesso em: 7 jan. 2018.

MONTE, Catarina Nery da Cruz. **Artesanato Ceramista e Direitos Culturais Frente ao Programa Lagoas do Norte no Poti Velho em Teresina-PI: Quais Diálogos?**. 2016. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpi.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/636/1.DISSERTA%C3%87%C3%83O%20CATARINA%20NERY%20FINAL%20%281%29.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 mai. 2020.

MONTE, C. N. C; MORAES, M. D. C. Intervenção urbanística e direitos culturais: o Programa Lagoas do Norte no bairro Poti Velho, Teresina-Piauí. **VII jornada internacional de políticas públicas**. São Luís, ago. 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo5/intervencao-urbanistica-e--direitos-culturais--o-programa-lagoas-do-norte-no-bairro-poti-velho-teresina-piaui.pdf>. Acesso em 21 out. 2019.

MONTE, C. N. C; MORAES, M. D. C. Paisagem Cultural em (Re)Construção (Artesanato Ceramista, Direitos Culturais no Poti Velho, Teresina - Pi). **Rev. FSA**, Teresina, v.13, n.4, art.13, p. 262-291, jul./ago. 2016. Disponível em: <http://www4.fsnet.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/1079>. Acesso em: 19 dez. 2019.

MONTEIRO, Valdênia Brito. Mulher indígena: resistência em tempo de retrocesso de direitos. **Cadernos do CEAS**, Salvador/Recife, n. 243, p. 104-119, jan./abr., 2018. Disponível: <https://cadernosdoceas.ucs.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/418>. Acesso em: 23 mar. 2021.

MONTELEONE, Joana de Moraes. “Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras”: O trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 1, e48913, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2019000100207&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 mar. 2021.

MONTE, Regianny Lima. (Des)encantos da cidade: lembranças do passado, sentidos do presente na obra literária de Teresina (1990-2010). **XI Encontro Regional Nordeste de História Oral**. Fortaleza, mai. 2017. Disponível em: [http://www.nordeste2017.historiaoral.org.br/resources/anais/7/1493153677_ARQUIVO_\(Des\)encantosdacidade.pdf](http://www.nordeste2017.historiaoral.org.br/resources/anais/7/1493153677_ARQUIVO_(Des)encantosdacidade.pdf). Acesso em: 22 mar. 2020.

MOREIRA, Amanda Cavalcante. **Teresina e as moradias da região central da cidade (1852-1952)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-23012017-110626/publico/corrigidaAmandaMoreira.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2020.

MORAES, Maria Célia Marcondes de; MÜLLER, Ricardo Gaspar. História e Experiência: contribuições de E.P Thompson à pesquisa em educação. **PERSPECTIVA**. Florianópolis, v. 21, n. 2. p. 329-349, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9653>. Acesso em: 30 jul. 2018.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo. Modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2002.

_____. **A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)**. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2015.

_____. Teresina, a capital que nasceu sob o signo do moderno e da pobreza. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. Jul. São Paulo, 2011. _____. Teresina, a capital que nasceu sob o signo do moderno e da pobreza. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, jul. 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300477414_ARQUIVO_Teresinamodernaanpuh2011.pdf. Acesso em: 11 mai. 2020.

NAVARRO, Alexandre Guida. Morando no meio dos rios e lagos: mapeamento e análise cerâmica de quatro estearias do Maranhão. **Revista de Arqueologia**, v. 31, n° 1, p. 73-103, 2018. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/index.php/sab/article/view/535/123>. Acesso em: 23 mar. 2021.

NORA, Pierre. Entre História e Memória – a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 27 mai. 2018.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí – volume II**. Teresina: FUNDAPI, Fund. Mons. Chaves, 2007.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **A OIT e a economia informal**. Lisboa, 2006. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/genericdocument/wcms_664856.pdf. Acesso em: 13 jan. 2020.

OLIVEIRA, Livânia Norberta de. **Estudo da variabilidade sazonal da qualidade da água do rio poti em Teresina e suas implicações na população local**. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/79888/1/Dissertacao-Livania.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2020.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

_____. **Minha História das Mulheres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. Práticas da Memória Feminina. **Rev. Bra. de His.** S. Paulo. v9. n°18, 1989, p. 9-18. Disponível em: https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3846. Acesso em: 7 dez. 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 3. ed. São Paulo: Autêntica, 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/33252932/Historia_and_Historia_Cultural_-_Sandra_Jatahy.pdf. Acesso em: 29 mar. 2018;

PEREIRA, Lucas Coelho. **A canoa, o barro e o santo: memória e marcadores identitários no Poti Velho, Teresina-PI**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

PINSKKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PISCITELLI, A. Tradição oral, memória e gênero: um comentário metodológico. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 1, p. 150–200, 2005. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1683>. Acesso em: 22 jan. 2021.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/108>. Acesso em: 21 dez. 2019.

_____. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>. Acesso em: 21 dez. 2019.

PORTELA, Mirya Grazielle Torres; BARBOSA, Ranyellson Pires. Impactos ambientais da exploração de argila em uma olaria em Teresina-PI. **Caderno de Estudos Ciência e Empresa** – ISSN 1983- 4141, Teresina, Ano 12, n. 1, jul. 2015. Disponível em: <http://www.faete.edu.br/papers/25>. Acesso em: 11 jun. 2020.

PORTELA, Mugiany Oliveira Brito. **Extração de argila e suas implicações socioeconômicas e ambientais no bairro Olarias, em Teresina**. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br>. Acesso em: 22 dez. 2019.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *In*: SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995.

ROLNIK, Raquel. **O que é Cidade**. Série Primeiros Passo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

SAFFIOTI. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Expressão Popular: São Paulo, 1969.

SAMUEL, Raphael. Teatros da Memória. **Proj. História**, São Paulo, n. 14, p. 41-81, fev. 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11234>. Acesso em: 29 ago. 2018.

SANTHIAGO, Ricardo. Da fonte oral à história oral: debates sobre legitimidade. **Saeculum – Revista de História**, João Pessoa, n. 18, p. 33-46, jan/ jun. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/viewFile/11395/6509>. Acesso em: 30 jun. 2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (PIAUÍ). **Estudo da Situação Econômica do Artesanato de Teresina: cerâmica, tecelagem, arte santeira e bordado**. Teresina: SEBRAE/PI/, 2005. Disponível em: <https://bis.sebrae.com.br/>. Acesso em: 30 abr. 2020.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Termo de referência: atuação do Sistema SEBRAE no artesanato**. Brasília: SEBRAE, 2010. Disponível em: <https://bis.sebrae.com.br/>. Acesso em: 30 abr. 2020.

SILVA, Raimunda Teixeira da. Cerâmica artística e independência econômica. **Ideias em Gestão**, Faculdade AIEC, Brasília, ed. 5, p. 16-19. 2011. Disponível em: <https://www.aiec.br/revista/pdf-mobiles.asp>. Acesso em: 17 mai. 2020.

SILVAI, Suianny Alves; SCABELLO, Andréa Lourdes Monteiro. O Poti Velho: Uma Abordagem Etnoarqueológica. **Revista FSA**, Teresina, v. 10, n. 2, art. 4, p. 66-83, abr./jun. 2013. Disponível em: www2.fsanet.com.br/revista. Acesso em: 14 mai. 2019.

SILVA, Leni Maria Pereira. **Um estudo das estratégias de sobrevivência das famílias em extrema pobreza**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social). 2011. Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claro-MG, 2011. Disponível em: <https://www.posgraduacao.unimontes.br/uploads/sites/20/2019/05/4-Leni-Maria-Pereira-Silva.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2021.

SILVA, Maria Nilza. **Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo**. 1. ed. Fundação Cultural Palmares: Brasília, 2006.

SOARES, Denise Borgéa. **Libellus Maria do Pote**. Narrativas de pesquisa sobre mediação e visualidades populares. 2016. Tese (Doutorado em Arte e Cultura Visual). Faculdade de Artes Visuais, Goiânia, 2018. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/459/o/DENISE_BOGEA_SOARES_\(TESE_FAV-PPGACV\)_1.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/459/o/DENISE_BOGEA_SOARES_(TESE_FAV-PPGACV)_1.pdf). Acesso em: 20 out. 2020.

SILVA, Iraneide Soares da. **É preta, é preto em todo canto da cidade: história e imprensa na São Luís/MA (1820 - 1850)**. 2017. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/18735/1/PretaPretoTodo.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2020.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-01882007000200015&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 14 fev. 2019.

SOUZAS, Raquel. **Relações raça e gênero em jogo: a questão reprodutiva de mulheres negras e brancas**. 2004. Faculdade de Saúde Pública da USP. Tese (Doutorado em Saúde

Pública). São Paulo, 2004. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-28082007-175532/publico/TeseRaquelSouzas.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

TERESINA (Município). **Estudo Antropológico Programa Lagoas do Norte – ETAPA II**. São Paulo: Plan Avaliação; Avaliação, Monitoramento, Pesquisa Social, 2018. Disponível em: Acesso em: 23 mai. 2019. Disponível em: <https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2019/09/Estudo-Antropol%C3%B3gico.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2020.

TERESINA (Município) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEMDEC). **Edital de seleção de novas empresas – Incubadora do Artesanato Artístico de Teresina – INART**. Teresina: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, 2010.

TERESINA (Município) Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação (Teresina). **Perfil dos bairros: Poti Velho**. Teresina: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação, 2018. Disponível em: <https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/06/POTI-VELHO-2018.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2019.

TERESINA (Município) Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação (Teresina). **Programa lagoas do norte – plano de reassentamento involuntário, edital 3 – Porção Sudoeste da Lagoa dos Oleiros**. Teresina: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação, 2019. Disponível em: <https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2019/09/PLANO-DE-REASSENTAMENTO-INVOLUNT%C3%81RIO-PRI-EDITAL-3-Parcial-da-Lagoa-dos-Oleiros-lado-Oeste.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2020.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: THOMPSON, E. P. **Costumes em comum – Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 267 – 304.

_____. O termo ausente: Experiência. In: **A miséria da teoria – ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 180 – 200.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a Memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. **Proj. História**, São Paulo, n. 15, p. 51-84, abr. 1997. Disponível em: <file:///C:/Users/Amanda%20Lima/Downloads/11216-27332-1-SM.PDF>. Acesso em: 19 abr. 2018.

VIEIRA, Bianca. **Mulheres negras no Brasil: Trabalho família e lugares sociais**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/331728>. Acesso em: 25 mar. 2019.

VILHENA, Gustavo Henrique Ramos de. **Os fazedores de cidade: uma história da mudança da capital no Piauí (1800-1852)**. 2016. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17281>. Acesso em: 19 set. 2019.

WILLIAMS, Reymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

FONTES

AMPARO, Maria do. Teresina, PI. Entrevista cedida a Amanda Lima da Silva, em: 15 ago. 2019.

ARTESÃOS do Poti Velho vencem a pobreza. **Diário Oficial do Piauí**, Teresina, ano LXXIV, n. 125, p. 001, 20 jul. 2005. Disponível em: <<http://www.diariooficial.pi.gov.br/diario.php?dia=20050705>>. Acesso em: 21 dez. 2019.

CAMBURÃO foi o pioneiro. **Jornal O Dia**, p. 3, 24 fev. 2002. Disponível no acervo pessoal de Raimunda Teixeira da Silva. Acesso em: 26 set. 2019.

CARTA corografica das províncias do Maranhão e Piauhy e parte das do Pará, Goyás, Bahia, Pernambuco e Ceará. Rio de Janeiro, 1855. 1 mapa, col., 56 x 50cm em f.; 51,5 x 46,5. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart176103/cart176103.jpg. Acesso em: 16 jun. 2020. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart176103/cart176103.html. Acesso em: 16 jun. 2020.

COOPERATIVA fortalece as artesãs do Polo Cerâmico. **Meio Norte**, Teresina, p. D3, 15 set. 2009. Disponível em: Acervo pessoal de Raimunda Teixeira da Silva. Acesso em: 26 set. 2019.

SALES, Antônia. Entrevista concedida a Amanda Lima da Silva. Teresina, 14 dez. 2019.

FONTELE, Elias. Vândalos causam prejuízos aos artistas. **Jornal O dia**, 24 fev. 2002, p. 3. Disponível no acervo pessoal de Raimunda Teixeira da Silva. Acesso em: 26 set. 2019.

INCUBADORA auxilia artesãos do poty velho. **Jornal O Dia**, p. 3, 5 nov. 2002. Disponível no acervo pessoal de Raimunda Teixeira da Silva. Acesso em: 26 set. 2019.

INCUBADORA do Piauí é pioneira no país. **Jornal Meio Norte**, p. 4, 13 jan. 2003. Disponível no acervo pessoal de Raimunda Teixeira da Silva. Acesso em: 26 set. 2019.

MARTINS, Terezinha. Entrevista concedida a Amanda Lima da Silva. Teresina, 14 dez. 2019.

MUDANÇAS aumentam a produção no Poti Velho. **Meio Norte**, Teresina, p. D2, 06 mai. 2008. Disponível em: Acervo pessoal de Raimunda Teixeira da Silva. Acesso em: 26 set. 2019.

LOURDES, Maria de. Entrevista concedida a Amanda Lima da Silva. Teresina, 15 dez. 2019.

PÓLO cerâmico do poty. valorizando o trabalho da nossa gente!. **Jornal O Dia**, s/p, 09 mar. 2008. Disponível no acervo pessoal de Raimunda Teixeira da Silva. Acesso em:

ROCHA, Sileli. Vendas de cerâmicas crescem 50%. **Jornal Diário do Povo**, s/p, 5 mar. [200-]. Disponível no acervo pessoal de Raimunda Teixeira da Silva. Acesso em: 26 set. 2019.

LISBOA, Antônia. Entrevista concedida a Amanda Lima da Silva. Teresina, 14 dez. 2019.

SERSE compra 2 mil filtros de artesãos. **Jornal Meio Norte**, Teresina, p. 3, 06 fev. 2002. Disponível no acervo pessoal de Raimunda Teixeira da Silva. Acesso em: Acesso em: 26 set. 2019.

SILVA, Raimunda Teixeira Da. Entrevista concedida a Amanda Lima da Silva. Teresina, 14 dez. 2019.

SOARES, Neli. Entrevista concedida a Amanda Lima da Silva. Teresina, 15 dez. 2019.

MARGARIDA, Maria. Entrevista concedida a Amanda Lima da Silva. Teresina, 15 dez. 2019.

TRABALHADORES vão ganhar galpão para estocagem. **Jornal Meio Norte**, s/p, 06 fev. 2002. Disponível no acervo pessoal de Raimunda Teixeira da Silva. Acesso em: Acesso em: 26 set. 2019.

SITES

AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS. Sebrae divulga premiação da 5ª edição da Casa Piauí Design, 2007. Disponível em: <<http://www.pi.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/PI/sebrae-divulga-premiacao-da-5-edicao-da-casa-piaui-design,7a120e3402236410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em 27 out. 2020.

AKEMI, Cecilia. Guia básico de engobes. Disponível em: <<https://www.ceciliaakemi.com.br/single-post/2015/09/20/guia-b%C3%A1sico-de-engobes>>. Acesso em: 8 out. 2021.

CANTANHÊDE, Joaquim. Mulheres ceramistas: Argila e Resistência, 2019. Disponível em: <<https://www.humanismocaboclo.com/post/mulheres-ceramistas-argila-e-resist%C3%Aancia>>. Acesso em: Acesso em: 22 jan. 2021.

CANTANHÊDE, Joaquim. Documentário Vidas Moldadas. Youtube 15 dez. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=prh3U9JFpzU&feature=emb_title>. Acesso em: 22 jan. 2021.

CENTRO DE ESTUDOS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO. Incubadora do Artesanato Artístico de Teresina – InART. São Paulo. Disponível em: <<https://ceapg.fgv.br/programa/incubadora-artesanato-artistico-teresina-inart>>. Acesso em: 17 mai. 2020.

COOPERART-POTY. Cooperativa de Artesanato do Poty Velho. Disponível em: <<http://cooperart-poty.blogspot.com/>> Acesso em: Acesso em: 22 jan. 2021.

IMBROISI, Margaret; MARTINS, Simone. Técnicas artísticas: a cerâmica. História das Artes, 2021. Disponível em: <<https://www.historiadasartes.com/sala-dos-professores/tecnicas-artisticas-a-ceramica/>>. Acesso em: 8 out. 2021.

OLIVEIRA, Emanuel. Polo Cerâmico de THE: conheça o belo trabalho dos artistas do ‘barro’, 2015. Disponível em: <<https://180graus.com/blog-geral/polo-ceramico-toda-expressao-historica-e-cultural-de-teresina>>. Acesso 11 jan. 2021.

ONLINE, ARQUEOLOGIA. Palestra virtual fazer ser ceramista: exemplos na arqueologia brasileira – Prof. Lilian Panachuk. Youtube 29 jun. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3JeeMd_TVZ0&t=5140s>. Acessado em: 28 out. 2020.

PIAUI HOJE.COM. B-R-Ó-BRO: Porque ocorre o fenômeno e o que fazer para conviver melhor com o calor, 2019. Disponível em: <<https://piauihoje.com/noticias/especiais/b-r-o-bro-a-onda-de-calor-que-veio-para-ficar-como-conviver-melhor-com-o-fenomeno-337540.html>>. Acesso em: 6 jan. 2021.

PORTAL O DIA.COM. Teresina é a quarta capital mais quente do Brasil, segundo INMET, 2020. Disponível em: <<https://www.portalodia.com/noticias/piaui/teresina-e-a-quarta-capital-mais-quente-do-brasil,-afirma-inmet-381278.html>>. Acesso em: 6 jan. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS. Sobre o Município. Oeiras. Disponível em: <<https://oeiras.pi.gov.br/pagina-exemplo/>>. Acesso em: 7 jul. 2020.

SOARES, DENISE BOGÉA. Cerâmica do Maranhão – Seu Dedé de Rosário, maio 2007. Youtube 6 out. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=j9wOJSr-Rvo>>. Acesso em: 22 nov. 2020.

TVBRASIL. Conheça o trabalho das olarias da cidade de Rosário no Maranhão. Youtube 11 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Lsv3jeue2vY>>. Acesso em: 22 nov. 2020.

ANEXOS

ANEXO A – JORNAL O DIA, 24 DE FEVEREIRO DE 2002, P. 3

DOMINGO TERESINA, DOMINGO, 24 DE FEVEREIRO DE 2002 13

CONTINUAÇÃO DA CAPA
OFICINA - O quintal da residência de Raimunda foi transformado em um espaço de trabalho, onde todos são bem-vindos

Vândalos causam prejuízo aos artistas

A casa de produção de arte da Carolina de Pety Yelis, em Teresina, foi vandalada por um grupo de jovens que destruiu obras de arte e danificou o espaço de trabalho. O prejuízo foi estimado em cerca de R\$ 10 mil. O grupo de jovens chegou ao local no domingo, 17 de fevereiro, e começou a destruir as obras de arte e danificar o espaço de trabalho. O prejuízo foi estimado em cerca de R\$ 10 mil. O grupo de jovens chegou ao local no domingo, 17 de fevereiro, e começou a destruir as obras de arte e danificar o espaço de trabalho. O prejuízo foi estimado em cerca de R\$ 10 mil.

OS SAPOS, COMO SEUS ESTERÉOTIPOS, SÃO TÓPICOS DE TODAS AS CULTURAS

Hoje os sapos são a menina dos olhos de todos os artesãos

Os sapos são o macho perfeito em todos os aspectos: rápido e poderoso, bonito e gracioso, capaz de mudar de cor e de tamanho. Hoje os sapos são a menina dos olhos de todos os artesãos. O sapo é um animal muito interessante e bonito. Ele é muito rápido e poderoso, capaz de mudar de cor e de tamanho. Hoje os sapos são a menina dos olhos de todos os artesãos.



O processo é lento e precisa de atenção

CRÊDULO
 O processo é lento e precisa de atenção. O artesão precisa ter paciência e atenção para criar suas obras de arte. O processo é longo e requer muita dedicação e cuidado. O artesão precisa ter paciência e atenção para criar suas obras de arte.



ERA tudo feito como hoje com os trabalhos em madeira

"Camburão" foi o pioneiro

Em Teresina, o artesão pioneiro em trabalhar com madeira foi o senhor João. Ele começou a trabalhar com madeira há muitos anos e criou o estilo conhecido como "Camburão". O trabalho em madeira é muito delicado e requer muita habilidade e paciência. O senhor João é considerado o pioneiro em trabalhar com madeira em Teresina.



ANEXO B – JORNAL MEIO NORTE, 13 DE JANEIRO DE 2003, P. 4

Segunda-feira, 13 de janeiro de 2003 ■ MEIO NORTE ■ MICROEMPRESAS

Microempresa

■ ARTESANATO / O projeto de incubadora tem objetivo de estimular a produção de artesanatos e gerar renda em bairro pobre da periferia de Teresina

Incubadora do Piauí é pioneira no país

Poti Velho, um bairro pobre da periferia de Teresina, no Piauí, não era um destino da visita que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez no Estado nesta sexta-feira, 10. Mas é lá que se desenvolve uma experiência pioneira para incentivar a geração de empregos e renda através de artesanato. Cerca de 30 famílias dependem diretamente da atividade que ganhou o calor da amizade, o respeito e o amor, as três condições que o presidente quer assegurar a todos os brasileiros.

A BIART, primeira incubadora de artesanato do país, é um projeto da prefeitura municipal de Teresina com apoio do Sebrae (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) do Piauí. O objetivo é estimular a produção de pequenos artesanatos através de cursos de capacitação e técnicas de gerenciamento e comercialização.

Incubadora de empresas são instituições que oferecem estrutura física, tecnológica e presencial para o desenvolvimento de negócios recém-criados. As mais comuns no Brasil são as de base tecnológica. A BIART é a primeira no setor de artesanato.

Poti Velho é um bairro de baixa renda situado no município de Picos e Pimenteiras. Tradicionalmente dedicada à colheita e à produção de fitas de algodão, a comunidade foi aos poucos desenvolvendo trabalhos mais refinados em cerâmica. São potes de todos os tamanhos e formatos, buzinetas, adornos variados.

As pequenas oficinas situam-se nos dois lados da rua principal do bairro e a maioria que sobe constantemente das pequenas chaminés são testemunhos da atividade dos fornos onde são queimadas as peças vendidas no próprio local.

Das cerca de 80 artesãos do Poti Velho que vivem exclusivamente do artesanato, 19 estão na fase que os técnicos do Sebrae chamam de pré-incubação. A etapa inclui cursos de aperfeiçoamento e treinamento. Para isso, o Sebrae investiu com cerca de R\$ 47 mil. No próximo ano, o prefeito deverá assumir o prédio que abrigará a primeira incubadora de artesanato do Brasil.

A artesã Raimunda Teófilo da Silva, de 34 anos, dirige a associação dos ceramistas do bairro, coordena a oficina de capacitação e, claro, participa da incubadora. Ela explica que, apesar de serem dirigidos por um artesão que participa do projeto, os cursos são abertos a todos os ceramistas do bairro, mesmo os que não fazem parte da associação.

“Tenho oficinas sobre preparação da massa, acabamento, pintura a frio, design, gerenciamento de empresas, atendimento ao cliente e formação de preços”, enumera.

O trabalho segue uma divisão mas no mesmo ritmo. “Por tradição, os homens modelam as peças e as mulheres cuidam do acabamento”, explica dona Raimunda, que trabalha com delicadas peças de bijuteria e vasos esmaltados em uma pequena oficina nos fundos do barracão que divide com o marido e três filhos.

Com dois funcionários informais, sua renda mensal média é de R\$ 300 por mês. Não é muito, mas dona Raimunda planeja expandir o negócio. “Falta capital de giro e espaço para a produção, mas eu não desisto de transformar minha oficina em uma empresa de artesanato”, entusiasma-se, acrescentando que a incubadora é fundamental para a concretização de seus planos.

Muito satisfeito, seu Raimundo Novato da Paz, de 60 anos, se dá por feliz de poder exercer a profissão que abraçou ainda criança. Foi o primeiro ceramista do Poti Velho e ensinou a técnica a quase todos que hoje tiram o sustento do bairro. “Minha família já é toda criada com o fruto do meu trabalho”, orgulha-se.

Desconfiado, preferiu expor os resultados da incubadora antes de aderir ao projeto. Mas anima-se com a possibilidade de crescer e melhorar a qualidade da produção. “Uma coisa eu não faz nada de bom, mas duas já fazem melhor”.

A equipe de técnicos que trabalha com os artesãos acredita que a incubadora vai fortalecer a imagem do artesanato local, ampliar a geração de empregos e renda por meio da capacitação técnica e gerencial dos artesãos para, mais tarde, inseri-los na cadeia produtiva do turismo, sendo praticamente inexplorado no Piauí.



POTI VELHO/
A comunidade foi uma das poucas desenvolvidas mais refinadas em cerâmica



Fonte: Arquivo pessoal Raimunda Teixeira. Acesso em 2019.

ANEXO C – RECORTES DO JORNAL MEIO NORTE, 6 DE FEVEREIRO DE 2002, P. 3

CIDADES ■ Quarta-feira, 06 de fevereiro de 2002 ■ MERO NORTE ■ 3

CONT. DA CAPA / O Serviço Social do Estado está ajudando os moradores do Póti Velho, seja com doações, como com compras de produtos

Serse compra 2 mil filtros de artesãos

Enfrentando dificuldades para comercializar as peças produzidas neste período carente, a Associação dos Artesãos do Póti Velho recebeu encomenda para a confecção de 2 mil filtros. O comprador será o Serviço Social do Estado (Serse), que desenvolve um projeto de distribuição do produto para que as comunidades carentes possam ter água filtrada.

O convênio entre o Serse e a Associação dos Artesãos foi assinado ontem pela manhã, na Oficina de Artesanato do Póti Velho. A primeira-dama, a professora Leda Napoleão, informou que a iniciativa faz parte do programa de geração de emprego e renda para as famílias carentes da periferia de Teresina.

"Para adquirir os filtros, está sendo feita uma licitação para contratar outras empresas. Apesar, estamos valorizando o trabalho dos artesãos", destacou a presidente do Serse. As peças

serão confeccionadas para receber os filtros ganhando menos de um salário mínimo por mês.

Com o convênio, os artesãos se comprometeram em fornecer 200 filtros todos os meses para o Serse ou até mais, dependendo da necessidade. Cada peça, está sendo vendida para o governo do Estado por R\$ 4,00, preço praticado para revenda. "O dinheiro será dividido em partes iguais para os artesãos", informou a presidente da Associação dos Artesãos, Raimunda Teixeira da Silva.

Para ela, a proposta de compra foi bem-vinda, especialmente porque, nesse período, as vendas foram baixas. "Temos uma renda garantida por um bom tempo". Ao todo, 76 artesãos trabalham no Póti Velho, mas apenas 36 pertencem à associação. No mesmo dia, outros artesãos também ganharam outras peças do Serse. (D.L.)




DOAÇÕES / Primeira-dama aproveitou o evento para distribuir cestas básicas

Trabalhadores vão ganhar galpão para estocagem

No encontro com os artesãos, a primeira-dama garantiu a construção de um galpão para a estocagem de matéria-prima e melhores condições de trabalho, uma reivindicação antiga da associação.

Os moradores aproveitaram a presença de Leda Napoleão para fazer várias reivindicações. A primeira-dama ouviu os líderes comunitários e visitou as precárias oficinas dos artesãos, casas de famílias carentes e o local onde será construído o galpão.

Ela também subiu no dique de proteção contra as enchentes para conhecer a casa de um garoto pobre que se inicia na arte de esculpir argila. "O desejo do governador Hugo Napoleão é gerar emprego e renda. Estamos comprando 2 mil filtros para garantir trabalho e rendimento às famílias", disse.

Em sua conversa com as famílias, a primeira-dama anunciou que o programa Vida Nova vai chegar ao Póti Velho depois do carnaval. As principais reivindicações dos moradores já são conhecidas pela presidente do Serse, que vai determinar o atendimento imediato das prioridades. O Vida Nova atua especialmente nas áreas de Cultura, Educação e Serviço Social.

De acordo com os moradores, as principais necessidades de oleiros, artesãos e pescadores são a construção de um Centro de Produção, a Vila do Caramitã e a urbanização do local. A primeira-dama afirmou que os pedidos dos moradores não serão esquecidos. (D.L.)

Fonte: Arquivo pessoal Raimunda Teixeira. Acesso em 2019.

ANEXO D – RECORTE DO JORNAL DIÁRIO DO POVO, 5 DE MARÇO DE 2007,
S/P



Fonte: Arquivo pessoal Raimunda Teixeira. Acesso em 2019.

ANEXO E – RECORTE DO JORNAL O DIA, 5 DE NOVEMBRO DE 2002, P. 3

DIA-A-DIA TERESINA, TERÇA, 05 DE NOVEMBRO DE 2002 13

PROFISSIONALIZAÇÃO - Em seu primeiro projeto vai atender 12 artesãos do bairro Poty Velho através de um sistema de gerenciamento e novas técnicas de artesanato

Incubadora auxilia artesãos do Poty Velho

O projeto da incubadora artística de Teresina foi lançado ontem durante a Oficina de Artesanato do bairro Poty Velho. O trabalho deve atender 12 artesãos, nessa primeira fase, através de um sistema de informações de gerenciamento e novas técnicas de artesanato.

Para orientar os artesãos que participam do programa, vieram dois técnicos do Centro de Desenvolvimento Técnico da UNB (Universidade Nacional de Brasília). Segundo Eliane Menezes, uma das técnicas da UNB, o objetivo da implantação da incubadora de artes é de realizar um diagnóstico da produção dos artesãos e propor soluções para os problemas encontrados.

Os técnicos passarão essa semana realizando os trabalhos junto aos profissionais do artesanato, a fim de se diagnosticar os problemas que os artesãos enfrentam para transportar, por exemplo, o mercado local. Os técnicos retornam na sexta-feira à Brasília para fazer pesquisas. Posteriormente, os técnicos devem voltar a Teresina para propor as soluções para os problemas dos artesãos.

"Nós temos produtos de boa qualidade. Recebemos até pedido de exportação, mas nos falta informações, como por exemplo, em relação às embalagens mais adequadas, e o transporte recomendado, tendo em vista a fragilidade do produto que trabalhamos", declara Raimunda Ferreira, presidente da Associação dos Artesãos e Cerâmicos do Poty Velho. Raimunda Ferreira fala, ainda, que as expectativas dos artesãos também se estendem a aprendizagem de novas técnicas de fabricação de artesanato que qualifique ainda mais a arte do Piauí.

"Em resumo a importância do projeto define-se em fazer crescer o negócio do artesão, gerando emprego, renda e qualidade de vida para o proprietário do negócio e empregados", disse Eliane Menezes.



Foto: Anna Ferraz

"TEMOS bons produtos, mas nos falta informações", lembra Raimunda Ferreira

O Projeto dará dicas de gerenciamento de vendas

Teresa Ferreira, a coordenadora do programa, explica que o trabalho inicial dos técnicos com os 12 artesãos inscritos no projeto é de um mês. Porém, o trabalho na incubadora, através de instruções e dicas de como proceder no processo de gerenciamento de vendas, por exemplo, deve se estender por, aproximadamente, dois anos, que se refere à segunda etapa do programa.

Nessa primeira etapa da incubadora, o programa funciona dentro das unidades de produção dos próprios artesãos. "Os técnicos atenderão os profissionais individualmente dentro de cada barracão e também na Oficina de Artesanato do Poty Velho", completa Teresa Ferreira.

"Quando esses 12 profissionais já estiverem aptos a se tornarem empreendedores, nós recrutaremos novos artesãos através de um edital", afirmou a coordenadora do programa. Após a habilitação dos primeiros participantes do projeto, além de artesãos, profissionais com atividades afins, tais como designers, pintores e outros poderão participar da incubadora de artes. É o que explica a coordenadora do programa, que informa também que está prevista a construção de um prédio para o funcionamento da sede da incubadora, porém o prédio só deve estar com as obras finalizadas após dois anos de funcionamento da incubadora.

Fonte: Arquivo pessoal Raimunda Teixeira. Acesso em 2019.

ANEXO F – CAPA DO DIÁRIO OFICIAL DO PIAUÍ, 5 DE JULHO DE 2005



PIAUI



DIÁRIO OFICIAL

ANO LXXIV - 114ª DA REPÚBLICA

Terça-feira, 05 de julho de 2005 - Nº 125

TERESINA - PIAUÍ

Artesãos do Poti Velho vencem a pobreza



A realidade dos povoados do Bairro Poti Velho, na zona Norte de Teresina, conhecida por informalidade e atual processo de desenvolvimento econômico e de inclusão social experimentado no Estado Piauí, motivou pelo sistema público, a vida dos habitantes do bairro, com o intuito de melhorar as condições de vida e a partir da organização do grupo através do trabalho artesanal, iniciou-se em 2004, a criação do Poti Velho.

Com a criação do grupo artesanal para desenvolver um trabalho artesanal em cerâmica, os artesãos foram organizados em um estabelecimento de produção com o nome de Associação Artesanal Poti Velho e com o objetivo de proporcionar um trabalho artesanal com a cerâmica, em um estabelecimento de produção artesanal, para atender o Centro Histórico de Teresina, através de uma produção de peças artesanais, com maior valor agregado, a cada peça.

Segundo ele, o trabalho com cerâmica não tem sido rentável, pois há dificuldades para conseguir matéria-prima, especialmente a argila, que é muito cara, e os produtos acabados não são vendidos em quantidade suficiente para gerar um bom retorno financeiro. Além disso, há dificuldades para conseguir matéria-prima, especialmente a argila, que é muito cara, e os produtos acabados não são vendidos em quantidade suficiente para gerar um bom retorno financeiro.

Segundo ele, o trabalho com cerâmica não tem sido rentável, pois há dificuldades para conseguir matéria-prima, especialmente a argila, que é muito cara, e os produtos acabados não são vendidos em quantidade suficiente para gerar um bom retorno financeiro. Além disso, há dificuldades para conseguir matéria-prima, especialmente a argila, que é muito cara, e os produtos acabados não são vendidos em quantidade suficiente para gerar um bom retorno financeiro.

Segundo ele, o trabalho com cerâmica não tem sido rentável, pois há dificuldades para conseguir matéria-prima, especialmente a argila, que é muito cara, e os produtos acabados não são vendidos em quantidade suficiente para gerar um bom retorno financeiro. Além disso, há dificuldades para conseguir matéria-prima, especialmente a argila, que é muito cara, e os produtos acabados não são vendidos em quantidade suficiente para gerar um bom retorno financeiro.

Segundo ele, o trabalho com cerâmica não tem sido rentável, pois há dificuldades para conseguir matéria-prima, especialmente a argila, que é muito cara, e os produtos acabados não são vendidos em quantidade suficiente para gerar um bom retorno financeiro. Além disso, há dificuldades para conseguir matéria-prima, especialmente a argila, que é muito cara, e os produtos acabados não são vendidos em quantidade suficiente para gerar um bom retorno financeiro.

Segundo ele, o trabalho com cerâmica não tem sido rentável, pois há dificuldades para conseguir matéria-prima, especialmente a argila, que é muito cara, e os produtos acabados não são vendidos em quantidade suficiente para gerar um bom retorno financeiro. Além disso, há dificuldades para conseguir matéria-prima, especialmente a argila, que é muito cara, e os produtos acabados não são vendidos em quantidade suficiente para gerar um bom retorno financeiro.

Segundo ele, o trabalho com cerâmica não tem sido rentável, pois há dificuldades para conseguir matéria-prima, especialmente a argila, que é muito cara, e os produtos acabados não são vendidos em quantidade suficiente para gerar um bom retorno financeiro. Além disso, há dificuldades para conseguir matéria-prima, especialmente a argila, que é muito cara, e os produtos acabados não são vendidos em quantidade suficiente para gerar um bom retorno financeiro.

A artesã Rosângela Teixeira da Silva conta que, há um ano, produziu apenas 10 peças, e para o artesanato, com a diversificação dos produtos, observou-se um crescimento de consumo de cerca de 20 peças por mês, e para melhor, alguns produtos foram produzidos em maior quantidade, com o intuito de atender a demanda do mercado. A artesã não encara a produção pelo trabalho artesanal, mas sim, o preço da matéria-prima e a dificuldade de comercialização dos produtos no Poti Velho.

Filo, Cerâmica
Validado a partir de uma documentação produzida pelo governo Wellington Farias, que se refere à criação de artesãos, produção e distribuição de produtos, atualmente em 139 unidades, o Filo Cerâmica desenvolveu o projeto, que hoje não tem produção. Ao longo do tempo, o grupo passou de 139 para 200 unidades, com o intuito de atender a demanda do mercado. A produção hoje é feita por cerca de 200 artesãos.

Atualmente, os produtos são produzidos pela Prefeitura de Teresina, e posteriormente vendidos a varejo, o Filo Cerâmica atua na comercialização de um produto de artesanato artesanal produzido pelos artesãos do Poti Velho, que há há pouco tempo, não tinham perspectivas comerciais de trabalho de renda. Com uma ampla comercialização de renda, inclusão e distribuição dos produtos de renda, inclusive a venda de peças, o Filo Cerâmica tem produzido e comercializado cerca de 200 unidades de peças produzidas em seu atelier.

A produção é a de que o grupo está integrado em dezembro deste ano. As expectativas são de melhores perspectivas comerciais e comerciais. Segundo Teixeira da Silva, há um crescimento de renda, inclusão e distribuição dos produtos de renda, inclusive a venda de peças, o Filo Cerâmica tem produzido e comercializado cerca de 200 unidades de peças produzidas em seu atelier.

Atualmente, os produtos são produzidos pela Prefeitura de Teresina, e posteriormente vendidos a varejo, o Filo Cerâmica atua na comercialização de um produto de artesanato artesanal produzido pelos artesãos do Poti Velho, que há há pouco tempo, não tinham perspectivas comerciais de trabalho de renda. Com uma ampla comercialização de renda, inclusão e distribuição dos produtos de renda, inclusive a venda de peças, o Filo Cerâmica tem produzido e comercializado cerca de 200 unidades de peças produzidas em seu atelier.

Atualmente, os produtos são produzidos pela Prefeitura de Teresina, e posteriormente vendidos a varejo, o Filo Cerâmica atua na comercialização de um produto de artesanato artesanal produzido pelos artesãos do Poti Velho, que há há pouco tempo, não tinham perspectivas comerciais de trabalho de renda. Com uma ampla comercialização de renda, inclusão e distribuição dos produtos de renda, inclusive a venda de peças, o Filo Cerâmica tem produzido e comercializado cerca de 200 unidades de peças produzidas em seu atelier.

Atualmente, os produtos são produzidos pela Prefeitura de Teresina, e posteriormente vendidos a varejo, o Filo Cerâmica atua na comercialização de um produto de artesanato artesanal produzido pelos artesãos do Poti Velho, que há há pouco tempo, não tinham perspectivas comerciais de trabalho de renda. Com uma ampla comercialização de renda, inclusão e distribuição dos produtos de renda, inclusive a venda de peças, o Filo Cerâmica tem produzido e comercializado cerca de 200 unidades de peças produzidas em seu atelier.

Cidadania Ativa atendeu no bairro Santo Antônio

Os moradores do bairro Santo Antônio e de comunidades vizinhas foram atendidos no bairro São João, 2, pelo Projeto Cidadania Ativa, realizado pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SAC) em parceria com outros órgãos governamentais e não-governamentais (ONGs). O Cidadania Ativa nos bairros de Teresina, acompanhado à Feira Popular de Arte e Cultura, organizada pela Fundação Cultural do Piauí (FUNDAPI),



Oficina de Cidadania Ativa no bairro Santo Antônio

No Unidade Escolar Casarão Filho, vários serviços de atendimento de oficinas foram realizados, além de oficinas profissionalizantes, fotografia, bordado, artesanato, informática, pintura, palestras, assistência médica, e apoio às famílias do Projeto Economia Solidária, apresentações culturais e esportivas, informações sobre direitos do cidadão e construção de projetos sociais, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Bolsa Família, Apoio Jovem, dentre outros, além de informações sobre higiene pessoal e Sanitários, através do posto de Educação Nacional de Seguridade Social (ENSS).

João da Cruz, líder comunitário do bairro Santo Antônio, afirmou que o projeto é de grande importância para a comunidade, já que incentiva a criação de emprego e renda em oficinas, como a do bordado, e palestras sobre empreendedorismo, além de oficinas de artesanato.

Segundo ele, o trabalho com cerâmica não tem sido rentável, pois há dificuldades para conseguir matéria-prima, especialmente a argila, que é muito cara, e os produtos acabados não são vendidos em quantidade suficiente para gerar um bom retorno financeiro. Além disso, há dificuldades para conseguir matéria-prima, especialmente a argila, que é muito cara, e os produtos acabados não são vendidos em quantidade suficiente para gerar um bom retorno financeiro.

a exposição de desenhos e charges e fizeram suas próprias desenhos nas oficinas. Durante o evento, foi aberta uma das oficinas foram feitas 140 desenhos, que também foram expostos ao público.

No Espaço da Cidadania, foram atendidos 200 cidadãos de identidade e 100 famílias profissionais, mas também foram feitos registros de nascimento, casamento e morte, com o intuito de garantir o acesso aos serviços públicos. Além disso, foram feitos registros de nascimento, casamento e morte, com o intuito de garantir o acesso aos serviços públicos.

Segundo ele, o trabalho com cerâmica não tem sido rentável, pois há dificuldades para conseguir matéria-prima, especialmente a argila, que é muito cara, e os produtos acabados não são vendidos em quantidade suficiente para gerar um bom retorno financeiro. Além disso, há dificuldades para conseguir matéria-prima, especialmente a argila, que é muito cara, e os produtos acabados não são vendidos em quantidade suficiente para gerar um bom retorno financeiro.

Imepi envia equipe para o litoral

Equipe do Instituto de Memória do Piauí (IMEPI) se prepara para atuar, durante o período das férias de julho, no litoral piauiense. O diretor geral do órgão, Luciano Paes Landim, informou que os técnicos vão trabalhar orientando os turistas sobre os riscos à saúde e fiscalizando bares, restaurantes, hotéis e estabelecimentos, para evitar qualquer irregularidade que venha a prejudicar os estabelecimentos.

Segundo Paes Landim, o consumo, principalmente o turístico, é o grande impulsionador da indústria. "Ele é o responsável pela geração de novos empregos na região de Parnaíba e, por isso, merece o nosso apoio e consideração", explicou. "Precisamos colocar à disposição o que há de melhor para atender o maior número possível de turistas, pois são eles que injetam recursos na economia piauiense, como ocorre em outros lugares".

De acordo com Paes Landim, nesta oportunidade, significa "recursos despendidos, melhoria econômica e avanço desenvolvimentista". O diretor também disse que é preciso estimular e corrigir o setor para que ele retorne ao Estado.

responsável pela geração de novos empregos na região de Parnaíba e, por isso, merece o nosso apoio e consideração", explicou. "Precisamos colocar à disposição o que há de melhor para atender o maior número possível de turistas, pois são eles que injetam recursos na economia piauiense, como ocorre em outros lugares".

De acordo com Paes Landim, nesta oportunidade, significa "recursos despendidos, melhoria econômica e avanço desenvolvimentista". O diretor também disse que é preciso estimular e corrigir o setor para que ele retorne ao Estado.

LICITAÇÕES E CONTRATOS - Pág. 02 • OUTROS - Pág. 03

Fonte: Site Diário Oficial do Piauí. Acesso em 2019.



Fonte: Arquivo pessoal Raimunda Teixeira. Acesso em 2019.

ANEXO H – JORNAL MEIO NORTE, 10 DE JUNHO DE 2002, S/P

MEIO NORTE EDITORA: Simone Rodrigues / E-mail: simone_rodrigues@meionorte.com.br / 223-1414 (ramal 248)

CIDADES

ANO VII ■ Teresina (PI) ■ Capital do Meio Norte do Brasil ■ Segunda-feira, 10 de junho de 2002

MEIO NORTE
CIDADES
223-1100



ARTESANATO / Os cursos são preparados para um público previsto e geralmente são apontados pelas associações de moradores e entidades comunitárias dos bairros

Cursos empregam maioria dos jovens

Produtos artesanais piauienses estão mais aprimorados

TRABALHO / Os cursos oferecidos pelos órgãos públicos têm sido uma ótima alternativa de emprego para a parcela jovem da população que inicia no mercado

EREM RIBEIRO
DE EDITORA GERAL

Os cursos oferecidos pelos órgãos públicos como a Fundação Wall Ferraz e dos Serviços Sociais da Indústria e Comércio e dos Transportes são caminhos quase certos que ainda não estão sendo explorados pelos jovens em busca de uma ocupação e desempregados.

Esses cursos, porém, não são encontrados com facilidade na burocracia dos próprios órgãos, que não têm política sistemática de divulgação. Por duas semanas, os repórteres do Jornal Meio Norte procuraram algumas dessas instituições, como a Fundação Wall Ferraz e a Secretaria Estadual de Trabalho e Ação Comunitária, para saber os cursos que seriam oferecidos para trabalhadores sem empregos ou para qualificá-los para uma renda maior. Os cursos da Fundação Wall Ferraz muitas vezes são planejados para um público já previsto e apontados pelas associações de moradores e entidades comunitárias.

Por sua vez, a Secretaria Estadual de Trabalho e

Ação Comunitária não tem recursos liberados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para implementar sua agenda de cursos.

O caminho para participar desses cursos é se cadastrar na Fundação Wall Ferraz, informando endereço, formas de contato e tipo de curso que está precisando. Quando a instituição promove seus cursos chama esses trabalhadores.

O superintendente da Fundação Wall Ferraz, economista Olavo Braz, disse que a instituição está promovendo uma série de cursos interessantes para substituição das importações, como o de modelagem de argila para jovens artesãos do Poti Velho, que estão sendo qualificados com técnicas elétricas, secadoras e fornos de alta temperatura. "O objetivo é melhorar a qualidade do artesanato do Poti Velho", afirma Olavo Braz.

A Fundação Wall Ferraz também está promovendo curso de pintura de imagens sacras para oferecer ao mercado local imagens de santos, de Cristo e de anjos, evitando que o destino do consumidor piauiense importe

em larga escala esses produtos do Ceará e de São Paulo.

A nova preocupação da Fundação Wall Ferraz é atuar em parceria com o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), na promoção de cursos para a produção de cerâmicas artísticas, com professores vindos de São Paulo.

Olavo Braz afirma que esses cursos de qualificação não apenas ajudam os trabalhadores na luta por trabalho e renda, mas também amam na melhoria da auto-estima. "O trabalhador fica com auto-estima quando percebe que com suas mãos conseguiu produzir uma peça de artesanato, um bordado. Diz para si mesmo - como é bonita e foi eu que fiz", declara o superintendente da Fundação Wall Ferraz.

A realização dos cursos tem resultados visíveis. Basta lembrar que os potes de argila do Poti Velho tinham apenas a cor natural e agora nos mostramos dos artesãos essas peças ganharam desenhos coloridos de flores, de peixes e figuras geométricas. O artesão Antônio Carlos Oliveira, de 25 anos, produz peças de cerâmica elaboradas. São figuras de peixes cheios de detalhes. Ele passou por curso em centro de artesanato em Caltagirone, na costa da Sicília, na Itália.

Os cursos de qualificação estão tornando os produtos artesanais piauienses mais aprimorados, mas os consumidores locais ainda não perceberam essa mudança e muitos terminam por comprar objetos de decoração de difícil acesso produzidos na China e Estados da região Sudeste.

A cada curso e aprimoramento das peças os artesãos ganham mais porque agregam esses novos conhecimentos aos produtos conquistando novos clientes. "A gente consegue agregar valores excepcionais ao bairro. Uma peça natural que custa R\$ 5,00, depois de ser esmaltada e passar por todo esse processo, ela vai para R\$ 50,00. Vai de um para dez", afirmou o artesão e empresário Eduardo Honório dos Santos, o Monje, especialista em esmalte em cerâmica e que pretende transferir sua fábrica de peças esmaltadas de Lagoinha do Piauí para Teresina.

Honório produz peças que são vendidas em grandes lojas de decoração com preços que atingem de R\$ 80,00 a R\$ 120,00. Os turistas que participam de eventos em Teresina estranham a falta de agressividade dos artesãos em oferecer seus produtos onde estão as pessoas que vêm de outros Estados e países e os piauienses não valorizam a riqueza e beleza de seu artesanato.

"São peças rústicas de grande qualidade", afirma a enfermeira Ângela Simões, professora da Universidade Federal do Espírito Santo, que estava em Teresina participando de um seminário sobre ensino de Enfermagem. "Os piauienses deram um jeito de um produto artesanal. Essa coisa chama atenção das pessoas", louva Ângela Simões. Ela tem trabalhado em São Paulo, onde ganhava R\$ 700,00 por mês, mas não tem o Ensino Médio, Cláudio Carlos Daltin, de 30 anos, veio para o Piauí com a mulher, Maria Vieira Daltin, que é piauiense em busca de trabalho (E.R.)

Fonte: Arquivo pessoal Raimunda Teixeira. Acesso em 2019.

ANEXO I – JORNAL MEIO NORTE, 21 DE SETEMBRO DE 2002, S/P

MEIO NORTE EDITORA: Isabel Cardoso - 223 - 3414 ramal 249 E-mail: isabel.cardoso@meionorte.com

ALTERNATIVO

■ Ano VII ■ Teresina (PI) ■ Capital do Meio Norte do Brasil ■ Sábado, 21 de setembro de 2002 ■

Artesãos desenvolvem novas técnicas

FATO / Trabalhando com o engobe, que consiste em evidenciar as particularidades de argilas oriundas de diferentes cidades do Piauí

Acompanhando as transformações do mundo e atendendo as exigências do mercado, os artesãos teresinenses estão cada dia mais experimentando com seus trabalhos e procurando novidades para incrementar na produção artística.

No Poti Velho, duas variedades estão sendo produzidas. São as técnicas do engobe e do esmalte que, além de novos desenhos e cores, deixam as peças mais valorizadas e com acabamento perfeito.

A cerâmica com pintura em esmalte ganhou nova textura e foi um sucesso durante o Piauí Art e nas feiras realizadas em outros Estados. Mas a técnica do engobe, embora tenha sido reaproveitada em jaseim, está sendo posta em prática agora e o público pode conferir a beleza das peças na sede da associação no Poti Velho e também nos dois stands que estão sendo montados para o Teresina Mostra.

Na técnica do engobe, tudo é natural e os artesãos utilizam argilas abundantes no Poti Velho junto com argila vindas de outras cidades do Estado. Im Floriano, por exemplo, há uma argila de coloração branca e quando misturada com argila do Poti Velho dá uma tonalidade salmão.

Segundo Raimunda Pereira, presidente da associação, estão sendo pesquisadas outras argilas que tenham coloração diferente e já foi descoberta a tonalidade azul, em outra cidade piauiense. "Com o engobe, a pintura é toda natural", diz Raimunda. Na última quinta, foi testada a argila de Lagoa do Piauí e as variedades devem surgir.

Um fato que chama a atenção é suavidade da coloração da argila.

Raimunda diz o esmalte está sendo um sucesso e agora será testada comercialmente a técnica do engobe. Um detalhe interessante, é que o artesão pode criar todas as formas e desenhos com as cores originais do engobe. "Podemos criar desenhos quaisquer figura e terá bem destaque na técnica do engobe", diz Raimunda. Na exposição permanente da associação há peças que retratam as figuras rupestres.

Nas peças esmalçadas, até o esmalte utilizado é o que não contém chumbo. "Não reutilizamos toda a peça com o esmalte, deixamos a cerâmica à mostra, deixando a peça o mais natural possível", explica Raimunda.

Os 76 artesãos associados desenvolvem as novas técnicas e mantêm a pintura fria, cobrada e bem aceita no mercado. "Mas o fato é que com essas novas técnicas, as peças foram valorizadas", diz Raimunda, acrescentando que os artistas se revertem na indústria do forró, que fica no Centro de Apoiá.

Artesanato é mais que um meio de vida. Para Chirleu, que tem curso profissionalizante em artesanato e sua atividade preferida, "É onde tenho oportunidade de criar", diz. Ozeir, que estava trabalhando em José Carlos que trabalha com todas as técnicas e há 12 anos vem atuando com artesanato, seja criando ou pesquisando as desenvolvendo pesquisa de novas finalidades. (L.C.)





Fonte: Arquivo pessoal Raimunda Teixeira. Acesso em 2019.

ANEXO J – JORNAL O DIA, 9 DE MARÇO DE 2008



Fonte: Arquivo pessoal Raimunda Teixeira. Acesso em 2019.

ANEXO K – ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE ARTESANATO DO POTY VELHO (COOPERART-POTY)

**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE ARTESANATO
DO POTY VELHO - COOPERART-POTY**

**CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, PRAZO DE DURAÇÃO, ÁREA DE AÇÃO E ANO SOCIAL**

Art. 1º - A COOPERATIVA DE ARTESANATO DO POTY VELHO - COOPERART-POTY é uma sociedade de natureza civil e de responsabilidade limitada, sem fins lucrativos, constituída no dia 08 de setembro de 2006 regida pelos valores e princípios do Cooperativismo, pelas disposições legais, em sincronismo com o Programa de Autogestão e por este estatuto, tendo:

- I) sede administrativa localizada em Teresina - PI, foro jurídico na Comarca de Teresina.
- II) área de ação abrangendo todo o território nacional e, para fins de admissão de associados, o município de Teresina.
- III) prazo de duração indeterminado e ano social compreendido no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

**CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS SOCIAIS**

Art. 2º - A cooperativa tem por objetivo a defesa econômico-social de seus associados, mediante trabalho por estes executados na produção de peças de vestuário e artesanato, bem como valorizar as aspirações e talentos profissionais dos integrantes do quadro social, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades com permanente incentivo ao seu aprimoramento técnico.

§ 1º - Para a consecução destes objetivos, a cooperativa pode realizar as seguintes atividades:

- I) adquirir ou construir infra-estrutura necessária para a produção coletiva de artesanato;
- II) produzir, beneficiar, embalar e comercializar peças de artesanato;
- III) gerar trabalho autônomo para o seu quadro social;
- IV) promover, com recursos próprios ou convênios, a capacitação cooperativista e, se for o caso, profissional do quadro social, funcional, técnico, executivo e diretivo da cooperativa.
- V) Adquirir e repassar aos associados, bens de produção e insumos necessários ao desenvolvimento de suas atividades;
- VI) Prestar serviços de capacitação no âmbito do artesanato.

§ 2º - A cooperativa poderá participar de empresas não cooperativas para desenvolver atividades complementares de interesse do quadro social.

§ 3º - A cooperativa poderá filiar-se a outras cooperativas congêneres, quando for do interesse do quadro social.

§ 4º - A cooperativa realizará suas atividades sem discriminação política, religiosa, racial ou social e não visará lucro.

**CAPÍTULO III
DOS ASSOCIADOS
SEÇÃO I**

DA ADMISSÃO, DEVERES, DIREITOS E RESPONSABILIDADES

Art. 3º - Poderá associar-se à cooperativa, salvo se houver impossibilidade técnica de prestação de serviços, qualquer pessoa que se dedique à atividade objeto da entidade, dentro da área de ação da cooperativa, podendo dispor livremente de si e de seus bens, *sem prejudicar os interesses e objeto da cooperativa, nem colidir com os mesmos.*

Parágrafo único - O número de associados não terá limite quanto ao máximo, mas não poderá ser inferior a 20 (vinte) pessoas físicas.

Art. 4º - Para associar-se, o interessado preencherá a proposta de admissão, conforme modelo fornecido pelo Sistema OCEPI com a sua assinatura e de mais duas testemunhas, bem como a declaração de que optou livremente por associar-se.

§1º - O interessado deverá freqüentar, com aproveitamento, um curso básico de cooperativismo, que será ministrado pela cooperativa ou outra entidade credenciada.

§2º - Concluído o curso, o Conselho de Administração analisará a proposta de admissão e, se houver possibilidade técnica de prestação de serviços, a deferirá, devendo então o interessado subscrever quotas-partes do capital, nos termos deste estatuto, e assinar o livro de matrícula.

Buiziane Buina Santos

OAB n° 2892-PI

POSTO III CEDI

c) pela redução do número de associados a menos de vinte pessoas físicas ou do Capital Social mínimo, se até a Assembléia Geral subsequente, se no prazo não inferior a 6 (seis) meses, esses quantitativos não forem restabelecidos;

d) pela paralisação de suas atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias,

Art. 70 - Quando a dissolução for deliberada pela Assembléia Geral, esta nomeará um ou mais liquidantes e um Conselho Fiscal de 3 (três) membros para proceder à liquidação.

§ 1º - A Assembléia Geral, nos limites de suas atribuições, pode em qualquer época, destruir os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal, designados seus substitutos.

§ 2º - O liquidante deva proceder à liquidação de conformidade com os dispositivos da legislação Cooperativista em vigor.

§ 3º - O remanescente da cooperativa, inclusive os fundos indivisíveis, depois de realizado o ativo social, pago o passivo e reembolsados os associados de suas quotas-partes.

Art. 71 - Quando a dissolução da cooperativa não for promovida voluntariamente, nas hipóteses previstas neste estatuto, essa medida poderá ser tomada judicialmente a pedido de qualquer associado.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 72 - A Cooperativa aderiu ao programa de autogestão do Cooperativismo do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Piauí.

Art. 73 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com os princípios doutrinários e os dispositivos legais, ouvida a OCEPL.

Este estatuto foi aprovado em Assembléia Geral de Constituição, realizada em 08 de setembro de 2006.

Luiziane Bruno Santos
ADVOGADO

OAB-2992/PI

ASSINATURAS

x Ana Natália Ribeiro do Carmo Ana Natália Ribeiro do Carmo	x Maria do Amparo Rodrigues do Nascimento Maria do Amparo Rodrigues do Nascimento
x Antônia Chaves de Sousa Fernandes Antônia Chaves de Sousa Fernandes	x Maria dos Socorro Ribeiro Maria dos Socorro Ribeiro
x Clara Maria Lima da Silva Clara Maria Lima da Silva	x Maria José de Araújo Maria José de Araújo
x Eliene Ribeiro do Carmo Eliene Ribeiro do Carmo	x Maria Margarida dos Santos Silva Maria Margarida dos Santos Silva
x Francisca Maria da Silva Francisca Maria da Silva	x Marlene Soares Ribeiro Marlene Soares Ribeiro
x Gisela Maria Ribeiro Gisela Maria Ribeiro	x Princesa Verônica Janara dos Anjos Carvalho Princesa Verônica Janara dos Anjos Carvalho
x Iracema Craveiro de Araújo Silva Iracema Craveiro de Araújo Silva	x Raimunda Silva Santos Raimunda Silva Santos
x Iranildes Sa de Oliveira Lima Iranildes Sa de Oliveira Lima	x Raimunda Teixeira da Silva Raimunda Teixeira da Silva
x Katilene da Silva Katilene da Silva	x Regina Teixeira Castro Regina Teixeira Castro
x Lucilene Ribeiro do Carmo Lucilene Ribeiro do Carmo	x Rejane Moreira da Silva Rejane Moreira da Silva
x Lucimar Teixeira Pereira Lucimar Teixeira Pereira	x Salvenira Francisca da Silva Salvenira Francisca da Silva
x Maria da Conceição Lima da Silva Maria da Conceição Lima da Silva	x Silvana Paula de Sousa Freitas Silvana Paula de Sousa Freitas
x Maria de Jesus Lima de Araújo Maria de Jesus Lima de Araújo	x Silvinha Paula de Sousa Freitas Silvinha Paula de Sousa Freitas
x Maria Lurdes Rodrigues do Nascimento Maria de Lurdes Rodrigues do Nascimento	x Sônia Maria Nascimento da Silva Sônia Maria Nascimento da Silva

POSTO JUCEPI
SOCIEDADE COMERCIAL PIAUIENSE

Assinatura das mulheres ceramistas no Estatuto Social da COOPERART-Poty.

Fonte: Arquivo COOPERART-Poty. Acesso em 2019.

ANEXO L – ATA DO PONTO DE TRABALHO DA COOPERART-POTY



Capa da ata do ponto de trabalho.
 Fonte: Arquivo COOPERART-Poty. Acesso em 2019.

DIA 05 DE 12		DE 2016	
Hora de saída	Assinatura	Percepção Saída	Total horas
8:00	MAZE	11:18	3:18
8:30	MARLENE	10:48	2:18
8:45	MARLENE	10:45	2:00
9:15	GIORGIA	10:45	1:30
9:20	GIORGIA	11:18	1:58
9:30	MAZE	10:30	1:00
9:45	ANGELA	10:30	1:45
9:50	ANGELA	11:30	1:40
17:00	MAZE	17:18	0:18

65

MARIA MARGARIDA

DATA ENTRADA	PRODUTO	VALOR	DATA SAÍDA
02-03-2019	Simo	37,00	19-03-2019
	Simo	42,00	19-03-2019
	Simo	42,00	19-03-2019
	leão passado	22,00	19-03-2019
	frilipis	10,00	19-03-2019
	frilipis	10,00	19-03-2019
	paule chava	12,00	16-04-2019
	Sepo	5,00	16-04-2019
	2 grama sal	10,00	16-04-2019
	graha mui	8,00	
	graha mui	8,00	
	lecho mui	3,00	
	mandala	45,00	
	mandala	45,00	
	Sepo torxo	22,00	
	grama	12,00	10-03-2019
02-03-2019	colen	20,00	16-04-2019
	colen	20,00	
	colen	20,00	
	colen	25,00	19-05-2019
	colen	10,00	
	colen	10,00	
	miu pasada	25,00	20-06-2019
	miu pasada	25,00	18-07-2019
	miu pasada	25,00	
	miu pasada	25,00	
	miu pasada	25,00	
	miu pasada	25,00	19-03-2019
	miu pasada	25,00	20-06-2019
	miu pasada	25,00	20-06-2019
	miu pasada	25,00	20-06-2019
	miu pasada	25,00	

Exemplar do caderno de anotações: Página 65 se refere às peças de Maria Margarida que foram colocadas na loja e peças que foram vendidas.

Fonte: Arquivo COOPERART-Poty. Acesso em 2019.

9

ANTONIA CHAVES

DATA ENTRADA	PRODUTO	VALOR	DATA SAÍDA
06-02-2019	paço	5,00	06-07-19
	grama	15,00	
	paço	95,00	
	paço	75,00	
	Tarico	85,00	11-03-2019
	Tarico	50,00	
	gallile	45,00	03-02-19
	Contruk-	45,00	19-03-2019
	Contruk-	45,00	
	Contruk-	45,00	09-06-2019
	Contruk-	45,00	15-06-2019
	Contruk-	45,00	01-02-19
	Tarico	20,00	01-02-19
	b. sandal	45,00	03-02-19
	b. sandal	45,00	17-07-19
	b. sandal	45,00	
	grama mui	20,00	
	grama mui	20,00	
	grama mui	20,00	
	Maringa	55,00	retireu 09/08
	hava co grama	50,00	
	Maringa	40,00	retireu 09/08
	Maringa	80,00	15-07-19
	Maringa	20,00	30-10-03-2019
	Maringa	20,00	31-02-19
	Maringa	25,00	03-05-19
	Maringa	25,00	23-06-19
	Maringa	25,00	23-05-19
	Maringa	25,00	

Exemplar do caderno de anotações: Página 9 se refere às peças de Maria Margarida que foram colocadas na loja e peças que foram vendidas.

Fonte: Arquivo COOPERART-Poty. Acesso em 2019.

ANEXO N – CADERNO DE CONTROLE DIÁRIO DE VENDAS

D. TOINHA MANTOÃO 23/5/019 7000 45,00

01	Quinta-feira	23/05/19	51,49	Taxa
01	Indústria Tardes	VALE	30,00	Taxa
01	padaria Colter	12,00	12,00	farinha
01	Coler	25,00	25,00	Amarelo
01	mini conjunto	15,00	15,00	Amarelo
01	Taxa de transporte	37,00	35,00	Amarelo
01	mini conjunto	15,00	15,00	Amarelo
01	Taxa	18,00	17,00	Amarelo
01	Taxa	18,00	18,00	Amarelo
01	Taxa	12,00	12,00	Amarelo
01	padaria Colter	25,00	23,00	Amarelo
01	Boneca continha	22,00	19,98	Amarelo
01	Taxa de compra	27,00	24,38	Amarelo
01	Cont de fug	20,00	36,00	Amarelo
01	mini conjunto	15,00	27,00	Amarelo
01	mini conjunto	15,00	13,50	Amarelo
01	mini conjunto	15,00	13,50	Amarelo
01	Galax	35,00	31,50	Amarelo
01	Boneca Taxa	57,00	51,30	Amarelo
01	mini conjunto	11,00	10,80	Amarelo
01	Galax com leite	28,00	25,20	Amarelo
			239,110	

Página de vendas feita no dia 23 de maio de 2019.
 Fonte: Arquivo COOPERART-Poty. Acesso em 2019.

ANEXO O – JORNAL MEIO NORTE DE 6 DE MAIO DE 2008, P. D2

meionorte
▶▶D|2

Bazar&CIA

→ **Terça-feira**
TERESINA, 6 de maio de 2008

FIQUE SABENDO



DJALMA BATISTA

BURBURINHO

●A quantidade de mulheres que frequenta diariamente as lojas especializadas na venda de produtos para confecção de bijutenas, no centro de Teresina, dá uma idéia do crescimento de novos negócios que surgem nas residências da capital.

DONAS-DE-CASA

●As donas-de-casa recorrem a esses estabelecimentos em busca de uma alternativa de renda. Além de comprar peças diversas para personalizar roupas e calçados, elas aprendem no balcão de lojas, com vendedoras, a fazer acessórios que são muito aceitos no mercado.

CAIXA PARA VINHO

●Nessas lojas, as pessoas aprendem a fabricar caixas para vinho com uma madeira mole conhecida como MDF. Para deixar a peça ainda mais bonita, o artesão pode usar materiais decorativos como miçangas e strass, textura e decupagem. A fabricação do produto pode gerar empregos e aumentar a renda familiar, já que agrega um maior valor sentimental aos presentes.



SUPÉRFLUO

●Uma cachacha lançada recentemente no Piauí está se destacando pelo preço em supermercados de Teresina. Uma garrafa não sai por menos de R\$ 19,00. Para quem conhece outras bebidas do gênero, esse valor parece fora da realidade local. Mas uma coisa é certa: bebida alcoólica e cigarro deveriam ser mesmo muito mais caros.

CURSOS

●As lojas que vendem produtos para bijutenas no Centro de Teresina oferecem vários cursos, entre eles, o de bijutenas e bordados em pedrarias. Para participar é preciso pagar uma taxa e levar ferramentas como alicete, tesoura, agulha e alguns produtos como cola, crepe, retalhos e jeans.

CRISTAIS

●A natureza é mesmo perfeita e dá belíssimos cristais que decoram as casas e ajudam o comércio a faturar, já que muita gente acredita que essas pedras atraem bons fluidos. Uma loja em Teresina renova os estoques do produto todos os meses. Entre a clientela estão turistas de outros estados e de alguns países.



Diga lá
FALE COM O COLUNISTA
jaimabatista@meionorte.com

MULHERES DO POTI Elas criaram uma coleção que fez muito sucesso durante mostra de artesanato na capital



→ Pólo Cerâmico

Os artesãos e artesãs do local, além de aumentar a renda com a venda de artesanato em cerâmica, levam o nome do Piauí de forma positiva para o exterior e várias regiões do país

Mudanças aumentam a produção no Poti Velho

DJALMA BATISTA
NEICA GOMES
EDITORIA DO BAZAR&CIA

●A história de Teresina tem suas origens na confluência do Rio Poti e Parnaíba com aglomerados principalmente de pescadores que mais tarde começaram a praticar o artesanato com argila. Hoje o lugar é conhecido como Poti Velho, onde está concentrada a maior parte dos artesãos do setor e um dos atrativos turísticos mais importantes da capital.

Uma mudança de concepção dos artesãos no que diz respeito à produção é um dos segredos do sucesso do Pólo Cerâmico do Poti Velho.

Segundo Raimunda Teixeira, presidente da Cooperativa das Artesãs do Poti Velho, a Acepoti, antigamente

Produtor

Com a revitalização do Pólo Cerâmico em Teresina, os artesãos também passaram a desenvolver outras atividades no local

somente homens faziam o serviço de moldagem e de queima das peças de cerâmica. "Antes só eles faziam, e as mulheres cuidavam dos detalhes e pintura, hoje já tem homem pintando e mulher moldando, então é o nosso trabalho progredindo", explica.

Atualmente o Poti Velho está bem desenvolvido e isso só foi possível graças a união dos artesãos através do trabalho em cooperativa e associa-

ções. Esse trabalho apoiado a ajuda do poder público foi possível a criação do Pólo Cerâmico do Piauí, importante polo comercial dos ceramistas, que passaram a ter uma maior renda com a organização das famílias produtoras.

O pólo é um espaço com 23 lojas para produção, exposição, comercialização e armazenamento dos produtos artesanais de cerâmica.

As peças são produzidas por pessoas simples e o processo é completamente manual, desde a modelagem da argila, feita em um maquinário produzido por eles próprios. Trata-se de um motor que faz girar uma bandeja para que o artesão possa moldar a argila, até os detalhes em baixo relevo que são feitos um a um.

Fonte: Arquivo pessoal Raimunda Teixeira. Acesso em 2019.

ANEXO P – PANFLETOS

Oportunidade de carreira.

O Hiper Bompreço São Cristóvão é mais um investimento do Walmart Brasil no Piauí. Já possui 14 lojas em todo o estado e o Hiper Bompreço São Cristóvão é a mais recente. O Hiper Bompreço São Cristóvão oferece uma ampla gama de produtos com preços baixos todos os dias, incluindo alimentos frescos, produtos de limpeza, eletrônicos e muito mais. O Hiper Bompreço São Cristóvão é composto por funcionários experientes, com treinamento e oportunidades de crescimento profissional. Conhecemos Adilson Rodrigues, gerente geral do Hiper Bompreço São Cristóvão, que desde 2008 trabalha no Bompreço Brasil para o Brasil. Adilson Rodrigues é responsável por garantir que o cliente tenha a melhor experiência possível e que o Bompreço seja o melhor lugar para fazer compras e economizar.

Valorizando produtos da nossa terra.

Com 18 anos de atuação no mercado, a parceria do Bompreço com produtores locais é uma das principais estratégias da empresa para apoiar a economia local e oferecer produtos frescos e de qualidade para os clientes. O Bompreço possui uma rede de fornecedores locais em todo o Brasil, incluindo produtores de frutas, verduras, legumes e outros produtos frescos. Isso garante que os produtos sejam frescos e de qualidade, além de apoiar a economia local e oferecer produtos frescos e de qualidade para os clientes.

Desenvolvendo a indústria local.

O Bompreço é referência e líder de mercado em produtos de limpeza, oferecendo a melhor qualidade e preços baixos para todos os clientes. O Bompreço possui uma rede de fornecedores locais em todo o Brasil, incluindo produtores de produtos de limpeza, como sabão em pó, detergente e outros produtos de limpeza. Isso garante que os produtos sejam de qualidade e ofereçam o melhor preço para os clientes.

Hiper São Cristóvão. Mais uma loja com Preço Baixo Todo Dia, como Teresina merece.

O Hiper Bompreço que você já conhece está chegando a São Cristóvão. Uma loja completa, moderna, climatizada, que vai oferecer milhares de produtos com preços baixos todos os dias. Tudo para você fazer suas compras com mais facilidade e economia.

Preço Baixo TODODIA

Saiba mais sobre o Preço Baixo Todo Dia, uma revolução no seu jeito de comprar.

- Não é "promoção", não é por tempo limitado.
- Quer economizar? Então vá ao supermercado a cada dois dias comprar sempre a promoção.
- É só a conveniência de comprar sempre o que precisa, a qualquer hora, em qualquer lugar.

Confira ainda mais informações sobre o Hiper São Cristóvão e outras notícias interessantes.

Walmart Instituto

Cooperativa de mulheres do Poty recebem apoio.

No Piauí, o Instituto Walmart – organização que executa as ações de responsabilidade social da empresa - apoia o projeto social Cooperart (Cooperativa de Mulheres Ceramistas do Poty Velho), que conta com cerca de 30 mulheres artesãs. O objetivo é profissionalizar essas empreendedoras e melhorar a cadeia produtiva, além de facilitar o acesso ao mercado. O projeto foi um dos vencedores do Prêmio TOP 100, concedido pelo Sebrae Nacional, em 2009.

A cada abertura de nova loja, o Walmart Brasil faz doação a uma entidade social no estado onde a unidade é inaugurada. No caso do Maxi Teresina, que inaugurou em fevereiro deste ano, o valor doado foi de R\$ 5 mil à APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

Outras ações de responsabilidade social são as diversas atividades realizadas ao longo do ano nas lojas por meio do calendário do **Programa Boas Ações**. Entre as iniciativas estão campanhas de arrecadação de livros, alimentos, brinquedos, agasalhos, vacinação, entre outros. Participe!



Hipermercado bom preço anunciou sobre a parceria da COOPERART-Poty e Instituto Walmart, sem data. Fonte: Arquivo pessoal Raimunda Teixeira. Acesso em 2019.



Panfleto do Centro de Referência do Artesanato Brasileiro com boneca feita pelas mulheres da COOPERART-Poty em destaque, sem data.

Fonte: Arquivo pessoal Raimunda Teixeira. Acesso em 2019.

ANEXO Q – JORNAL MEIO NORTE DE 15 DE SETEMBRO DE 2009, P. D3

Cooperativa fortalece as artesãs do Polo Cerâmico

Loja ainda não tem a Renda em Cerâmica

A Cooperativa de Artesanato do Poti Velho (Cooperarte) reúne 30 mulheres e foi fundada há cerca de três anos, a partir dos anseios de um grupo de artesãs que almejaram mais espaço e independência na produção de artesanato no Poti Velho.

"Antes a mulher só pintava, mas depois foi mettendo a mão na massa e ganhando espaço e conhecendo até que nos unimos, formando a cooperativa e ganhando um espaço físico no Polo Cerâmico", relata Raimunda Teixeira, presidente da Cooperarte. A presidenta há 14 anos, trabalha com artesanato cerâmico e tem dois filhos que a ajudam na cooperativa.

De acordo com Raimunda Teixeira, a cooperativa proporcionou às mulheres a realização de vários cursos de aperfeiçoamento, assim como a profissionalização da produção e das vendas do artesanato, através de parcerias com o governo, o Sebrae e com Instituto Wall Mart. "Contamos com consultor de modelagem permanente, além de estarmos sempre fazendo cursos de capacitação. Já fizemos cursos



CRIATIVIDADE | Artesã mostra peça que vai ganhar acabamento

de empreendedorismo, atendimento e formação de preços. Participamos ainda, rodadas de negócios do Sebrae, e feiras e eventos que acontecem no Estado, como a Feira dos Municípios", fala a presidente.

No Polo Cerâmico, as vendas da Cooperativa são regulares o ano inteiro. "Mas quando tem evento na cidade, como os congressos, e vem gente de fora, nós ven-

demos muito. Nas férias e fim de ano também", diz a presidente da Cooperarte. A participação em eventos fora do Estado proporciona ainda mais negócios. "Participamos recentemente de uma rodada de negócios do Sebrae no Rio de Janeiro com compradores de todo o país, e recebemos nove pedidos de lojas de vários estados", conclui Raimunda Teixeira. (R.R. e D.B.)

A artesã Teresinha Martins não esquece seu entusiasmo com a nova técnica. Ela diz que o curso sobre Fenda em Cerâmica foi muito bem-vindo e é mais uma experiência para a artesã trabalhar a técnica que é o barro de Teresina. "Com esta técnica as peças em renda na cerâmica serão bem-vendidas no mercado e venderemos mais. No momento, estamos nos aperfeiçoando e se adaptando à técnica, mas em breve, lançaremos a novidade aqui no Poti", comenta a artesã.

De acordo com Teresinha, a renda em cerâmica é diferente da técnica usada por ela. "Quando comecei o curso foi muito difícil. Mas depois fui pegando o jeito e vi que era um modo diferente de trabalhar o barro, como se fosse uma renda, o que dá o traço e faz desde objetos deco-

rativos a peças de utilidade para o lar", afirma.

Na loja da Cooperativa, ainda não se encontram objetos cerâmicos feitos com a nova técnica. "Os produtos só serão expostos quando as mulheres dominarem a técnica", diz Raimunda Teixeira, presidente da entidade. Enquanto isso, podem-se comprar diversos produtos de decoração e utilidades para o lar a preços que variam entre R\$ 1,00 a R\$ 55,00.

Os mais caros são objetos decorativos grandes como luminárias em forma de peixe no valor de R\$ 35,00. Peças pequenas como bobocheas, sapinhos custam em média R\$ 5,00 a R\$ 7,00. Já as bobocheas de Poti Velho, marca registrada das artesãs do Polo Cerâmico, variam de R\$ 27,00 a unidades no sub-simonsadas (R.R. e D.B.)

Artesanato insere as mulheres no mercado

Traciene Craveiro, 45 anos, tem três filhos e há dois anos começou a trabalhar com artesanato cerâmico. "Eu era dona de casa e sabia que poderia ter uma receita extra, fazendo figurina de barro. Depois, quando a cooperativa foi formada eu entrei e fiz um curso para aprender a fazer mais objetos com o barro", relata. "No princípio, senti algumas dificuldades, mas depois com a prática dominei o modo de fazer artesanato", conta orgulhosa. "Hoje eu faço além das bijuterias de barro, bobocheas, anjos e outras peças", explica. Sobre a renda, Traciene encontra-se satisfeita. "A renda é boa, mas depende do mês. Dá para tirar mais de um salário mínimo e quando vem turista de fora a venda é bem melhor. De novembro a janeiro e no período de julho e agosto são os melhores de venda, por causa dos turistas e dos eventos

que acontecem aqui. Trabalho também sob encomendas para eventos, o que traz mais vendas", comenta a artesã. Teresinha Martins, 45 anos, trabalha com artesanato de barro. Antes de entrar na Cooperativa sua produção de cerâmica era pequena, mas agora investe a produção de artesanato em Teresina, e assim decidiu abandonar seus 13 anos de carteira assinada para ser artesã.

"Era o que eu queria fazer da vida. E é até melhor do que carteira assinada, porque além do salário que traz, a renda é maior", fala Teresinha. Passou por vários cursos, artes e muita modelagem e bijuteria em cerâmica. "No início me dedicava aos colares. Depois, fui me aperfeiçoando e fazendo potestas. Hoje, faço várias peças de decoração como anjos, sapinhos de parede, bobocheas, luminárias e arraçapá", finaliza a artesã. (R.R. e D.B.)



ARTESANATO | Peças de decoração fabricadas no Polo Cerâmico têm grande aceitação no mercado

Fonte: Arquivo pessoal Raimunda Teixeira. Acesso em 2019.

ANEXO R – JORNAIS TRAZEM RAIMUNDA TEIXEIRA ILUSTRANDO MATÉRIAS E HOMENAGENS

